

ESCRITAS DO TEMPO



2019

MAR/JUN

VOLUME 01 - Nº 01

ISSN: 2674-7758

Revista do Programa de Pós-
Graduação em História da
Unifesspa

REVISTA ESCRITAS DO TEMPO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Reitor

Maurílio de Abreu Monteiro

Vice-Reitora

Idelma Santiago

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor

Marcus Vinicius Mariano de Souza

Diretora Adjunta

Ana Cledina Rodrigues Gomes

FACULDADE DE HISTÓRIA

Chefe

Geovanni Gomes Cabral

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Erinaldo Vicente Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Revista Escritas do Tempo [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História. — Dados eletrônicos. — Vol. 1, n. 1 (mar./jun. 2019). — Marabá, PA: UNIFESSPA, ICH, FAHIST, 2019-.

Quadrimestral.

Modo de acesso: <

<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/issue/view/7>>

Vol. 1, n. 1 (mar./jun. 2019).

Revista do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-UNIFESSPA).

ISSN 2674-7758

1. História - Periódicos. 2. Periódicos acadêmicos. 3. História - Estudo e ensino. 4. Youtube (Recurso eletrônico). 5. Cultura - Santa Catarina. 6. Historiografia. 7. Misoginia. 8. Alfabetização de adultos. 9. Cidades e vilas - Amazônia - Séc. XVIII. I. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Instituto de Ciências Humanas. Faculdade de História.

CDD: 22. ed.: 905

Elaborado por Alessandra Helena da Mata Nunes - CRB2/586

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras

SIS - Scientific Group

DIADORIM – Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

LatinREV - Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades

Coordenação Editorial

Dra. Karla Leandro Rascke (UNIFESSPA)
 Dr. Erinaldo Vicente Cavalcanti (UNIFESSPA)
 Dr. Geovanni Gomes Cabral (UNIFESSPA)
 Dr. Marcus Vinicius Reis (UNIFESSPA)

Conselho Editorial

Dr. Aldrin de Moura Figueiredo (UFPA)
 Dra. Ana Maria Monteiro (UFRJ)
 Dra. Angela Maria de Castro Gomes (UNIRIO)
 Dr. Antonio Torres Montenegro (UFPE)
 Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
 Dra. Cristiani Bereta da Silva (UDESC)
 Dra. Helenice Rocha (UERJ)
 Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
 Dr. José Rivair Macedo (UFGRS)
 Dra. Katia Cilene do Couto (UFAM)
 Dra. Maria Antonieta Martinez Antonacci (PUC-SP)
 Dra. Maria Auxiliadora dos S. Schmidt (UFPR)
 Dra. Maria Clara Sales Carneiro Sampaio (Unifesspa)
 Dra. Maria Helena Machado (USP)
 Dra. Maria Regina Celestino de Almeida (UNIRIO)
 Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
 Dra. Teresa Cruz (UFAC)

Conselho Consultivo Internacional:

Dra. Marina Franco (Universidad Nacional de San Martín - UNSAM)
 Dr. Júlio Pereyra (Universidad de La Republica)
 Dra. Concha Fuentes (Universitat de Barcelona)
 Dra. Maud Chirio (Universidade de Paris Leste Marne La Valleé)
 Dra. Anny Orocó Loango (Universidad Nacional de San Martín - UNSAM)
 Dr. Ivo Mattozzi (Universidade de Bolonha)
 Dr. James Naylor Green (Brown University)

CAPA

João Vitor M. Batista (Bolsista da PROPIT - Unifesspa)

DIAGRAMAÇÃO

Profa. Dra. Karla Leandro Rasce

Prof. Dr. Marcus Vinicius Reis

REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMALIZAÇÃO

Profa. Dra. Karla Leandro Rasce

Prof. Dr. Marcus Vinicius Reis

REVISÃO DE INGLÊS

Cláudia Flores Pereira – Lectura Traduções

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História – UNIFESSPA

AVALIAÇÃO DOS ORIGINAIS

Visando garantir a qualidade e idoneidade do processo de avaliação dos artigos, a Escritas do Tempo adota a avaliação “duplo-cega”. Assim, nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados durante todo o processo. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos autores.

Revista Escritas do Tempo

ISSN 2674-7758

Revista do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-UNIFESSPA)

Telefone: (94) 2101-7125

E-mail: escritasdotempo@unifesspa.edu.br

Endereço: Avenida dos Ipês, s/n. Cidade jardim, Marabá - PA

Esta obra está licenciado na Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Pareceristas ad hoc 2019

Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho (UNIFESSPA)
Dr. Antero Maximiliano dos Reis (UDESC)
Dr. Carlo Guimarães Monti (Unifesspa)
Dr. Daniel Alves Boeira (ACADEJUC/SC)
Dr. Daniel Brasil Justi (UNIFESSPA)
Dr. Danilo Luiz Marques (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo)
Dr. Geovanni Gomes Cabral (UNIFESSPA)
Dr. Eustáquio Donizeti de Paula (IFTM)
Dr. Heitor de Andrade Carvalho Loureiro (Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas)
Dr. Juvenal de Carvalho Conceição (UFRB)
Dr. José Isaías Venera (UNIVALI)
Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela (CAp/UFPE)
Dra. Maria Aparecida Clemêncio (UDESC)
Dra. Maria Clara Sales Carneiro Sampaio (UNIFESSPA)
Dra. Michele Gonçalves Cardoso (UNESC)
Dra. Natália Ayo Schmiedecke (UNICAMP)
Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso (UDESC)
Dr. Raimundo Inácio Souza Araújo (COLUN-UFMA)
Dr. Reginaldo Cerqueira Sousa (UNIFESSPA)
Dra. Taíse Ferreira da Conceição Nishikawa (UENP)
Dra. Talita dos Santos Molina (Universidade Brasil)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (UNIFESSPA)

Revisores de tradução

Me. Willian Robson Soares Lucindo (francês)
Ma. Cristiane Mare da Silva (espanhol)
Ma. Mariana Schlickmann (inglês)

EDITORIAL

*Karla Leandro Rascke¹
Geovanni Gomes Cabral²*

A Revista Escritas do Tempo surge com a missão de narrar e interpretar o tempo em diferentes perspectivas de análise, através de distintas interrogações, reflexões, temas e temáticas de estudo, por diferentes ângulos teóricos e metodológicos. Esse periódico nasce como uma das primeiras ações do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Unifesspa. Trata-se de uma revista online de acesso livre e gratuito, com periodicidade quadrimestral, recebendo propostas de publicação de artigos, dossiês, entrevistas e resenhas em fluxo contínuo.

Publicar esse primeiro número envolveu esforços distintos de inúmeros/as colaboradores/as – pareceristas, autores/as, tradutores/as, editores/as, Conselho Editorial, Conselho Consultivo e parcerias, possibilitando lançar esse periódico ao público acadêmico e também à comunidade em geral, de modo gratuito e acessível a todos aqueles/as que compreendem a história como campo do conhecimento capaz de articular distintos saberes e vivências dos sujeitos históricos nas suas mais amplas e diversificadas dimensões. A partir de experiências e investigações aqui compartilhadas, temos acesso ao universo de pesquisas cuja reflexão, em cada artigo e também na entrevista que compõe esse número inicial, permite dimensionar dinâmicas sociais, culturais e políticas dos sujeitos históricos pesquisados.

Nesse sentido, apresentamos ao público leitor os 6 (seis) artigos que compõem esse número e a entrevista. O texto de Tereza M. Spyer Dulci e Tarcísio Moreira de Queiroga Júnior, intitulado “Professores-youtubers”: análise de três canais do youtube voltados para o ensino de História”, é fruto de uma pesquisa que procura compreender como se dá o processo de ensino de História no YouTube, a partir de um estudo de caso de “professores-youtubers” em três canais dedicados ao ensino de História nesta plataforma.

¹ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutora em História Social pela PUC-SP. Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST). Editora Chefe da Revista Escritas do Tempo.

² Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFPE. Coordenador da Faculdade História (FAHIST). Editor da Revista Escritas do Tempo.

Na sequência, o artigo segundo, de autoria de Maristela Simão e Angelo Renato Biléssimo, debatendo processos de construção de identidades no Estado de Santa Catarina. Os autores, em “Identidades em Santa Catarina: a negação do outro e a celebração da especificidade”, discutem alguns marcos históricos, procurando aprofundar a compreensão dos modos pelos quais o campo da cultura é utilizado no estado.

Já Angelo Adriano Faria de Assis e Yllan de Mattos Oliveira, em trabalho intitulado “A escrita como patrimônio: *O Queijo e os Vermes*, de Carlo Ginzburg e sua influência na historiografia contemporânea”, evidenciam o impacto na historiografia, tanto internacional quanto brasileira, da obra *O Queijo e os Vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg, em vários países.

Em seguida, no texto “O quadro de perseguição à feitiçaria no mundo português quinhentista através da produção de discurso patriarcal e misógino”, Marcus Vinicius Reis propõe-se identificar e analisar como foram produzidos e difundidos discursos morais gestados por instâncias religiosas e civis, responsáveis diretamente pela sustentação de determinados padrões de masculinidade e de feminilidade que vigoraram de forma hegemônica no mundo português do século XVI.

Bianca Nogueira da Silva Souza analisa o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral – produto do governo militar em toda sua extensão (1964-1985). Com base em cartas elaboradas por professores e alunos, endereçadas às lideranças políticas articuladas ao programa de alfabetização, a autora, em “Candeeiro, esteira e giz: narrativas da alfabetização no MOBREAL entre os anos 1970-1980”, vislumbra como Mobral perseguiu o ideal de “erradicar o analfabetismo no país”, trazendo à cena elementos da história da educação no Brasil.

Como último artigo desse primeiro número, a revista publica o texto de Paulo Marcelo Cambraia da Costa, intitulado “‘De mãos dadas pela foz do rio Amazonas’: vilas e povoados na costa setentrional do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII”, artigo que acompanha as décadas iniciais de criação das vilas Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá, localizadas na costa setentrional do Grão-Pará, vilas que fizeram parte de um processo de urbanização da Amazônia na segunda metade do século XVIII, ressaltando tentativas do Estado português em buscar ocupar e defender a foz do rio Amazonas frente aos interesses dos outros Estados europeus.

Ainda, como material fundamental para a construção do conhecimento, trazemos para esse número uma entrevista especial com a Profa. Dra. Maria Antonieta Antonacci,

intitulada “Estudos culturais africanos e da diáspora: trajetória de pesquisa”, e que apresenta a trajetória de pesquisa dessa importante intelectual brasileira dos estudos culturais africanos e da diáspora.

Desejamos a todas e todos que tenham uma boa leitura!

“PROFESSORES-YOUTUBERS”: ANÁLISE DE TRÊS CANAIS DO YOUTUBE VOLTADOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Tereza M. Spyer Dulci¹
Tarcísio Moreira de Queiroga Júnior²

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa que procura compreender como se dá o processo de ensino de História no *YouTube*, a partir de um estudo de caso de "professores-youtubers" em três canais dedicados ao ensino de História nesta plataforma. Investigou-se *youtubers* que utilizam a plataforma como espaço para publicar suas aulas, produzir e divulgar conhecimento histórico. Diante da atual conjuntura das novas tecnologias de informação e comunicação disponíveis, que aos poucos vão se conectando e transformando as práticas educacionais, buscou-se analisar três dos canais mais visualizados no Brasil: “Leitura Obrigatória”; “Se Liga Nessa História” e “Vamos Falar de História?”. O objetivo central é compreender a relação desses *youtubers* com a plataforma, dentro da cultura participativa da *Web 2.0*, juntamente com o ensino de História e seu público.

Palavras-chave: Ensino de História. *YouTube*. Cultura Participativa. "Professores-Youtubers".

“TEACHERS YOUTUBERS”: ANALYSIS OF THREE CHANNELS OF YOUTUBE DEDICATED TO THE TEACHING OF HISTORY

Abstract: This article is the result of a research that sought to understand the process of teaching History on YouTube, from a study case of "teachers youtubers" in three channels dedicated to teaching History on this platform. We investigated youtubers who use the platform as a space to publish their lessons, produce and disseminate historical knowledge. In view of the current situation of the new information and communication technologies available, which gradually connect and transform educational practices, we sought to analyze three YouTube channels among the most viewed in Brazil: "Leitura Obrigatória"; "Se Liga Nessa História" and "Vamos Falar de História?". The mainly objective is to understand the relationship of these youtubers with the platform, within the participative culture of Web 2.0, together with the teaching of History and its audience.

Keywords: Teaching History. *YouTube*. Participatory Culture. "Teachers Youtubers".

“PROFESSEURS-YOUTUBERS”: ANALYSE DE TROIS CANAUX DE YOUTUBE DÉDIÉS À L'ENSEIGNEMENT DE L'HISTOIRE

Résumé: Cet article est le résultat d'une recherche qui vise à comprendre le processus d'enseignement de l'histoire dans le YouTube, à partir d'une étude de cas de "professeurs-youtubers" en trois canaux dédiés à l'enseignement de l'histoire sur cette plateforme. On a investigué youtubeurs qui utilisent la plateforme comme un espace pour publier leurs classes, produire et diffuser des connaissances historiques. En actuelle conjuncture des nouvelles

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atua no Ciclo Comum de Estudos (na área de Fundamentos da América Latina) e nos cursos de Relações Internacionais e Integração e de Especialização em Ensino de História e América Latina, e também no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL), na linha de pesquisa Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais.

² Licenciado em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

technologies de l'information et de la communication disponibles, qui peu à peu vont en se connectant et se transformant les pratiques éducatives, on a cherché à analyser trois canaux de YouTube parmi les plus regardées au Brésil: "Leitura ObrigaHistória"; "Se Liga Nessa História" e "Vamos Falar de História?". L'objectif central est de comprendre la relation de ces youtubeurs avec la plateforme dans la culture participative du Web 2.0, et avec l'enseignement de l'histoire et de son public.

Mots-clés: Histoire de l'enseignement. YouTube. Culture participative. "Professeurs-Youtubers".

“PROFESORES-YOUTUBERS”: ANÁLISIS DE TRES CANALES DE YOUTUBE CENTRADOS EN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA

Resumen: Este artículo es fruto de una investigación que, a partir de un estudio de caso de "profesores-youtubers" en tres canales dedicados a la enseñanza de la Historia, busca comprender cómo se da el proceso de enseñanza de la Historia en YouTube. Se estudian youtubers que utilizan la plataforma como espacio para publicar sus clases, producir y divulgar conocimiento histórico. Ante la actual coyuntura de las nuevas tecnologías de información y comunicación disponibles que, poco a poco van conectando y transformando las prácticas educacionales, se buscó analizar tres canales entre los más visualizados en Brasil: "Leitura ObrigaHistória"; "Se Liga Nessa História" y "Vamos Falar de História?". El objetivo central es comprender la relación de esos youtubers con la plataforma, dentro de la cultura participativa de la Web 2.0, conjuntamente con la enseñanza de Historia y su público.

Palabras-clave: Enseñanza de Historia. YouTube. Cultura Participativa. "Profesores-Youtubers".

Introdução

Esta pesquisa tem como mote o trabalho que desenvolvemos em escolas públicas no período de estágio supervisionado na graduação, curso de Licenciatura em História. Percebemos uma grande utilização do *YouTube* por estudantes do ensino fundamental e ensino médio como suporte de entretenimento e, também, como instrumento auxiliar na compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Além de termos observado este fenômeno entre estudantes do ensino fundamental e médio, notamos também que esse método de estudo é empregado por universitários e, em ambos os casos, o *YouTube* é utilizado como ferramenta paralela ao professor, não como fonte primária, mas sim como um facilitador ao acesso e compreensão de certas narrativas e conceitos históricos. A plataforma é uma ferramenta que expõe as informações em uma linguagem mais acessível, por utilizar-se dos recursos audiovisuais para uma maior atratividade.

O *YouTube* é frequentado por mais de um bilhão de pessoas todos os meses de acordo com informações disponíveis na própria plataforma (YOUTUBE, 2019), o que

representa quase um terço dos usuários da internet. Portanto, a importância social do *YouTube* é inegável, sendo legitimada por meio das milhões de visualizações, comentários, compartilhamentos e conteúdos produzidos diariamente e acessíveis gratuitamente.

Posto isso, destacamos o impacto cultural que as novas tecnologias da informação e comunicação estão proporcionando para a sociedade, isto é, a partir da cultura digital as relações humanas estão mudando. Nesse sentido, a internet revolucionou o modo como nos comunicamos, interagimos e compartilhamos informações, e trouxe:

[...] consigo inúmeros impactos que, por sua vez, atingiram diversas áreas sociais. A educação não escapa dessa mudança. Cada vez mais a tecnologia se faz presente na escola e no aprendizado do aluno, seja pelo uso de equipamentos tecnológicos seja por meio de projetos envolvendo educação e tecnologia (DE OLIVEIRA, 2015, p.76).

A tecnologia em geral, além de estar cada vez mais presente no ambiente escolar, abre possibilidades para que os profissionais do ensino atuem ou migrem do ambiente escolar para o ambiente virtual, sendo o *YouTube* o meio mais utilizado por esses profissionais. Nesse sentido, torna-se indispensável refletir sobre como esses profissionais estão utilizando e apropriando-se dessa plataforma para o ensino.

Ademais, o espaço virtual está avançando significativamente no campo educacional devido a massiva popularização da plataforma, o que nos faz repensar sobre o uso da mesma e a função social dos docentes que atuam no *YouTube*, sendo o escopo deste trabalho os canais de cunho histórico. Portanto, a partir de um estudo de caso, pretende-se analisar o que esses profissionais priorizam, os métodos adotados para se destacarem e como eles se apropriam desse espaço virtual.

Por último, vale ressaltar que esta pesquisa se deu por meio de observação, coleta de dados, aplicação de questionário e estudo de três canais de “professores-youtubers” dedicados ao ensino de História. Dentre os canais selecionados – utilizamos como critério de seleção os mais visualizados que trabalham com o ensino de História – dois deles, o “Se Liga Nessa História” e o “Leitura Obrigatória”, são encabeçados por licenciados em História, que também são *youtubers*. Diante da pouca produção de pesquisa e ainda sendo esta uma área de estudo pouco explorada devido a atuação desses *youtubers* ser algo bem contemporâneo, juntamente com a alta complexidade do ensino de História no *YouTube*, optou-se por categorizar esses profissionais como “professores-youtubers”.

***YouTube*, Cultura Participativa e o mercado educacional**

O *YouTube* ocupa a segunda colocação no ranking entre os sites mais acessados do mundo, sendo superado apenas pelo *Google* (ALEXA, 2018). A história dessa plataforma é bastante recente e ainda são escassos os estudos sobre a mesma. Segundo Jean Burgess e Joshua Green (2009), o *YouTube* foi fundado em junho de 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, ex-funcionários do site de comércio *PayPal*. Buscava ser um repositório de vídeos, tendo sido posteriormente comprado por 1,65 bilhão de dólares pela empresa *Google LLC* em outubro de 2006, chegando ao Brasil somente no ano de 2007. Assim, foi criado diante da necessidade de:

[...] compartilhar vídeos entre os usuários, ao permitir subir na rede de forma gratuita, ilimitada e sem restrições, facilitando que a sua visualização pública ou privada, possa classificá-los por temáticas, e gerar conversas entre os usuários mediante comentários (GUZMÁN, MORAL, 2014, p. 72).³

O *YouTube* proporciona aos usuários a gestão de suas contas por meio de um canal, “etiquetando documentos audiovisuais hospedados na internet para realizar buscas seletivas, permitindo aos usuários personalizarem serviços de acordo com suas preferências e gerar links através de outras redes sociais (Facebook, LinkedIn e Twitter)” (GUZMÁN, MORAL, 2014, p. 72). Portanto, os usuários podem produzir e compartilhar vídeos com facilidade para que outras pessoas ao buscar sobre determinado assunto, de acordo com as suas preferências, consigam pesquisar e assistir de qualquer lugar do mundo e em múltiplas línguas, já que está disponível em mais de 70 idiomas.

A plataforma funciona dentro dos moldes da *Web 2.0*. Esse conceito “[...] e tudo que este envolve nasceu em consequência da crise que afetou o mercado da internet e que originou a falência de várias empresas durante o outono de 2001” (PEDRO, 2010, p. 93). Ainda segundo Alexandra Pedro:

Foi então que numa sessão de *brainstorming* entre a O’Reilly Media e a Media Live International, onde se discutia a possibilidade da realização futura de uma conferência sobre a Internet, os intervenientes, partindo da expansão vivida pela Internet mesmo após a crise de 2001 e apontando que as empresas que tinham sobrevivido à crise pareciam ter características em comum, usaram pela primeira vez o termo *Web 2.0* para aludir a uma evolução da Internet (PEDRO, 2010, p. 94).

³ Neste artigo as traduções do espanhol para o português são de nossa autoria.

Assim, em determinado momento, a internet propiciou maior participação de seus usuários, que passaram a ser produtores/colaboradores, ativos na produção dos conteúdos *on-line*, indo além de meros espectadores estáticos, o que favoreceu a consolidação de maior dinamismo virtual. Nesse sentido, como afirmam Bottentuit Júnior, Iahn e Bentes (2007, p.7), muitos dos usuários, devido ao rápido processo da mudança, nem se deram conta de que a internet transformou o seu paradigma. Ainda segundo estes autores:

A primeira geração da Internet teve como principal atributo a enorme quantidade de informação disponível, e que todos podíamos aceder. No entanto, o papel do usuário neste cenário era o de mero espectador da ação que se passava na página que visitava, não tendo na maioria dos casos autorização ou conhecimento para alterar ou reeditar o seu conteúdo. [...] A Web 1.0 trouxe grandes avanços no que diz respeito ao acesso à informação e ao conhecimento, porém a filosofia que estava por detrás do conceito de rede global foi sempre a de um espaço aberto a todos, ou seja, sem um “dono” ou indivíduo que controlasse o acesso ou o conteúdo publicado. Houve sempre uma preocupação por tornar este meio cada vez mais democrático, e a evolução tecnológica permitiu o aumento do acesso de utilizadores possível pelo aumento da largura de banda das redes, pela possibilidade de se publicarem informações na web, de forma fácil, rápida e independente de software específico, linguagem de programação ou custos adicionais (BOTTENTUIT JUNIOR, IAHN, BENTES, 2007, p. 6).

A partir desse caráter participativo foi possível o desenvolvimento de outras ferramentas, como por exemplo, as redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, entre outras. Já como ferramentas de escrita com um viés colaborativo surgiram *blogs*, *Wikis* e *Podcast's*. Depois, despontaram as ferramentas de mensagens instantâneas e de comunicação por voz, tais como *Google Talk*, *Skype* e *Whatsapp*. Porém,

[...] a Web 2.0 não se restringe ao aparecimento e proliferação destas ferramentas, mas sim a utilização de forma coletiva e social da grande infinidade de ferramentas e serviços disponíveis, fazendo com que a informação seja partilhada livremente e construída a partir da colaboração de todos os utilizadores da rede (BOTTENTUIT JUNIOR; IAHN; BENTES, 2007, p. 9).

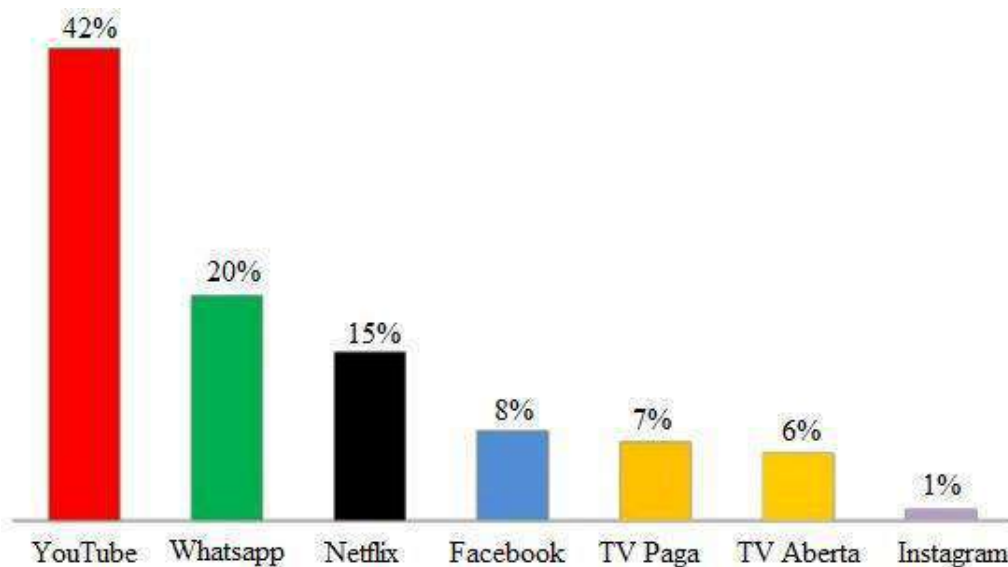
Essas ferramentas virtuais se apropriaram dessa onda de cooperação e dos conteúdos elaborados pelos usuários para criarem negócios lucrativos, tratando-se de um terreno fértil para aqueles fundamentados nessa cultura participativa, tal qual o *YouTube* se aplica, sendo que “[...] a cultura participativa não é somente um artifício ou um adereço secundário, é seu principal negócio” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 23).

Destarte, a plataforma possui uma dupla identidade e deve ser compreendida como negócio e, também, como fonte co-criada por usuários. Dados do projeto “*Pew*

Internet & American Life Project”, que busca estudar a evolução da internet, nos informam que mais da metade dos adolescentes já criaram algum conteúdo de mídia, e aproximadamente um em cada três usou a internet para compartilhar o conteúdo que produziu (PEW RESEARCH CENTER, 2018). Já de acordo com o serviço *We are social*, o número de usuários da internet em 2018, até o momento de elaboração deste artigo, é de 4,021 bilhões, um aumento de 7% em relação ao ano de 2017. E o número de usuários de mídia social, também em 2018 até a presente data, é de 3,196 bilhões, 13% a mais que no ano anterior (WE ARE SOCIAL, 2018).

No Brasil o *YouTube* apresenta números muito expressivos. Um relatório intitulado “*De Play em Play*”, de julho de 2017, da *Think with Google*, atesta que existem 98 milhões de brasileiros conectados à internet, e aproximadamente 95% dos brasileiros *on-line* acessam a plataforma pelo menos uma vez por mês. O índice aumenta para 96% entre pessoas de 18 e 35 anos (THINK WITH GOOGLE, 2017). De fato, o *YouTube* é a plataforma preferida dos brasileiros para assistir aos conteúdos do seu interesse, superando a TV, conforme podemos observar na figura abaixo:

Figura 1. Plataformas de preferência para assistir aos conteúdos de vídeo de interesse.



Fonte: *Estudo Video Viewers*, 2017.

Retomando o relatório “*De Play em Play*” (2017), este traz um dado que chama bastante atenção: 63% dos consumidores declararam que não conseguiriam viver sem o *YouTube*. E 31% das pessoas que participaram das pesquisas afirmam que a plataforma pode ser considerada como fonte de aprendizado, sendo que 79% considera que assistir

vídeos tutoriais é melhor do que fazer leitura de instrução. Desse modo, para alguns usuários o espaço da cultura digital dá a ideia de ser local mais propício para o aprendizado do que a instrução mais tradicional, não digital. Ademais, 88% dos consumidores que apresentam mais afinidades com o *YouTube* possuem diploma de ensino médio ou ensino superior completo. Portanto, entendemos que o índice de escolarização está diretamente relacionado ao maior uso da plataforma.

Tabela 1. Relevância da educação no *YouTube*.

	YouTube	TV Aberta	TV Paga	Facebook	Instagram
<i>Quando eu quero aprender sobre alguma coisa</i>	65%	10%	8%	17%	4%
<i>Traz informações que aumentam meu conhecimento</i>	52%	23%	20%	30%	6%
<i>É o lugar para ver e entender o que acontece no mundo</i>	43%	35%	28%	36%	9%

Fonte: *Estudo Video Viewers*, 2017.

Diante dos dados apresentados na Tabela 1, infere-se que o *YouTube* tem um significativo espaço no mercado educacional, e passou a explorar tal campo, tanto que desenvolveu e lançou no Brasil, em outubro de 2013, um projeto chamado *YouTube EDU* – uma plataforma de educação gratuita em português, que reúne vídeos de educação produzidos e selecionados por docentes de distintos canais. Os idealizadores alegam que essa é uma maneira de garantir a qualidade das aulas virtuais na plataforma e, além disso, assegurar a veracidade das informações prestadas. Ainda afirmam ter como propósito auxiliar docentes e estudantes:

Se você estiver fazendo uma pesquisa para um projeto, precisando de ajuda em sua tarefa escolar ou apenas querendo aprender algo novo, o YouTube Edu é o seu lugar! Se você é professor, no YouTube Edu você poderá submeter suas videoaulas para publicação, ou ainda escolher outras aulas para utilizar com seus alunos! O projeto é uma parceria entre a Fundação Lemann e o Google, para a criação de uma página exclusiva do YouTube, na qual professores, gestores e alunos podem encontrar conteúdos educacionais gratuitos e de qualidade, em Português. A curadoria dos vídeos foi feita por professores especialistas e altamente capacitados, selecionados pelo Sistema de Ensino Poliedro e coordenados pela Fundação Lemann. Os conteúdos disponíveis são voltados para os níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio, englobando as disciplinas: Língua Portuguesa,

Matemática, Ciências (Química, Física e Biologia), História, Geografia, Língua Espanhola e Língua Inglesa (YOUTUBE EDU, 2018).

Da mesma forma que o *YouTube*, em parceria com a Fundação Lemann, explora o fértil mercado educacional, os “professores-*youtubers*” também se beneficiam do potencial econômico da plataforma. Ou seja, a partir dos recursos audiovisuais que atingem mais pessoas e se mostram mais atraentes, como afirmam Bispo e Barros (2016, p. 867), os docentes conseguem realizar sua autopromoção, por meio das visualizações diárias, semanais e mensais que garantem retorno financeiro e simbólico. Ainda, segundo as autoras:

É neste momento que se começa a pensar no comércio das ideias, como no exemplo de profissionais que conquistam rapidamente o seu leitor/espectador com um vídeo de curta duração e oferecem um conteúdo mais aprofundado através da venda de e-books ou livro impresso, disponível para venda, inclusive pelo Facebook (BISPO; BARROS, 2016, p. 867).

O fato de o *YouTube* proporcionar uma educação mais acessível, não o exclui da lógica de mercado, pois o conhecimento é transformado em mercadoria. E para atender as demandas do mercado, dentro dos moldes da cultura participativa, o *YouTube* depende dos profissionais que se dedicam a produção de conteúdos. Nesse sentido, a história está sendo muito procurada na plataforma, e o risco desse fenômeno é a qualidade do material disponível, que em muitos casos é criado por pessoas sem treinamento profissional na área.

Essa história produzida por leigos costuma ser uma história muito ruim. A história social, processual, interpretativa, estrutural, analítica, crítica, não chega ao grande público, e sim a história paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas (MALERBA, 2014, p. 32).

Assim, percebemos que existe uma significativa demanda social para a história em muitos meios, mas como declara Jurandir Malerba (2014), o problema é que essa história é de qualidade questionável, uma vez que nem sempre segue parâmetros teórico-metodológicos característicos do campo, ou seja, sem o rigor científico da História. Partindo do pressuposto que qualquer um pode escrever história, isso não significa que toda história tenha o mesmo valor e qualidade.

Quem são os *youtubers*?

Aqueles que têm um canal no *YouTube* tornam-se, automaticamente, *youtubers*. Conforme afirmam Motta, Bittencourt e Viana (2014), o ato de postar um vídeo na plataforma faz com que o internauta se converta em um canal de comunicação, lhe permitindo ser um formador de opinião autônomo e envolver terceiros na troca de ideias e na construção de conhecimento em torno de diversos temas. Desse modo, esses produtores de vídeos são:

[...] chamados de *Youtubers* e concentram milhões de internautas em seus canais, por meio de assinaturas. O *Youtuber* posta vídeos de acordo com a frequência que lhe convém, e seu conteúdo pode ser assistido por qualquer internauta que encontre seus vídeos através de pesquisa, hiperlink ou pela assinatura de seu canal (MOTTA, BITTENCOURT, VIANA, 2014, p. 4).

A assinatura é um recurso que permite ao usuário receber notificações em seu e-mail sempre que um novo vídeo for postado. Assim, “os assinantes dos canais dos *youtubers* agrupam-se por interesse no conteúdo ou graças à sensação (ou desejo) de pertencimento” (WOODWARD, 2000, p. 8 apud MOTTA, BITTENCOURT, VIANA, 2014, p.4). E estes interagem com comentários, respostas e avaliações de “gostei” ou “não gostei”.

Essa lógica avaliativa dos canais de “professores-*youtubers*” se dá radicalmente de forma invertida ao que ocorre no contexto escolar, pois é o público (os estudantes consumidores) que avaliam os professores, o que gera receita para os canais e, conseqüentemente, para os docentes. Porém, isso precariza o trabalho desses profissionais, pois o professor se transforma em um prestador de serviços refém dos *likes*. Assim, na medida em que não atenda aos interesses de seus seguidores, ele pode ser facilmente descartado.

Dentro desse contexto educacional virtual, ou seja, à distância, sem contato presencial entre docentes e discentes, torna-se importante destacar o fato de que o ensino à distância não é nenhuma novidade. Segundo Fernandes e Ferreira, durante o Estado Novo (1937-1945), foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, no qual o Estado financiava a produção de filmes educativos, “usados como elementos construtivos de propaganda governamental e implementados para as massas como slogans ideológicos, de acordo com os interesses do Estado” (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 4).

Posteriormente, como apontam Bispo e Barros (2016, p. 859) foram surgindo novas modalidades de ensino à distância, como o Telecurso, da Fundação Roberto Marinho, o qual especificamente com relação ao ensino de História:

[...] teve seu conteúdo enriquecido com novas linguagens, como a linguagem teatral, mas não deixou de manter a velha característica de ensino em que o professor leva o conteúdo ao aluno que o recebe passivamente. Na década de 1980, o videocassete entra em cena e passa, junto com a televisão, a complementar o que antes só era possível apenas no livro didático. Mesmo assim, o acesso a conteúdos específicos que hoje encontramos rapidamente em documentários, filmes, palestras, reportagens não era possível através da internet (BISPO; BARROS, 2016, p. 859).

Nesse modelo de educação à distância não havia interação entre os produtores de conteúdos e os alunos, os quais recebiam as informações de forma passiva. Já o *YouTube*, por sua parte, possibilita certa interação com os “professores-*youtubers*” e com outros usuários que comentam os vídeos. O número de inscritos, de visualizações e avaliações é determinante para que um canal tenha sucesso na plataforma, ou seja, o ganho monetário desses canais está diretamente interligado à quantidade de público que o acessa.

O mercado já oferece alguns cursos preparatórios para se tornar um *youtuber*, e esses cursos trazem uma noção técnica do universo audiovisual e também fornecem instruções de como gerenciar o canal e os lucros obtidos (CREATOR ACADEMY, 2019). Nesse sentido, pode-se inferir que a implantação da terceirização também se faz presente no mundo virtual, pois dentro dessa lógica de auto-gerenciamento, os sujeitos tornam-se empreendedores de si mesmos. Assim, a empresa arrecada valores consideráveis com a produção desses profissionais e, ainda, isenta-se da responsabilidade para com essas pessoas.

Não obstante, os assinantes dos canais agrupam-se por interesse no conteúdo ou devido à sensação de pertencimento, e essa agregação “dos sujeitos em grupos de interesse comprova a ideia de que os *Youtubers* podem ser considerados líderes de opinião, em função do volume de pessoas que recebem suas mensagens e da discursividade que se estabelece em seus vídeos” (MOTTA, BITTENCOURT, VIANA, 2014, p. 4). Portanto, a plataforma promove uma intensa disseminação de ideias, porém, como todos os espaços sociais, têm seus problemas. Alguns *youtubers* propagam ideias e discursos de ódio, atrelados a episódios de homofobia, machismo, racismo, entre outros. Em muitos casos demonstra-se certa falta de conhecimento sobre determinados assuntos.

Por isso a necessidade de estudarmos e compreendermos as vantagens e limitações deste espaço para o ensino.

Nesse sentido, segundo João Mattar (2009), algumas universidades norte-americanas oferecem cursos sobre o *YouTube* para educadores, como o curso “*Youtube for Educators*” oferecido na *Boise State University*, bem como a disciplina intitulada “*Learning from Youtube*”, ofertada na *Pitzer College* em cursos de graduação. Sendo que, “há experiências com resultados positivos e negativos com o Youtube enquanto instrumento de ensino-aprendizagem” (BISPO; BARROS, 2016, p. 860).

Canais para o ensino de História

Todavia, quando trabalhamos com temas relacionados à função do professor no processo de construção do conhecimento, é sempre importante destacar que essa é uma “[...] profissão complexa e, tal como as demais profissões, é aprendida. Os processos de aprender a ensinar, de aprender a ser professor e de se desenvolver profissionalmente são lentos” (MAZUKAMI, 2013 apud CAINELLI; RAMOS; CUNHA, 2016, p. 190). Assim, acreditamos que ser professor não é uma profissão inata, na qual o sujeito já nasce com a “vocação” para ensinar, pois o docente está em constante aprendizado.

Deste modo, compreende-se que a formação dos professores se dá através de processos de longo prazo e como acrescentam as autoras: “Iniciam-se antes do espaço formativo dos cursos de licenciatura e prolongam-se por toda a vida, alimentados e transformados por diferentes experiências profissionais e de vida” (MAZUKAMI, 2013 apud CAINELLI; RAMOS; CUNHA, 2016, p. 190). Ou seja, a profissão de professor exige constante aperfeiçoamento e para isso acredita-se ser fundamental que o docente tenha capacidade de pesquisar as mais diversas questões que envolvem sua área de atuação.

Márcio dos Santos (2015), ao refletir sobre o campo da história e a indústria audiovisual, afirma que os produtores audiovisuais se tornaram competidores dos historiadores no que tange às múltiplas narrativas históricas e que seria importante que os historiadores compreendam essa linguagem para não perderem espaço, em especial no campo educacional. Para ele:

Os produtores audiovisuais tornaram-se vorazes competidores dos historiadores na tarefa de enunciar os discursos sobre o passado. Entretanto, eles enfrentam essa competição com a vantagem de

poderem veicular suas narrativas históricas em meios de massa. Além disso, as possibilidades de construções narrativas que o aparato audiovisual permite são incrivelmente sedutoras e, de modo inequívoco, apresentam imenso apelo popular. Enfim, a indústria do audiovisual constituiu-se em uma colossal produtora de discursos sobre o passado, demandando, assim, a atenção dos profissionais da história para que compreendam que tipo de narrativa histórica tem sido produzida nas telas e como isso intervém na produção dos discursos contemporâneos sobre os acontecimentos passados (SANTOS, 2015, p. 14).

Outrossim, entende-se que os produtores audiovisuais se utilizam de uma linguagem técnica para dar vida às suas produções, e essa linguagem serve aos grandes meios de comunicação. De acordo com Silvia Marinho:

Os meios de comunicação são, ao mesmo tempo, produtos e meios de produção que estão especialmente sob o domínio do desenvolvimento histórico da sociedade. [...] O exercício crítico, no entanto, leva-nos a desconfiar de tudo aquilo que foi naturalizado e que, justamente, por isso, adquire status de verdade. Desconfiamos, também, da suposta neutralidade de instituições, como, por exemplo, a linguagem. É preciso, principalmente, desconfiar dela, em todas as suas formas de manifestação, pois é através da linguagem que se constrói ou se destrói a história da humanidade (MARINHO, 2015, p. 1).

Segundo Regina Behar (2000, p. 19), o uso do audiovisual no ensino de história pode ser positivo, dado que o cinema sempre foi uma fonte riquíssima para o historiador, pois tanto o que está no filme, como a história de sua produção, testemunha sobre a sociedade e seu tempo. Entretanto, sua utilização requer sempre uma conduta crítica por parte do professor, para não ser utilizado apenas como forma de entretenimento. Nesse contexto, podemos comparar e relacionar o uso do cinema no ensino de história aos canais e vídeos disponíveis no *YouTube*, os quais obviamente estão atrelados ao universo audiovisual. De acordo com Jacqueline Sánchez-Carrero:

[...] é certo que o manejo básico de uma câmera é relativamente simples de aprender, também é fundamental tudo o que leva a compreender quando se comprovam suas possibilidades. Não se trata de “apertar botões”, como sustentam alguns adversários da técnica -normalmente desconhecedores dela-. Trata-se de explorar e se aproximar a esse instrumento que, entre outros muitos do mundo audiovisual, transforma a realidade, como aponta Gerald Milleson. Assim, se juntarmos conhecimento -técnico e semântico- e criatividade para refletir valores positivos do ser humano, então é seguro que estamos pelo bom caminho do ensino audiovisual (CARRERO, 2009, p. 147).

Da mesma forma que o mundo audiovisual pode transformar a realidade, para Paulo Freire a educação também é uma ferramenta de transformação da realidade social,

em especial quando afirma que a educação não transforma o mundo, a educação muda pessoas e pessoas transformam o mundo. Assim, de acordo com Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (2013), ser professor significa ter um compromisso constante com as práticas sociais, e para assegurar este compromisso, cabe ao docente trabalhar com metodologias participativas e desafiadoras, estimulando o pensamento crítico dos alunos. Desse modo, no caso da história, metodologicamente, percebemos que a inserção dos vídeos do *YouTube* no ensino de história pode ser um dos meios para o despertar da consciência histórica:

[...] a partir de um trabalho que percorra um caminho que signifique os documentários, os filmes, as entrevistas dentro do conteúdo a ser ministrado em sala de aula, de maneira que se possa “desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem que estabeleçam limites no consumo de informação e tecnologias, sem que isso signifique a sua negação” (ARRUDA, 2013, p. 236).

De acordo com Jörn Rüsen (2009), a consciência histórica pode ser entendida como uma categoria que se relaciona a toda forma de pensamento histórico, pois “[...] o processo mental da consciência histórica pode ser rapidamente descrito como o significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro” (RÜSEN, 2009, p. 168). Portanto, considera-se que a seleção dos vídeos do *YouTube* deve estar plenamente conectada ao conteúdo a ser trabalhado em aula, pois “Não devem ser introduzidos de maneira isolada, sem que haja um processo de reflexão, de apropriação, de uma visão crítica por parte do professor, que deve levar os alunos a refletirem quanto ao assunto que está sendo apresentado” (BISPO; BARROS, 2016, p. 870).

Todavia, os docentes podem optar por fazer o caminho contrário, “[...] ao invés de encontrar um vídeo que seja adequado a sua aula, ele pode fazer da aula, de um projeto ou do que está sendo ensinado um vídeo, em que os alunos produzirão um material sobre determinado assunto e os disponibilizarão na internet”, o que integra e expande o conhecimento produzido em classe com terceiros (BISPO; BARROS, 2016, p. 870).

Há também canais que expõem perspectivas históricas que podem contribuir com o trabalho do professor em sua prática, a fim de “[...] complementar, enriquecer os conteúdos ensinados em sala de aula” (BISPO; BARROS, 2016, p. 870). Nesse sentido, esse artigo analisa os três canais relacionados ao ensino de História, com o maior número

de visualizações, cujas produções estão direcionadas ao ensino médio e ao ensino superior.

O canal “Se Liga Nessa História” está no *YouTube* desde novembro de 2014. Apresenta 379 vídeos, com mais de 876 mil inscritos e 33 milhões de visualizações (dados obtidos em 25 de novembro de 2018) e está inserido no programa *YouTube* Edu. É produzido pelo professor e historiador Walter Solla (responsável pelo conteúdo de história) e por Ary Neto (encarregado pela parte audiovisual). Na entrevista que fizemos com o professor Walter Solla, este afirma que “sempre gostou da disciplina História nos tempos de escola, tinha mais interesse, mais facilidade, mais encantamento”. Por isso “escolheu graduar-se nesta área do conhecimento” (SOLLA, 2018). Assim, vemos que ele atua como docente desde 2011, sendo bacharel e licenciado em História pela Universidade Estadual de São Paulo, como consta na plataforma lattes. Quando perguntado sobre como enxerga o papel do professor na sociedade e no *YouTube*, declarou que:

O professor, na prática, facilita o aprendizado de conteúdos aos alunos. No *YouTube* ele utiliza das possibilidades deste espaço virtual, amigável aos alunos, para produzir vídeoaulas que o aluno pode assistir a qualquer momento, de acordo com sua necessidade e interesse e não só de acordo com a grade horária da escola (SOLLA, 2018).

Em seus vídeos, os *youtubers* procuram trabalhar os temas históricos com senso de humor para romper com os métodos mais tradicionais de ensino, tanto que, quando perguntado “Qual a finalidade de sua aula no *YouTube*?”, Solla declara que “a finalidade é oferecer ao público conteúdo de qualidade, desenvolvido a partir de parâmetros didáticos e de técnicas audiovisuais que garantam maior dinamismo e, por sua vez, maior assimilação pelo público” (SOLLA, 2018).

O “Se Liga Nessa História” também oferece um curso *on-line* pago, chamado “Quarentena Humanas”, acessado por meio de um site que leva o mesmo nome do canal. O curso volta-se para os vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O canal e o curso contam, igualmente, com aulas de Sociologia, Filosofia e Geografia. No que diz respeito às aulas de História, percebemos que estas seguem a divisão tradicional, a partir de uma lógica eurocêntrica, como podemos notar na categorização que o canal faz das aulas, em dois blocos, sendo que o primeiro é denominado “História do Mundo”. Os 38 vídeos deste bloco se ramificam em quatro pequenos blocos: Idade

Antiga (16 vídeos), Idade Média (11 vídeos), Idade Moderna (06 vídeos) e Idade Contemporânea (05 vídeos), como se observa na Figura 2:

Figura 2. Organização dos vídeos “História do Mundo”.



Fonte: “Se Liga Nessa História”, 2018.

Por sua vez, o segundo bloco, denominado “História do Brasil”, se ramifica em 50 vídeos que tem três pequenos blocos, sendo eles: Brasil Colônia (18 vídeos), Brasil Império (05 vídeos) e Brasil República (27 vídeos), conforme podemos observar na Figura 3:

18

Figura 3. Organização dos vídeos “História do Brasil”.



Fonte: “Se Liga Nessa História”, 2018.

Em um dos vídeos do canal que leva o nome “Quem é o Professor Walter?”, Solla afirma que desde muito jovem se interessava pelos conhecimentos históricos, mas não

imaginava os caminhos que percorreria, e que desejava uma educação diferente, até que reencontrou um amigo da universidade, Ary, e juntos criaram o canal no *YouTube* para dar aulas de História. Assim, os conteúdos criados em conjunto passaram a ser distribuídos gratuitamente na plataforma. Ainda no vídeo, Solla diz não ser grande entusiasta do ensino à distância. Porém, para ele o *YouTube* possibilitou o contato com uma quantidade maior de estudantes que anteriormente em suas experiências presenciais em sala de aula. No momento em que foi perguntado “O que o *Youtube* significa para você? O que o motivou a criar um canal de História na plataforma?”, Solla respondeu que:

O YouTube é um canal de comunicação entre o produtor de conteúdo e o público, assim como o jornal, a TV e o rádio. O que me motivou criar um canal de História foi a possibilidade de atingir um público maior que em uma aula presencial; a pouca burocracia para isso; o baixo custo; possibilidades didáticas garantidas pelo audiovisual; e a intenção de obter sustento a partir disso (SOLLA, 2018).

Ressalta-se que o canal traz entrevistas com figuras importantes de outros segmentos fora do campo acadêmico, como o *rapper* e poeta Fábio Brazza. A entrevista leva o nome de “*rap* e educação” e ilustra a importância do *rap* como suporte para o desenvolvimento de uma consciência histórica. Outra característica do canal é que ele não modera os comentários, pois permite que qualquer usuário da plataforma se manifeste mediante tal ferramenta.

Assim, acreditamos que o fato de o “Se Liga Nessa História” apresentar os vídeos numa perspectiva cronológica, de certa forma pode facilitar para que os alunos se situem no espaço-tempo, porém, também acaba reproduzindo a história tradicional. Além disso, como já mencionamos, as entrevistas rompem com os dogmas tradicionais acadêmicos, ou seja, boa parte dos entrevistados, além de não fazerem parte da academia, utilizam uma linguagem mais acessível ao público, facilitando a difusão do conhecimento. Outro elemento interessante a se destacar é o uso do humor como ferramenta de aproximação entre o *youtuber* e os seus espectadores, pois conceitos básicos da historiografia são apresentados com grande senso de humor.

O próximo canal analisado se chama “Vamos falar de História?”. Criado por Felipe Dideus, está no *YouTube* desde setembro de 2013, contando com 282 vídeos postados, mais de 418 mil inscritos e 25 milhões de visualizações (dados obtidos em 25 de novembro de 2018). Felipe Dideus declarou – quando perguntado sobre como

compreende o papel do professor na sociedade e no próprio *YouTube* – que “enxerga os professores como os responsáveis pelo futuro e base de uma sociedade estável” (DIDEUS, 2018). Dos três *youtubers*, Felipe Dideus é o único que não concluiu a graduação em História. Segundo ele:

Estudei História durante seis meses na Universidade de Taubaté, porém, não concluí por falta de recursos financeiros. Então, não sou formado em História. Sempre gostei muito de Segunda Guerra Mundial. Estudando o tema, lendo livros, assistindo professores, documentários, filmes, acabei me apaixonando perdidamente pelo tema. Vi que muitos países, inclusive a própria Alemanha, valorizavam seus veteranos de guerra. Valorizavam de uma forma honrosa. Foi quando eu me perguntei sobre os soldados brasileiros. Sempre vi muita gente desmerecendo nossos veteranos. Fui atrás e pesquisei muito. Descobri grandes histórias e isso aumentou mais ainda meu gosto por assuntos militares. Procurei narrar as histórias dos nossos combatentes para mostrar que eles não mereciam tal desmerecimento e que assim como qualquer soldado que lutou na segunda guerra mundial, os nossos também tiveram seu valor (DIDEUS, 2018).

Logo de início podemos observar que a descrição do canal diz que se propõe a divulgar as informações de uma forma simples e objetiva, finalizando com uma frase atribuída ao filósofo e historiador francês Ernest Renan: “O talento do historiador consiste em compor um conjunto verdadeiro com elementos que são verdadeiros apenas pela metade”. Quando perguntado sobre “Quais vantagens e desvantagens o *YouTube* pode trazer para o ensino de História?”, Felipe Dideus nos respondeu que:

A grande vantagem do Youtube é que hoje você encontra muita informação que antes era propagada parcialmente. Há 15 anos, grande parte da população brasileira tinha acesso somente a um lado da História, lado este proposto pela mídia e pelo sistema educacional do governo. O Youtube deu voz para milhares. A grande desvantagem, por outro lado, é que o Youtube também foi usado para propagar muita desinformação histórica (DIDEUS, 2018).

O canal estrutura seu conteúdo em dez blocos de vídeos, separados por temáticas, sendo elas: Envios Recentes / Todos os Vídeos (282 vídeos), Temas Paralelos (128 vídeos), História do Brasil (73 vídeos), Poder Militar (15 vídeos), Mitologias | Mitos | Lendas (22 vídeos), História Geral (27 vídeos), O Outro Lado da História (06 vídeos), Teorias da Conspiração (04 vídeos), Os Últimos Envios e Guerras (10 vídeos). Como se observa na Figura 4.

Figura 4. Organização dos vídeos “Vamos Falar de História?”.



Fonte: “Vamos falar de História?”, 2018.

“Vamos falar de História?” apresenta uma série de vídeos voltados para as histórias de guerras e conflitos que envolvem grandes figuras militares e distintas nações, como podemos observar em alguns dos títulos dos vídeos, tais como: “Insurreição Pernambucana, a GUERRA contra os HOLANDESES”; “A Coréia do Norte pode ser uma ameaça para o Brasil?”; “O Brasil tem munição para apenas uma hora de guerra?”; “O pai de todas as bombas vs a mãe de todas as bombas”; “1964 - O golpe militar”; “O outro lado do Regime Militar Brasileiro”; “Os três heróis brasileiros”; “Guerra do Paraguai | Ep-1”; “O outro lado da União Soviética”; “Guerra do Vietnã”, “Samurais” e “Mitologia Grega | Ep 6 | Teseu. Nesse sentido, Felipe Dideus mostra-se bastante nacionalista com relação ao Brasil, tanto que em alguns vídeos aparece vestido com uma camiseta da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Já em outros, podemos observar imagens coladas ao fundo do cenário, como por exemplo, fotos e figuras de Ayrton Senna e Dom Pedro II.

Dideus não modera os comentários, ou seja, permite que qualquer usuário do *YouTube* comente seus vídeos livremente. O criador do canal detém e divulga constantemente nos vídeos sua loja virtual, que garante a manutenção do canal, oferecendo a venda de canecas e camisetas personalizadas, que se dividem categoricamente entre as "idades": Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Nos períodos são estampados signos como: o olho de Hórus, o Yin-Yang Chinês, os Templários, a Companhia das Índias Orientais, a bandeira com um lobo dos Confederados, o Bombardeiro B-17, a bandeira da FEB e o brasão do Império do Brasil, entre outros. É interessante notar que nessa linha de valorização do Estado Nação a loja

também oferece produtos com estampas de brasões de famílias do Brasil, trazendo sobrenomes populares como Silva, Santos, Bastos, Moraes, Rodrigues, Carvalho, etc.

Ao que tudo indica, os dois canais apresentados até o momento dedicam ao menos uma parte do conteúdo para explicar acontecimentos históricos com uma linguagem mais informal, além de trazerem conteúdos presentes em vestibulares. Infere-se que estes dois canais atraíam majoritariamente pessoas que estão planejando ingressar no universo acadêmico e que procuram uma linguagem que consideram mais dinâmica e acessível.

Este não é necessariamente o caso do último canal analisado, o “Leitura ObrigaHistória”, que se mostra de grande serventia para os estudantes em processo de graduação, ou que estão na pós-graduação, por apresentar discussões mais aprofundadas, como conceitos históricos e leituras mais específicas da historiografia.

O “Leitura ObrigaHistória” começou como um blog de resenhas de livros acadêmicos, principalmente de história e, após ser ampliado para uma página no Facebook, houve uma projeção da mesma e seu conteúdo migrou para um canal no *YouTube*, tido como somente mais uma plataforma. Criado em agosto de 2015, conta com mais de 126 mil inscritos e 2,7 milhões de visualizações (dados obtidos 25 de novembro 2018). O canal é coordenado pelo professor e historiador Icles Rodrigues, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por Luanna Jales, professora e historiadora formada pela mesma instituição, e Mariane Pisani, doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo.

O canal dedica-se a compartilhar conhecimento histórico. Os vídeos apresentam dicas de livros, resenhas e temas históricos diversificados. Os *youtubers* dissecam muitos conceitos históricos de forma clara e objetiva, de modo mais aprofundado e nos parâmetros acadêmicos, por apresentar, por exemplo, muitas referências. É patente que diante da onda de desinformação e manipulação da opinião pública eles se mostram preocupados com a falta de interpretação das pessoas. Quando perguntados sobre “como enxergam o papel do professor na sociedade? E no *Youtube*?”, Icles Rodrigues declarou:

Fundamental. Não dá pra esperar uma resposta muito diferente vinda de um professor. No YouTube, o papel do professor é fazer contraponto à toda essa torrente de ignorância, desinformação, mentiras e manipulação pública, que possuem muito mais audiência do que merecem, se é que mereceriam alguma. Mas não basta repassar informação: é necessário ensinar as pessoas a interpretar textos, prestar atenção no conteúdo e respeitar o mínimo da hierarquia do conhecimento (RODRIGUES, 2018).

O canal organiza e subdivide seu conteúdo audiovisual em quinze blocos, sendo eles: Dicas de livro (65 vídeos), Mulheres na História (10 vídeos), Entrevistas (11 vídeos), História Geral (20 vídeos), Antropológica (06 vídeos), Listas (02 vídeos), FAQ – Respondendo Perguntas Frequentes (03 vídeos), História e entretenimento (01 vídeo), Resenhas de livros (25 vídeos), Conceitos históricos (14 vídeos), Fontes Históricas (06 vídeos), Quem é quem na História? (09 vídeos), Meus livros (*Bookshelf tour*) (04 vídeos), Histórias das Nações (02 vídeos) e Rock & História (11 vídeos), como podemos observar na figura 5:

Figura 5. Organização dos vídeos “Leitura ObrigaHistória”.



Fonte: “Leitura ObrigaHistória”, 2018.

Na seção que integra as entrevistas, o “Leitura ObrigaHistória” traz importantes pesquisadores, como a brasileira Lilia Schwarcz, professora de Antropologia da Universidade de São Paulo e o italiano Giovanni Levi, um dos principais nomes da micro-história. O canal também apresenta entrevistas com doutorandos que estão estudando no exterior –proporcionando ao público do canal o conhecimento de diferentes experiências de pesquisa, especialmente no campo da história. Acreditamos que isso representa uma expansão de caráter internacional e de integração, o qual enriquece os diálogos, os

debates, a compreensão e a dimensão dos conceitos históricos para os espectadores do canal.

Diferentemente do “Se Liga Nessa História” e do “Vamos Falar de História?”, os comentários do “Leitura Obriga História” são moderados, pois passam por um crivo dos criadores antes de virem a público. Assim, criam um ambiente mais saudável e encorajador para que as pessoas participem, evitando comentários ofensivos, maliciosos, entre outros. O que se legitima na entrevista quando perguntamos a Rodrigues “Como se dá sua relação com o público?”, tendo ele respondido:

Em geral, costuma ser pacífica. Os encrenqueiros são todos banidos permanentemente do canal, sendo impedidos de comentar novamente, e o *feedback* positivo é constante, incluindo estudantes, professores, aposentados, adolescentes... Todas as faixas-etárias. Segundo dados do *YouTube*, apenas 27% do meu público é feminino, discrepância de gênero que eu confesso não saber explicar o motivo, mas parece que isso é relativamente comum em outros canais relacionados às ciências em geral, ainda que eu não tenha dados para apresentar nesse sentido (RODRIGUES, 2018).

Quando também indagado sobre “Quais as vantagens e desvantagens o *YouTube* pode trazer para o ensino de História?”, Icles Rodrigues declarou:

Eu não acho que haja vantagens específicas para o ensino de História. Acredito que o fato de ela ser uma plataforma primariamente audiovisual pode dar ao historiador a possibilidade de usar muitas fotos e cenas de vídeos para criar um conteúdo mais dinâmico, mas isso vale para basicamente qualquer conteúdo. Já a desvantagem é inerente ao fato inescapável de que História e Política não se separam. Logo, ao falar de história, é virtualmente impossível não permear o conteúdo por política, mesmo que de forma sutil. E não importa que viés você aparente, sempre haverá um nicho do público disposto a te atacar pelo que você pensa ou, pior ainda, pelo que esses sujeitos acham que você pensa, mesmo que não seja verdade (RODRIGUES, 2018).

O *blog* que leva o mesmo nome, traz artigos, dicas de livros e entrevistas, o que comprova que o canal é uma extensão do *blog*, deixando o aprendizado ser alçado de uma forma mais lúdica. O projeto é financiado por colaboradores que podem apoiar com pequenos valores e também conta com uma loja virtual, a “Obrigastore”, que vende camisetas e canecas voltadas para o público das Ciências Humanas. Por meio dessas fontes de renda o canal espera levantar R\$4.500 para se autofinanciar e continuar prosperando.

Assim, ao estudarmos comparativamente os três canais, vemos que “Se Liga Nessa História” está pensado e estruturado para o público estudantil em fase de vestibular,

e aposta no senso de humor e efeitos especiais que o aparato audiovisual proporciona para atrair mais internautas, sendo o *YouTube* utilizado como uma extensão da lógica dos cursinhos pré-vestibulares. Com esse mesmo objetivo de cativar o público pré-universitário, destacamos o canal “Vamos Falar de História?”, de Felipe Dideus, *youtuber* com formação superior incompleta em História devido à falta de recursos financeiros. Seus vídeos focam mais os fatos históricos ligados aos conflitos, principalmente, os militares. Nessa conjuntura, ambos canais trabalham de uma certa forma com as fontes que acabam por reproduzir em seus vídeos uma história factual, episódica, anedótica, biográfica, em rápidas narrativas. Seus objetivos quanto à utilização da plataforma acabam caminhando na contramão da história crítica, documentada e teoricamente fundamentada ao alcance de seu público de forma gratuita.

Por outro lado, o canal “Leitura ObrigaHistória” apresenta diferenças em densidade de conteúdos e critérios metodológicos com o “Se Liga Nessa História” e o “Vamos Falar de História?”. Nota-se uma outra postura do “Leitura ObrigaHistória” na forma como o canal apresenta, indica e referência às fontes, além da maneira que problematiza os conteúdos. Ou seja, há uma preocupação com as interpretações dos fatos e conceitos, bem como um cuidado para não cometer anacronismos cruciais para a aprendizagem histórica. Posto que os vídeos também demonstram atenção com a parte técnica, vale destacar que este canal traz uma imagem e som de qualidade. Dessa forma, consegue atender a demanda da história na plataforma com uma produção de história acadêmica e, ao mesmo tempo, popular e de qualidade.

Considerações Finais

Neste artigo procuramos analisar três canais voltados para o ensino da história. Para tal, estudamos o *YouTube*, a cultura participativa e o mercado educacional. Ao analisar os canais, percebemos que a linguagem audiovisual que está presente nos vídeos do *YouTube*, quando se volta para a área educacional, desperta opiniões dicotômicas entre os aspectos positivos e negativos com relação ao ensino-aprendizagem.

Compreendemos que o lado “sombrio” da educação por meio da plataforma se dá mediante as fundações criadas por grupos empresariais que se aproveitam para explorar e fomentar o ensino à distância, a fim de terceirizar e isentar-se das responsabilidades para com esses profissionais, o que certamente desprestigia e desqualifica o ofício desses

profissionais, em especial, dos professores.

Por outro lado, os vídeos do *YouTube* podem contribuir com o trabalho do professor em sua prática, como recurso didático para o ensino de História, desde que os conteúdos utilizados se deem de forma a serem problematizados por parte dos docentes e discentes, considerando os contextos históricos em que foram produzidos, bem como, as intencionalidades dos diretores, dos cortes, dos produtores, e de tudo que engloba os recursos audiovisuais. Em outras palavras, os conteúdos dos vídeos do *YouTube* não devem ser utilizados como mero entretenimento e, também, não devem ser os principais responsáveis pela formação dos estudantes.

Entendemos que o *YouTube* se tornou uma ferramenta muito importante na atualidade, pois praticamente qualquer indivíduo pode expressar-se por meio dele. Porém, é inegável que existam canais dentro da plataforma que estão produzindo conteúdos que poderiam ser considerados “a-históricos” ou “anacrônicos”, nos quais os fatos, acontecimentos e processos históricos estão sendo distorcidos ideologicamente para atender as demandas conservadoras da sociedade. Desse modo, se faz necessário que os historiadores acadêmicos compreendam com maior profundidade a dimensão pública do seu ofício, indo além dos muros da academia e participando dos debates de interesse público.

Sublinha-se o fato de que no compartilhador de vídeos a lógica avaliativa é invertida. O docente passa a ser avaliado por seus alunos espectadores, e essa lógica favorece ao mercado, pois o professor muitas vezes se vê obrigado a agradar e adaptar-se aos caprichos de seus espectadores. Caso não se renda a tais caprichos, corre o risco de não ter público e nem receita. Conseqüentemente, torna-se um refém dos ideais da indústria, tanto educacional, quanto do entretenimento, visto que essa cultura em prol de *likes* nos vídeos acaba favorecendo os canais mais bem avaliados e visualizados que podem não ser os que portam maior qualidade de conteúdo.

Portanto, em uma sociedade que nos exige processar as informações o mais rápido possível, o que obviamente abarca a educação, se reproduz uma lógica de *fast-food* das informações, isto é, mais que criticar o papel da tecnologia devemos perguntar-nos o rumo da educação formal frente a formação do pensamento crítico e a sua capacidade para dialogar com essas fontes de informações já instaladas no corpo social.

Referências

ALEXA. *Audience Overlap Tool*. 2018. Disponível em: <www.alexa.com>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ALVES, Rosental Calmon. Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. *Comunicação e Sociedade*, v. 9, n. 10, p. 93-102, 2012.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Ensino e aprendizagem na sociedade do entretenimento: desafios para a formação docente. *Educação* (PUCRS. Impresso), Porto Alegre, v. 36, p. 232-239, 2013.

BEHAR, Regina Maria Rodrigues. *O uso do vídeo no Ensino de História*. João Pessoa: Edições CCHLA; Editora Universitária/UFPB, 2000.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertrudes Teixeira. As enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front italiano. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 41, n. 3, p. 447-453, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/41641>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BISPO, Luana Maria Cavalcanti; BARROS, Kelly Cristiane. Vídeos do YouTube como recurso didático para o ensino de História. *Atos de Pesquisa em Educação*, 2016, vol. 11, no 3, p. 856-877.

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; IAHN, Luciene Ferreira; BENTES, Roberto de Fino. As Ferramentas da Web 2.0 nas Organizações: vantagens e contextos de utilização. RNTI. *Revista Negócios e Tecnologia da Informação* (Impresso), v. 2, p. 18-33, 2007.

BURGESS, Jean. & GREEN, Joshua. *Youtube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009.

CAINELLI, Marlene Rosa; RAMOS, Márcia Teté Elisa; CUNHA, Maria de Fátima. Formação de Professores de História: o Princípio Investigativo como Fundamento da Prática de Ensino. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 189-204, jan./abr. 2016.

CARRERO, Jacqueline Sánchez. Pequeños televidentes/Pequeños productores. De cómo los niños participan en la ciudadanía comunicativa. *Palabra Clave*, v. 12, n. 1, p. 7, 2009.

CREATOR ACADEMY. *YouTube Creators*. 2018. Disponível em: <<https://creatoracademy.youtube.com/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

DE OLIVEIRA, Cláudio. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Pedagogia em Ação*, v. 7, n. 1, 2015.

DIDEUS, Felipe. [Entrevista concedida por meio digital]. 05/09/2018.

FERNANDES, Márcio Regis; FERREIRA, Maria Nahir Batista. Vídeo documentário: um instrumento do ensino-aprendizagem de história. *Anais do Encontro Estadual de História do Ceará* (13). 2012. Sobral, Ceará. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/263342956/VIDEO-DOCUMENTARIO-UM-INSTRUMENTO-Do-Ensino-Aprendizagem-de-Historia>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ESTUDO VIDEO VIEWERS. *Press Event – Brandcast*. 2017. Disponível em: <<http://www.michaeloliveira.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Video-Viewers-2017-Brandcast-Press-Event.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 46ªed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GUZMÁN, Alba Patricia; MORAL, Maria Esther Del. Tendencias de uso de YouTube: optimizando la comunicación estratégica de las universidades iberoamericanas. *Observatorio (OBS*)*, v. 8, n. 1, p. 69-94, 2014.

LEITURA OBRIGAHISTÓRIA. YouTube, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCtMjnvODdK1Gwy8psW3dzrg/playlistsplaylists>>. Acesso: 25 nov. 2018.

LENHARDT, Amanda; MADDEN, Mary. *Teen Content Creators and Consumers*. Washington, DC: Pew Internet & American Life Project, 2005. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/files/old-media/Files/Reports/2006/PIP%20Bloggers%20Report%20July%2019%202006.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da historiografia*, n. 15, p. 27-50, 2014.

MARINHO, Sílvia Maria Santos. Os meios de comunicação e sua influência na sociedade atual. *Anais do II Congresso Nacional de Educação*. 2015. Campina Grande, Paraíba. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_M D1_SA16_ID6627_17082015025331.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

MATTAR, João. *Youtube na educação: o uso de vídeos em EaD*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Revista Tempo*, vol. 11, núm. 21, jul, 2006, pp. 5-16.

MOTTA, Bruna Seibert; BITTENCOURT, Maíra; VIANA, Pablo Moreno Fernandes. A influência de Youtubers no processo de decisão dos espectadores: uma análise no segmento de beleza, games e ideologia. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação–E-compós*, Brasília 17, n. 3, 2014.

PEDRO, Alexandra Raquel. Os museus portugueses e a Web 2.0. *Revista Ciência da Informação*, v. 39, n. 2, 2010.

PEW RESEARCH CENTER. Internet & American Life Project. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org>>. Acesso em: 20/05/2018.

RODRIGUES, Icles. [Entrevista concedida por meio digital]. 04/09/2018.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, p.163-209, 2009.

SANTOS, Márcio Tavares dos. *Memória cinematográfica: a reconstrução histórica das ditaduras brasileira e chilena através da produção fílmica de Lúcia Murat e Pablo Larraín*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2015.

SE LIGA NESSA HISTÓRIA. YouTube, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/seliganessahistoria1/playlists>>. Acesso: 25 nov. 2018.

SOLLA, Walter. [Entrevista concedida por meio digital]. 09/11/2018.

THINK WITH GOOGLE. *De Play em Play*. Jul/2017. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/de-play-em-play/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

VAMOS FALAR DE HISTÓRIA? YouTube, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/vamosfalardehistoria/playlists>>. Acesso: 25 nov. 2018.

WE ARE SOCIAL. *Measurement & Analytics*, 2018. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

YOUTUBE. *YouTube em números*. Disponível: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/press/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

YOUTUBE EDU. *YouTube Edu*. Disponível em:<https://www.youtube.com/channel/UCs_n045yHUIC-CR2s8AjIwg/about>. Acesso em: 28 mar. 2018.

Artigo recebido em 03 de abril de 2019. Aprovado em 14 de maio de 2019.

IDENTIDADES EM SANTA CATARINA: A NEGAÇÃO DO OUTRO E A CELEBRAÇÃO DA ESPECIFICIDADE

*Maristela Simão¹
Angelo Renato Biléssimo²*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir processos de construção de identidades no Estado de Santa Catarina, no Brasil. Apresenta e discute alguns marcos históricos, em um esforço de cronologia que busca aprofundar a compreensão dos modos pelos quais o campo da cultura é utilizado no estado, muitas vezes, em uma estratégia de segregação, não só com o objetivo de definir quem faz parte, mas também, muito especialmente, quem deve ser excluído. Propõe-se, ao mesmo tempo, avançar na discussão de alguns conceitos que permeiam o debate, tendo como horizonte um esforço de superação das desigualdades e de valorização da diversidade de origens das populações catarinenses.

Palavras-chave: Identidades, Cultura, Diversidade, Santa Catarina.

IDENTITIES IN SANTA CATARINA: THE DENIAL OF THE OTHER AND THE CELEBRATION OF SPECIFICITY

Abstract: This article aims to discuss processes of identity construction in the State of Santa Catarina, Brazil. It presents and discusses some historical landmarks in an effort of chronology that seeks to deepen the understanding of the ways in which the field of culture is used in the state, often in a strategy of segregation, not only with the goal of defining who is part but, especially, who should be excluded. It is proposed, also, to advance in the discussion of some concepts that permeate the debate, having as a horizon an effort to overcome inequalities and to value the diverse origins of the people of Santa Catarina.

Keywords: Identities, Culture, Diversity, Santa Catarina State.

IDENTITÉS À SANTA CATARINA: LE DÉNI DE L'AUTRE ET LA CÉLÉBRATION DE LA SPÉCIFICITÉ

Résumé: Cet article a le but de discuter des processus de construction identitaire dans l'État de Santa Catarina, au Brésil. Il présente et discute certaines marques historiques, dans un effort de chronologie qui cherche à approfondir la compréhension de la manière dont le champ de la culture est utilisé dans l'État, plusieurs fois, dans une stratégie de ségrégation, pas seulement avec le but de définir qui fait part, mais aussi, surtout, qui devrait être exclu. Il est également proposé d'avancer dans la discussion de certains concepts qui imprègnent le débat, en ayant pour horizon un effort pour surmonter les inégalités et valoriser la diversité des origines des populations de Santa Catarina.

Mots-clés: Identités, culture, diversité, Santa Catarina.

¹ Museóloga e historiadora, Mestre em História da África e Doutora em Museologia, Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona, Portugal.

² Historiador, Mestre em História dos Descobrimientos e da Expansão e doutorando em História na Universidade de Lisboa, Portugal.

IDENTIDADES EN SANTA CATARINA: LA NEGACIÓN DEL OTRO Y LA CELEBRACIÓN DE LA ESPECIFICIDAD

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo discutir procesos de construcción de identidades en la provincia de Santa Catarina, en Brasil. Presenta y discute algunos ejes históricos, en un esfuerzo de cronología que busca profundizar la comprensión de los modos por los cuales el campo de la cultura es utilizado en la provincia, muchas veces, en una estrategia de segregación, no solo con el objetivo de definir quien hace parte, pero también, especialmente, quien debe ser excluido. Se propone, al mismo tiempo, avanzar en la discusión de algunos conceptos que permean el debate, que tiene como horizonte un esfuerzo de superación de las desigualdades y de valoración de la diversidad de orígenes de las poblaciones catarinenses.

Palabras-clave: Identidades, Cultura, Diversidad, Santa Catarina.

Introdução

Diversidade é a marca da cultura catarinense. Os casarões açorianos do Litoral, a arquitetura em estilo enxaimel no Vale do Itajaí e no Norte do Estado e as tradições italianas ainda fortes no Oeste são exemplos concretos da diversidade cultural catarinense [...] Há conjuntos históricos que representam outras etnias europeias que também participaram, em menor escala, da colonização do Estado. A cidade de Treze Tílias, no Meio-Oeste, foi fundada por imigrantes austríacos vindos da região do Tirol e parece uma vila típica saída dos Alpes. Outros dois grupos étnicos com contribuições arquitetônicas que merecem destaque são os poloneses e os ucranianos. [...] (SANTA CATARINA. GOVERNO DO ESTADO, 2015)

O estado de Santa Catarina, usualmente, é imaginado como um espaço diferenciado do conjunto da formação brasileira, um “pedacinho da Europa no sul do Brasil”. Em oposição a um povo “miscigenado” que emerge de um “cadinho cultural” pleno de diferentes influências, esta região seria quase que exclusivamente fruto de uma experiência que remete à Europa. Fenômenos e mecanismos culturais de outras origens, em especial não europeias, acabam, por vezes, invisibilizados, tanto em pesquisas e estudos quanto em manifestações de divulgação e celebração de aspectos culturais catarinenses. Esse ocultamento, não raro, mascara a diversidade da sociedade e acaba por negar, a populações e indivíduos, o acesso a sua memória e ao seu patrimônio e por esconder sua história ou falsear sua trajetória. Esse processo busca construir para Santa Catarina uma imagem específica, tanto em relação aos seus processos internos como na visão projetada para fora do estado e do país.

A discussão sobre o que seria a “cultura catarinense” começa apoiando-se profundamente nesta segregação, pois faz, muitas vezes, uma sinonímia direta entre

cultura e origem, e não por acaso remete qualquer manifestação cultural à imigração europeia. Propomos, entretanto, transitar em um conceito mais amplo de cultura, como Geertz, que, ao discutir o tema, diz acreditar,

como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura de um significado (GEERTZ, 1996, p. 15).

Essa noção permite perceber estas relações como uma teia presente de forma difusa e, ao mesmo tempo, entrelaçada na sociedade brasileira, abrindo espaço para a atuação do indivíduo como definidora dessas relações sociais. Sob este prisma, a ideia de uma cultura catarinense que seja eminentemente alemã, italiana ou – o que causa ainda mais estranhamento – açoriana, como veremos a frente, levanta muitas questões.

Há, outrossim, uma constante tensão entre identidade e alteridade, entre processos de coesão e de diferenciação social. Alguns esforços em Santa Catarina procuram construir a identidade tendo como ponto fundamental, justamente, a negação da diversidade. Neste sentido, talvez seja mais oportuno a ideia de multiculturalismo, conforme apresentada por Stuart Hall (2006). Esta interpretação entende a tentativa de construção de uma narrativa única como um fenômeno eminentemente violento, que exige a invisibilização de largas parcelas da população.

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensa-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (HALL, 2006, p. 62).

Em Santa Catarina, a principal ferramenta nessa direção, em uso desde meados do século XX, passa pela atribuição de uma origem às manifestações culturais. Nesse sentido, uma das grandes ausências no debate, ainda que mais recentemente esteja havendo uma emergência de novos estudos que não existiam em períodos anteriores, são as manifestações culturais de origem africana ou indígena, ou, mais exatamente, a participação destas populações nas dinâmicas culturais catarinenses. O primeiro passo, entretanto, é compreender que identidades não se transferem. As identidades construídas na América, assim, são influenciadas por costumes e ideias trazidas pelas populações de seus locais de origem, mas constantemente revisitadas e ressignificadas ao longo do tempo. As identidades, nesse contexto, são criadas a partir de uma ideia de elo entre o

sujeito e o local que é percebido como de sua origem. Não são, portanto, fixas. Segundo Stuart Hall, dependem de um “conjunto de posições de identidade”, variando conforme a pessoa, o momento e o contexto. (HALL, 2009, p. 432) Tornam-se, assim, mais políticas que antropológicas.

Mais do que isso, a experiência da escravidão, dos fluxos e das trocas interculturais atlânticas, deve ser parte integrante dos estudos das culturas e identidades forjadas na América. Na linha do apontado por Paul Gilroy, essa visão seria uma perspectiva transnacional e intercultural, produzida através da diáspora, que liga profundamente Santa Catarina a experiências vividas fora de seu espaço (GILROY, 2001). As identidades, ainda que remetam a uma origem, não são transportadas ou concluídas, forjam-se no trajeto.

Pela carga que carregam, remetendo a divisões populacionais que não só são produzidas, como também usualmente utilizadas para a segregação e invisibilização de grupos sociais, é preciso delimitar de forma bastante cuidadosa a utilização destes conceitos. Não há, sob esse aspecto, nenhuma identidade monolítica, que obrigue todos sob sua sombra a determinados comportamentos. Não há, do mesmo modo, uma única identidade a ser assumida pelo indivíduo, pelo contrário, muitas vezes as pessoas se utilizam de determinadas identidades como resposta a uma situação, transitando entre elas ao sabor da necessidade e de suas possibilidades. A ideia de identidade, assim, se afasta de qualquer pretensão essencialista, e se insere, deste modo, entre aqueles conceitos que, embora complexos, polêmicos e algo desgastados, ainda são úteis enquanto ferramentas de análise. Esses conceitos, e entre eles o de identidade, talvez seja o que mais se destaca, mantêm sua relevância, e

uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados (HALL, 2004, p. 104).

Há, em Santa Catarina, um esforço perene e antigo de definição de uma identidade. A formação e a consolidação do discurso da especificidade como hegemônico é, talvez, o mais importante dado na discussão de cultura e identidade no estado, tendo vindo a ser combatido de forma mais efetiva, apesar do esforço de alguns indivíduos e instituições antes disso, apenas a partir da década de 1990. Mesmo assim, ainda é influente e amplamente presente.

A busca pela construção de uma identidade catarinense, conforme aqui investigamos, não se dá de forma imediata. Para compreender esse processo é preciso compreender como ele se construiu, e de que forma a visão da história e da formação de Santa Catarina foi sendo modificada ao longo do tempo.

Um esforço de cronologia

Para compreender a construção das ideias de identidade e memória em Santa Catarina podemos pensar em como essa visão evoluiu. Ainda que, como acontece de forma geral nos processos que envolvem a complexidade do convívio social tenha havido contínuas idas e vindas, com resistências, saltos e conflitos, o que propomos aqui é um esforço de cronologia, que aponte para um quadro geral do desenvolvimento das noções de identidade construídas a partir da memória. Esse é um processo que reúne incontáveis individualidades, histórias pessoais que respondem a uma infinidade de questões. Ainda assim, julgamos relevante tentar estabelecer algumas balizas, que permitam uma compreensão maior do processo mais abrangente. Entretanto, ressaltamos que as fases que aqui referimos são apenas indicativas, e que os diferentes processos e dinâmicas se sobrepõem.

Essas identidades que se propõem hegemônicas necessitam consolidar-se, ao mesmo tempo, como amplas e segregadoras. Amplas, pois devem abarcar variadas manifestações culturais – frequentemente de origens diversas ou pouco claras – e segregadoras, já que devem ser capazes de manter afastadas ou invisibilizadas manifestações indesejadas.

As políticas de identificação e definição cultural sempre estiveram atreladas a objetivos políticos, econômicos e acadêmicos, levados a cabo por grupos com interesses específicos. Se esse processo é verdade para muitos lugares, em Santa Catarina ele é especialmente importante pela verdadeira tradição que o estado tem em um relacionamento bastante próximo entre os chamados intelectuais e as esferas de poder estatal.

Raça, clima e abordagens naturalistas (até 1948)

Com o fim do Império e início da República, o Brasil perde as bases monárquicas em que se apoiava desde os tempos coloniais e se torna necessário desenvolver novos discursos sobre a nação, e de como superar seus desafios. Não parece haver, no entanto, ruptura com conceitos então em voga, como os que propunham um branqueamento da população através da imigração e que viam na mestiçagem e em questões como a influência do clima e de aspectos naturais nas populações a origem de muitos dos problemas do país. Ainda que as conclusões a que se chegavam sejam hoje reconhecidas como indefensáveis e profundamente racistas, pode-se identificar ali um primeiro esforço de utilizar o conhecimento científico na organização social, econômica e política do Brasil.

Com a chegada da década de 1930, entretanto, mudanças profundas se operam no país. A chamada República do Café com Leite, alicerçada nos mesmos pressupostos e nas mesmas forças sociais que sustentavam o Império, dá lugar à ditadura de Getúlio Vargas, e novas iniciativas, como a criação da Universidade de São Paulo – USP, mostravam que havia profundas mudanças em gestação. Três obras, lançadas em um intervalo de uma década, podem ser consideradas símbolos dessas mudanças: *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936 e *A Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., em 1942. Essas obras representam uma profunda alteração na forma do país enxergar suas próprias dinâmicas, e podem ser colocadas como a base de formas de se compreender o Brasil com intensas implicações ao longo dos anos, ainda que mais como símbolos, uma vez que os estudos, inclusive de seus autores, continuam avançando, e as discussões sobre o país seguem aprofundando sua complexidade nos anos seguintes (FREYRE, 1933; HOLANDA, 1936; PRADO JR., 1942).

Casa Grande e Senzala aponta para construções possíveis de um Brasil que fizesse as pazes com a sua diversidade e abre a vertente cultural da forma de compreender o país. *Raízes do Brasil* tira da raça, do clima e dos aspectos naturais a carga do atraso, e busca olhar nas formulações políticas e nas opções brasileiras a origem das dificuldades, sendo sucedida pela concentração no social. Já *A formação do Brasil Contemporâneo*, com a ideia do *sentido da colonização*, tenta compreender, dentro da teoria marxista, um caminho específico do país, percorrendo um trajeto centrado no econômico. Mas, mais do que isso, esses trabalhos mostraram a possibilidade de novas teorias e aproximações, atualizadas com as discussões em curso em outros países e construídas a partir de um real

esforço científico, sempre dentro dos padrões metodológicos então em voga e das opções metodológicas e ideológicas dos autores.

Em Santa Catarina, entretanto, o processo seria mais moroso, e foram necessários alguns anos para que as aproximações baseadas na raça e no clima encontrassem seu ocaso. Conceitos que, ao menos dentro do debate intelectual que se propunha científico, haviam sido abandonados ou, ao menos, perdido grande parte de sua influência nos grandes centros do Brasil, permaneceram em voga no estado.

Pode-se afirmar que na primeira metade da década de 1930, já não havia mais espaço para as explicações naturalistas da sociedade brasileira. O novo regionalismo que surge então – que incentivava o conhecimento das partes que ganhariam significação no todo – parece ter influenciado iniciativas como as de [Oswaldo] Cabral, [Lourival] Câmara ou Aujor [Ávila da Luz]. Porém, o que parece significativo é a insistência por parte destes autores em usar instrumentos de análise naturalistas considerados há algum tempo obsoletos. Oliveira Vianna parece viver na sua plenitude por vários anos ainda em Santa Catarina, mesmo após ter sido mandado às trevas em outras partes do Brasil (GARCIA JR., 2002, p. 40).³

Se estava pouco atualizado em relação à forma como se discutiam essas questões em outros espaços do país, entretanto, o discurso salientava a inserção de Santa Catarina no quadro geral da ocupação do Brasil. O discurso dominante sobre a identidade catarinense da primeira metade do século XX baseava-se, assim, no desbravador português e na inserção de Santa Catarina no cenário nacional. A diferenciação do catarinense se daria no desempenho de suas figuras de proa, mais do que em algum elemento de sua formação, como se daria nos anos seguintes.

A própria formação da região era, nessa visão, um dos elementos de dificuldade ao seu desenvolvimento. Como era comum nesse tipo de discussão, Santa Catarina seria composta por tipos específicos de população, resultado das raças que a formaram e das condições naturais que as moldaram. Para Lourival Câmara, havia em Santa Catarina o “Serrano”, que era agressivo e havia herdado do indígena “profundos sentimentos tanto no ódio como no amor” e do português “a ambição e o autoritarismo”; o “Praiano”, uma “reprodução degenerada daqueles que fracassaram no litoral”, essencialmente “indolente, resignado”; e o “Colono”, que “aliava as qualidades do trabalho às faculdades da inteligência que, junto ao amor a terra, transformaram as antigas colônias em ricos municípios”; “Um a um a viverem vida divergente e a dissimilarem fundamentalmente

³ O autor se refere a Cabral, 1938; Câmara, 1940; Luz, 1952; Vianna, 1923.

no soma e na psyché”. Para Câmara, o principal problema de Santa Catarina era o Praiano, ponto mais baixo em sua caracterização, ainda que o Serrano, por trazer forte componente de mestiçagem, não ficasse muito acima, enquanto o Colono era a base e, principalmente, a esperança de prosperidade (CÂMARA, 1940, p. 12).

Ainda mais influente, e uma das obras fundamentais do período, temos *Santa Catarina: História e Evolução*, de Oswaldo Rodrigues Cabral (CABRAL, 1938). Publicado dois anos antes da obra de Câmara, trata-se de um estudo mais denso, que pela primeira vez busca realmente se aprofundar em uma organização histórica e geográfica do estado. Ainda assim, apesar do esforço de pesquisa que contempla e da qualidade de Oswaldo Cabral como autor e pesquisador, a obra é profundamente evolucionista, na linha do naturalismo, que em outros lugares do país já encontrava seu ocaso, tratando a construção de Santa Catarina como uma “conquista da civilização ao primitivo gentio”.

Na obra, Cabral também designa três tipos principais: o pescador e o colono, no litoral, e o sertanejo, no interior. Para ele, no entanto, os dois primeiros mantinham profunda comunicação e representavam, para o estado, a modernidade, ao contrário das tradições do sertanejo. As diferenças entre os tipos se dariam pelas variações da natureza, do meio e das características das raças que o compunham. Os imigrantes europeus (alemães e italianos, principalmente) se mantêm, em Cabral, como os elementos de dinamização econômica e social, consolidando-se como diferencial da formação de Santa Catarina em relação ao restante do Brasil. Convém salientar que seu trabalho é um dos primeiros a iniciar um processo de protagonismo, mesmo que isso só vá se consolidar em um período posterior, da imigração açoriana de meados do século XVIII. Desse modo, ainda que, ao contrário de outras populações, afrodescendentes e indígenas, o açoriano paulatinamente saiu da invisibilidade, esse processo se dá ao colocá-lo como contraposição ao colono alemão e seu esforço industrialista e empreendedor.

O Congresso Catarinense de História (1948-1960)

Após a Segunda Guerra Mundial e com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, o país sofre profundas mudanças nos mais variados campos. Em Santa Catarina, apesar da preponderância da família Ramos se estender ainda por alguns anos, até Irineu Bornhausen assumir o governo do estado em 1951, novas forças políticas emergem, em especial a partir do norte do estado, na área profundamente identificada como “de origem

alemã”. As atribuições da Segunda Guerra Mundial vão aos poucos ficando para trás, e o grande medo alemão, representando pelo temor à influência estrangeira nas populações de origem alemã, principalmente, e italiana, vai aos poucos perdendo importância. Na nova conjuntura política e no novo país que nasce após Vargas, a marca de “estrangeiro” passa de algo temido a questão a ser celebrada, dentro de um esforço de diferenciação em relação a outros lugares.

Até então, a chegada de populações dos Açores a Santa Catarina era conhecida, mas identificada com o cenário maior da ocupação portuguesa. Pouca ou nenhuma distinção era feita entre a ocupação oriunda de Portugal continental e de suas possessões no Atlântico. Dentro dessa busca por uma diferenciação entre Santa Catarina e outras regiões do país, entretanto, os açorianos surgem como mais um ponto de destaque para o estado. Para este discurso, mesmo que Santa Catarina dividisse a influência portuguesa com o restante do Brasil, destacava-se pela presença de portugueses vindos do Açores, e junto com essa diferença vinha uma negação da experiência escravocrata, do latifúndio e de outras experiências comuns a todo o país. É a partir daí que “os açorianos, então, que na primeira República eram vistos como indolentes, preguiçosos, sem espírito de iniciativa passam a ser objeto principal de estudo e, posteriormente, de comemorações.” (SERPA, 1996, p. 66–67).

Esse processo se consubstancia no Congresso Catarinense de História, um dos eventos fundadores da historiografia catarinense. Realizado em 1948, em comemoração aos 200 anos do início da imigração açoriana para Santa Catarina, foi o primeiro grande evento da área e contou com a participação de praticamente todos os nomes do campo, ainda nascente. Um grande marco nas discussões sobre cultura no estado, colocou em contato e deu visibilidade aos pesquisadores que ainda estavam por se firmar no cenário da intelectualidade catarinense e foi um dos substratos para que alguns nomes, como Oswaldo Rodrigues Cabral, construíssem uma carreira sólida em campos como a História e a Antropologia.

Os trabalhos de Cabral são um grande exemplo da mudança na visão do colono açoriano. Cinco anos antes do Congresso, Cabral publicava um amplo estudo sobre a presença açoriana, muito oportunamente nomeado *Decadência agrícola do Açoriano*. Em um trabalho construído a partir de robusta pesquisa histórica, como era praxe no autor, são salientadas as dificuldades enfrentadas pelos açorianos emigrados e sua “incapacidade agrícola” e “falta de pendor para o trabalho rural” (CABRAL, 1943).

Já em *Os Açorianos*, sua contribuição ao Congresso de 1948 – publicada, com pequenas modificações, em 1951 – o cenário passa a ser um pouco diferente. Ainda que certas camadas tenham fracassado, em especial as que permaneceram ligadas às atividades agrícolas, Cabral tenta construir, a partir dos açorianos, uma aristocracia catarinense, sendo, inclusive, utilizado largamente nas disputas culturais que limitava Santa Catarina a um conflito entre açorianos contra alemães. Para Cabral, “o Açoriano venceu pela descendência. Venceu o meio, venceu a ação desclassificadora dos fatores contrários à sua índole, que quase o levaram à ruína e ao fracasso.” (CABRAL, 1951, p. 89).

A partir de 1948, o colono alemão não era mais a base única para a prosperidade catarinense e o açoriano passava a ser uma influência benéfica, profundamente identificada com a capital do estado e com o litoral central, que lhe permitia uma disputa em bases semelhantes com o norte alemão em termos de construção de uma identidade e celebração de uma memória. Todo esse processo, entretanto, passava longe da valorização da diversidade populacional que sempre marcou o estado, o que exigiria reconhecer a contribuição de populações de origem indígena e africana, assim como de outras origens, que formaram a ampla população que construiu o país, aí incluída Santa Catarina. O que surgiu foi um açorianismo que buscava rivalizar com o germanismo, que disputasse a hegemonia sobre o passado e permitisse a narrativa de uma origem também nobre a determinadas forças políticas.

A presença de populações de origem africana ou indígenas, em especial, não encontrava abrigo nessa visão. Ainda que se reconhecesse em alguns momentos sua presença, era sempre em uma posição subalterna e efêmera – se não em duração cronológica ao menos em termos de efeito ou participação social –, de pouca importância, sempre remetendo ao período da escravidão. E mesmo a escravidão era vista como cordial e residual, pouco importante numericamente e de forma nenhuma semelhante à desenvolvida em outros espaços do país. Não havia em Santa Catarina, nessa visão, uma participação histórica efetiva destas populações, com sua presença indo pouco além de uma curiosidade anedótica.

De modo que, se o Congresso de 1948, para muitos, marca o início da historiografia em Santa Catarina, é também verdade que nesse período a tarefa dos intelectuais catarinenses passa a ser, assim, exaltar o estado a partir de suas singularidades, e não mais buscar sua inserção no espaço brasileiro. Trata-se de um

esforço em marcar sua excepcionalidade, a partir da busca por uma “origem”, “pura”, de colonização, em contraponto à mestiçagem do resto do país.

Profissionalização e academia (1960-1983)

No início da década de 1960, um novo cenário começa a se formar em Santa Catarina. A partir da junção de algumas faculdades que já operavam em Florianópolis é erguida a Universidade de Santa Catarina. Pouco tempo depois, a mesma é federalizada, passando a ser chamada de Universidade Federal de Santa Catarina. O antes distante mundo acadêmico passa a ser vivido na cidade, com a abertura de vários cursos. Profundamente ligada às disputas políticas locais, a universidade traz consigo, também, os intelectuais que já estavam estabelecidos no estado, através de nomes como Henrique Fontes, Ferreira Lima e Oswaldo Cabral. A partir destes novos cursos, em especial o de História, e de aparatos como o recém-criado Instituto de Antropologia (que anos depois viria a se tornar Museu de Antropologia, depois Museu Universitário e hoje Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral), a já estabelecida cena erudita de Santa Catarina passa a contar com uma universidade, profissionalizando campos científicos ainda pouco estabelecidos, como a História, a Geografia e a Antropologia.

O surgimento da UFSC tem grande influência no cenário das disputas do campo da cultura catarinense. Com a universidade definitivamente instalada em Florianópolis, outros lugares do estado deixam de ser uma ameaça à hegemonia da capital. A disputa, senão em sua faceta econômica, ao menos na cultural, entre Florianópolis e o norte do estado, que havia sido travada sob a imagem do açoriano contra o alemão, perde fôlego. A UFSC, entre outras iniciativas, garante que o centro das discussões continue sendo Florianópolis, o que faz com que a emergência de novos discursos em outras áreas de Santa Catarina deixe de ser uma ameaça direta.

Esse cenário dá forma a uma nova maneira de perseguir uma identidade para Santa Catarina. A disputa pela hegemonia em todo o território do estado dá lugar ao que Garcia Jr. vai chamar de “mosaico cultural” (GARCIA JR., 2002). No lugar de uma única identidade que represente todo o estado, o que surge é a imagem de uma série de ‘ilhas’, cada uma com sua etnia dominante. Nessa visão, o litoral central seria açoriano, o norte alemão e o sul italiano, com o planalto e o oeste divididos entre essas origens, além de ilhas menores de origem diversa, como tirolezes, pomeranos e poloneses. A diversidade,

e em especial a participação de populações indígenas e de origem africana, continuava, no entanto, ausente. A antiga guerra pelo protagonismo cultural da formação de Santa Catarina dá lugar a um tratado de paz, que resolve a disputa ao delimitar zonas de influência. Como costuma ocorrer nestes casos, entretanto, na nossa metafórica Berlim apenas os vencedores recebem seus quinhões, e a divisão é arbitrária e instável.

Esse arranjo agradava as principais correntes e ajustava os interesses mais influentes. Ainda que Santa Catarina continuasse, sob certos aspectos, sem um tipo específico, como o gaúcho do Rio Grande do Sul ou o caipira de Minas Gerais, o estado passava a ter mais um diferencial em relação a outros espaços. A origem europeia de sua população continuava intocada e sem ameaças, mas agora havia um balcão de origens a se escolher. No entanto, as opções a escolher neste balcão eram ainda muito bem definidas, e qualquer movimento passava por um crivo exigente e alerta.

Turismo e festas típicas (1983-1996)

Os anos de 1983 e 1984 foram de tragédias em Santa Catarina, com duas grandes cheias no Rio Itajaí, que afetaram especialmente a cidade de Blumenau, principal centro da “cultura alemã” no estado. Em resposta à tragédia, a região recebe destaque nacional, sendo construído um discurso de superação, a partir de um povo trabalhador, forte e ordeiro, “tipicamente alemão”. Santa Catarina, em especial através de seu governo, busca essa imagem como elemento de propaganda do estado, tanto como forma de celebração como de divulgação turística para outras regiões do país.

O principal símbolo dessa opção é a Oktoberfest, festa criada em 1984 como forma de levantar fundos para a resposta às cheias. Celebra, anualmente, a origem alemã de Blumenau, recebendo amplo apoio dos governos. O modelo da Oktoberfest, de um festival em outubro em celebração a uma suposta origem étnica da cidade, vai ser replicado em vários outros municípios e passa a ser um importante fator econômico no estado, em especial por proporcionar um incremento no turismo fora da temporada de verão. Essas festas vão demonstrar, também, o valor de um turismo de base étnica, sempre de origem europeia e deixando de fora das celebrações grande parte das demais populações. É a utilização não só cultural ou social, mas econômica, do mito da pureza de origem de Santa Catarina, com um turismo a partir da ideia de “um pedacinho da Europa no sul do Brasil”.

Tabela 1: Principais festas de Santa Catarina.

Festa	Cidade	Ano de Criação	Tema Étnico
Oktoberfest	Blumenau	1984	Alemão
Festa Pomerana	Pomerode	1984	Alemão
Fenarreco	Brusque	1986	Alemão
Festa do Pinhão	Lages	1987	Sem tema étnico
Incanto Trentino	Nova Trento	1988	Italiano
Tirolerfest	Treze Tílias	1988	Austríaca
Festa das Etnias	Criciúma	1989	Italiano, polonês, africano, alemão e português
Schutzenfest	Jaraguá do Sul	1989	Alemão
Kegelfest	Rio do Sul	1990	Alemão
Açor	Itinerante	1994	Açoriano
Festa da Colonização Italiana	Chapecó	2001	Italiano
Carnavale di Venezia	Nova Veneza	2004	Italiano
Festival do Camarão	Porto Belo	2013	Açoriano

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir daí o que ocorre é uma etnificação do turismo. Como fonte de trabalho e renda de destaque em largas regiões do estado, não se alinhar com a identidade dominante pode significar, também, afastar-se do principal diferencial de mercado disponível. Um grupo cultural da cidade de Blumenau que não se articule com a ideia do alemão, por exemplo, não vai poder aproveitar o esforço de atração de visitantes despendidos pelos governos, que vendem a região como uma pequena Alemanha, tendo para si fechadas a maioria das portas. É assim uma tendência profundamente homogeneizante.

Essas chamadas “festas típicas”, e a série de manifestações culturais que as envolvem, são ao mesmo tempo uma celebração e uma demarcação de controle sobre determinados espaços. Chama a atenção que a única das grandes festas sem uma filiação étnica explícita, a Festa do Pinhão, é realizada em Lages, principal cidade do chamado Planalto Serrano, região central do estado que é a mais pobre e onde concentram-se as maiores porcentagens de pretos e pardos de Santa Catarina, conforme classificação do IBGE. Tais celebrações trazem consigo, na maioria das vezes, a mais eloquente declaração de uma origem “oficial” da cidade. São o ápice de tradições inventadas que procuram regular as relações culturais e as políticas de identidade em Santa Catarina.

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN; RANGER, 2002, p. 9)

A clara opção pela narrativa de uma Santa Catarina branca e europeia, mormente alemã, mas também açoriana ou italiana, acaba por excluir de sua identidade parcela significativa da população. Como contraponto ao restante da experiência brasileira, o estado acaba por marginalizar ou invisibilizar as presenças que não condizem com o discurso escolhido. A região passa a ser descrita como um grande vazio demográfico quando de sua ocupação por colonos europeus, e a partir daí com irrelevante participação de populações de origem africana. O cenário que se pinta para Santa Catarina é de uma participação marginal da mão de obra cativa. Seriam poucos os escravos, e mesmo eles desempenhariam suas funções lado a lado com a família do senhor, sendo tratados como iguais. É o mito de uma escravidão cordial e residual, que não sobrevive a uma análise mais detida da extensão da presença de cativos na história de Santa Catarina e de sua importância e posição nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas do estado (CARDOSO, 2004). E esse cenário, distópico para nós, mas que muitos considerariam uma utopia, é vendido como o diferencial catarinense, uma espécie de microcosmo onde os sonhos de branqueamento da população que vários no Brasil acalentam desde o Império tivesse, efetivamente, obtido êxito.

Rupturas e novas aproximações (1996 até hoje)

A chegada de novos tópicos, surgidos com os questionamentos às noções monolíticas de identidade, adiciona um novo nível de complexidade à história. Iniciativas e atitudes antes valorizadas passam a se apresentar como conflitantes, e surgem relatos que questionam narrativas já cristalizadas. Em especial dentro das grandes narrativas – marcos importantes na discussão de uma memória coletiva –, momentos de conflito, violências e agressões a grupos ou indivíduos, antes esquecidos, emergem, e a tênue e violenta estabilidade até então construída se vê ameaçada.

Na realidade, a inadequação do modelo proposto já aparecia nos dados recolhidos por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni na década de 1960, na obra *Cor e Mobilidade Social no Sul do Brasil*, que apontavam a forte presença da mão de obra cativa e das populações de origem africana em Santa Catarina (CARDOSO; IANNI, 1960). E alguns autores catarinenses já vinham apontando a inadequação do modelo, como Eunaldo Verdi, em 1981:

Para isto, verdadeiras fortunas são desperdiçadas em promoções que, apesar de rotuladas como tal, nada têm a ver com a cultura.

Paralelamente, inicia-se um processo de burocratização da cultura, processo este que facilitará um controle maior das instituições oficiais sobre as atividades culturais, bem como uma delimitação do que deve ser aceito ou não como cultura catarinense. [...] É por aí que se procura destacar a existência dos chamados ‘ilhamentos culturais’ em nosso Estado, sendo os mesmos determinados segundo critérios raciais. Sinceramente não vejo a razão destes critérios. Dizer que Blumenau caracteriza-se pela cultura germânica, já não me parece tão tranqüilo assim. É inegável de que lá existam descendentes de alemães, mas são uma minoria [...] [A população] é duma diversidade étnica tão grande que será difícil fazer qualquer pretensão mapeamento. O mesmo se dá com Joinville. Com Florianópolis, no caso do elemento açoriano, se dá a mesma coisa. E assim por diante (VERDI, 1981, p. 116–117).

Mas é apenas a partir do final da década de 1980 que esse modelo começa a ser efetivamente questionado. Nesse processo se destacam duas coletâneas reunindo trabalhos de pesquisadores diversos. *Negro em terra de branco*, organizado por Joana Maria Pedro, e *Negros no sul do Brasil*, organizado por Ilka Boaventura Leite, apontam novos caminhos, novas possibilidades de compreender a formação de Santa Catarina em linha com o conhecimento que se construía (LEITE, 1996; PEDRO, 1988). A partir da virada do século XXI, em novos grupos de pesquisa e núcleos de estudos essas interpretações ganham ainda mais fôlego, com grande número de pesquisas e uma ampliação dos temas e períodos estudados. Nesse processo, destaca-se o trabalho de Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2004) não só pelo marco que representou sua tese de doutorado, mas também pelos trabalhos por ele orientados e os realizados no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB\UDESC (CARDOSO, 2004).

A ideia – e para alguns o sonho –, de uma Santa Catarina homogênea e eminentemente europeia não mais se sustenta. Novos estudos permitem que emergja aqui e ali a diversidade. Embora seja um processo em construção e em muitos lugares subsista o discurso do “pedacinho da Europa no sul do Brasil”, não é mais o único vinculado, e uma Santa Catarina multicultural e consciente de sua diversidade, que reconhece as variadas origens que a compõe, parece tentar consolidar-se.

Considerações finais

A construção de uma identidade em Santa Catarina se confundiu, muitas vezes, com a busca de uma origem. Mais do que isso, falar de cultura no estado é, no mais das vezes, falar de identidade. Busca-se, nessa perspectiva, uma identidade única para o

estado, negando-se a diversidade que, em outros lugares do Brasil, é considerada, ela mesma, uma das principais marcas de identidade.

Essa disputa por qual seria a real identidade catarinense é, afinal, a disputa pelo direito a participar das decisões econômicas e políticas no estado. Como em outros lugares, os “de fora” são continuamente empurrados para a periferia dos processos políticos, sejam os de grande escala, como o acesso aos cargos de mando na estrutura estatal, seja em escala menor, nas relações do dia a dia. Definir quem é “realmente” catarinense é dizer quem pode participar das discussões políticas, é definir quem vai ter acesso às benesses e aos incentivos disponíveis.

Tais identidades criadas ou reinventadas não podem ser entendidas como assimilação, pois são resultado de processos históricos que não ocorrem em mão única, ainda que resultantes de uma relação desigual, inseridas em relações de poder, dependência e subordinação, marca sempre presente do colonialismo. Os próprios conceitos que se utilizam, entretanto, ainda não estão suficientemente definidos.

Nestor Canclini aponta como conceitos diferentes oriundos de outros campos podem nos ajudar a pensar, mas são, de todo o modo, insuficientes. Um dos caminhos que surgem é o da hibridação, pois

abrange diversas mesclas interculturais – não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo ‘mestiçagem’ – e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que ‘sincretismo’, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólico tradicionais (CANCLINI, 2000, p. 19).

Já para Peter Burke, nem mesmo o conceito de hibridação é suficiente, e o pesquisador aponta outros caminhos possíveis:

Os conceitos de sincretismo, de mistura e de hibridismo têm também a desvantagem de parecerem excluir o agente individual. ‘Mistura’ soa mecânico. ‘Hibridismo’ evoca o observador externo que estuda cultura como se ele fosse a natureza e os produtos de indivíduos e grupos como se fossem espécimes botânicos. Conceitos como ‘apropriação’ e ‘acomodação’ dão maior ênfase ao agente humano e à criatividade, assim como a ideia cada vez mais popular de ‘tradução humana’, usada para descrever o mecanismo por meio do qual encontros culturais produzem formas novas e híbridas (BURKE, 2003, p. 55).

Acreditamos, assim, que a discussão sobre memória e identidade em Santa Catarina tem-se fixado excessivamente na questão da origem, mais que na própria ideia de cultura de forma mais ampla. Esse direcionamento não é, de todo modo, inocente, mas assume formas de definições bastante agudas de acesso e pertencimento, que dão base a

concessão de oportunidades. Talvez um dos caminhos para superar essas concepções seja justamente deslocar a análise da origem para os modos de vida, em um processo que nos parece já em curso, ao menos em parte dos estudos.

Ou seja, é compreender a identidade a partir das experiências. Para E.P. Thompson, o conceito de ‘experiência’ surge como elemento aglutinador das identidades. Não há uma divisão essencialista ou natural, mas a construção, a partir das vivências cotidianas, de pontos de contato, fluidos e fragmentados. É a experiência que vai construir os grupos sociais, e é a partir dela que as identidades são construídas.

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam na lei de novas maneiras. [...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1963, p. 203).

Enquanto nas discussões acadêmicas, em especial no campo das ciências sociais, as construções de interpretações que reconheçam a diversidade do estado estejam avançadas, o mesmo não se pode dizer de outras esferas. Nas discussões públicas, é comum encontrar tentativas de silenciar vozes por serem consideradas ‘de fora’, particularmente a partir do discurso de preservação de um cenário cultural ‘tradicional’.

Deste modo, grande parte da discussão sobre identidade em Santa Catarina, no decorrer de sua história, foi principalmente sobre isto. Não se trata de definir quem pode pertencer, mas sim apontar, claramente, quem deve ser excluído.

Referências

BURKE, P. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CABRAL, O. R. *Santa Catarina: história e evolução*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938. v. 80

CABRAL, O. R. Decadência agrícola do açoriano. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*, v. 2, p. 22–25, 1943.

CABRAL, O. R. *Os açorianos*. Florianópolis: IHGSC, 1951.

CÂMARA, L. Estrangeiros em Santa Catarina. *Revista de Imigração e Colonização*, v. I, n. 4, 1940.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, P. DE J. F. *Negros em Desterro: as experiências das populações de origem africana em Florianópolis (1860-1880)*. Tese de Doutorado em História—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, 2004.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. [s.l.] J. Olympio, 1933.

GARCIA JR., E. *Práticas regionalizadoras e o mosaico cultural catarinense*. Dissertação de Mestrado em História Cultural—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2002.

GEERTZ, C. *Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GILROY, P. *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. DA (Ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 103–133.

HALL, S. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, S. B. DE. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

LEITE, I. B. (ED.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LUZ, A. Á. DA. *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis: Edição do Autor, 1952.

PEDRO, J. M. (ED.). *Negro em Terra de Branco*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SANTA CATARINA. GOVERNO DO ESTADO. *Diversidade é a marca da cultura catarinense*. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conheca-sc-cultura>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

SERPA, É. C. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 20, p. 63–79, 1996.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

VERDI, E. Por uma identidade cultural catarinense. *Travessia*, v. 3, p. 114–126, dez. 1981.

VIANNA, O. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1923.

A ESCRITA COMO PATRIMÔNIO: O QUEIJO E OS VERMES, DE CARLO GINZBURG E SUA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Angelo Adriano Faria de Assis¹
Yllan de Mattos²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o impacto na historiografia, tanto internacional quanto brasileira, da obra *O Queijo e os Vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg, lançada em 1976 na Itália e depois traduzida e publicada em vários países. Neste sentido, o trabalho traça uma breve apresentação da biografia e da produção historiográfica do autor, dos destacados representantes da Micro-História, e analisa as principais ideias presentes em *O Queijo e os Vermes*, bem como sua aceitação e críticas. Passados mais de quarenta anos de sua publicação, busca-se compreender a influência que este trabalho continua a exercer sobre os estudos produzidos por historiadores de todo o mundo.

Palavras-chave: Carlo Ginzburg. O Queijo e os Vermes. Historiografia.

WRITING AS HERITAGE: THE CHEESE AND THE WORMS, BY CARLO GINZBURG AND HIS INFLUENCE ON CONTEMPORARY HISTORIOGRAPHY

Abstract: This article aims to analyze the impact of the work of Italian historian Carlo Ginzburg on international and Brazilian historiography, *The Cheese and the Worms*, published in 1976 in Italy and later translated and published in several countries. In this sense, the work traces a brief presentation of the biography and the historiographical production of the author, one of the outstanding representatives of Microhistory, and analyzes the main ideas present in *The Cheese and the Worms*, as well as their acceptance and criticism. After more than forty years of its publication, we seek to understand the influence that this work continues to exert on the studies produced by historians around the world.

Keywords: Carlo Ginzburg. *The Cheese and the Worms*. Historiography.

L'ÉCRITURE COMME PATRIMOINE: LE FROMAGE ET LES VERS, DE CARLO GINZBURG ET SON INFLUENCE SUR L'HISTORIOGRAPHIE CONTEMPORAINE

Résumé: Cet article analyse l'impact sur l'historiographie internationale et brésilienne d'ouvre *Le Fromage et les Vers*, de l'historien italien Carlo Ginzburg, publié en 1976 en Italie et ultérieurement traduit et publié dans plusieurs pays. En ce sens, l'article trace une brève présentation de la biographie et de la production historiographique de l'auteur, des éminents représentants de la microhistoire, et analyse les idées principales présentes dans *Le Fromage et les Vers*, ainsi que leur acceptation et leur critique. Après plus de quarante ans de sa publication, on a cherché de comprendre l'influence que ce travail continue d'exercer sur les études produites par les historiens du monde entier.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa (2011) e pela Universidade de Évora (2011). Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal de Viçosa. É pesquisador da Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" da Universidade de Lisboa. É Avaliador do SINAES e da REDE Nacional de Ipfes (INEP-MEC). Membro, a partir de 2017, da ABIL (Association of British and Irish Lusitanists).

² Doutor em História Moderna na Universidade Federal Fluminense (2013). Professor Adjunto no Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus de Seropédica, e Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Franca.

Mots-clés: Carlo Ginzburg. Le fromage et les Vers. Historiographie.

LA ESCRITURA COMO PATRIMONIO: EL QUESO Y LOS GUSANOS, DE CARLO GINZBURG Y SU INFLUENCIA EN LA HISTORIOGRAFÍA CONTEMPORÁNEA

Resumen: Este artículo tiene como blanco analizar el impacto en la historiografía, tanto internacional como brasileña, de la obra *El Queso y los Gusanos*, del historiador italiano Carlo Ginzburg, lanzada en 1976 en Italia y luego traducida y publicada en varios países. En este sentido, el trabajo traza una breve presentación de la biografía y de la producción historiográfica del autor, de los destacados representantes de la Micro-Historia, y analiza las principales ideas presentes en *El Queso y los Gusanos*, así como su aceptación y críticas. Pasados más de cuarenta años de su publicación, se busca comprender la influencia que este trabajo sigue ejerciendo sobre los estudios producidos por historiadores de todo el mundo.

Palabras clave: Carlo Ginzburg. *El Queso y los Gusanos*. Historiografía.

Introdução

“Cada um faz o seu dever, tem quem ara, quem cava e eu faço o meu dever de blasfemar”

Domenico Scandela, Menocchio

[Archivio della Curia Arcivescovile di Udine, Inquisizione, Proc. 126, fl. 7v.]

Carlo Ginzburg. Il formaggio e i vermi, p. 6]

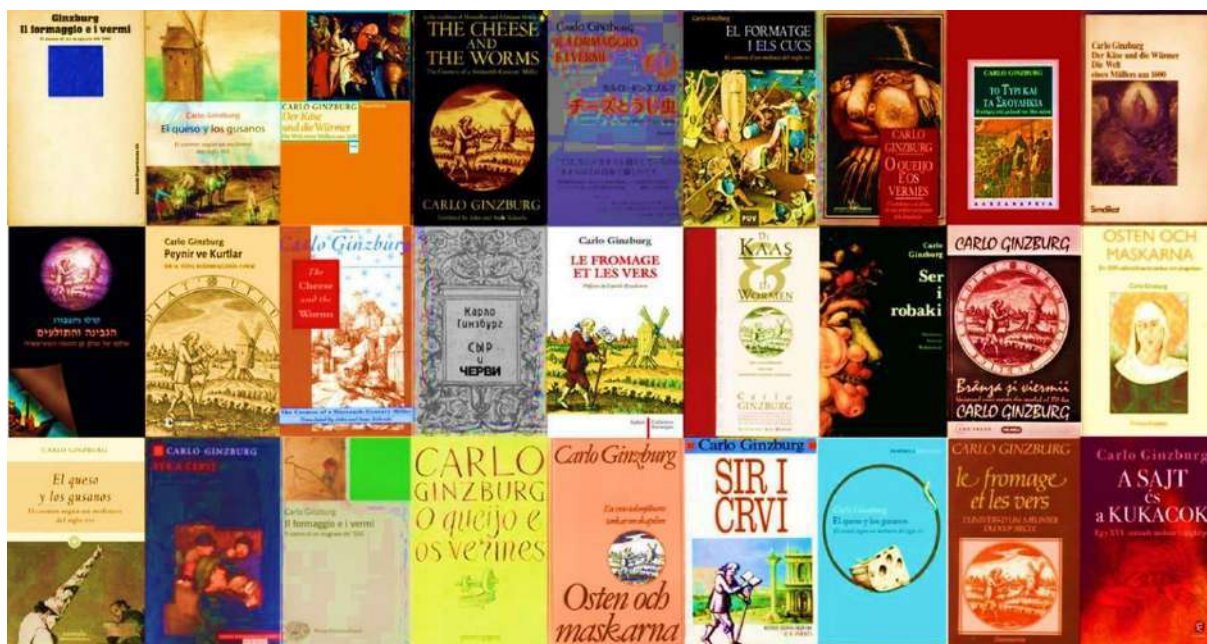
Carlo Nello Ginzburg é dos historiadores mais conhecidos e importantes do mundo atual. Nascido em um família de judeus assimilados e intelectuais na Turim de 1939, filho de um professor de literatura russa, tradutor e um dos fundadores da Enciclopédia Einaudi, Leone Ginzburg, que morreria lutando contra o nazifascismo, e da romancista Natalia Ginzburg, das mais famosas e respeitadas escritoras italianas do século XX, autora de várias obras que mesclam a criatividade ficcional com os relatos históricos, e que serviria como das grandes inspirações do filho.

Iniciou seus estudos em História na Scuola Normale Superiore de Pisa, e depois no Instituto Warburg, em Londres, Inglaterra. Atuou como professor em diversas instituições, como a Universidade de Bologna, na Itália, e as Universidades de Harvard, Yale, Princeton e Califórnia, nos Estados Unidos da América – nesta última, ocupou durante duas décadas a cadeira de Renascimento Italiano no Departamento de História. Atualmente, é professor de cultura europeia na mesma Escola Normal Superior de Pisa em que se formou.

Autor de uma vasta obra, seus livros foram publicados em dezenas de países e línguas, como italiano, inglês, francês, espanhol, catalão, português, alemão, polonês,

holandês, sueco, servo-croata, húngaro, grego, turco, romeno, albanês, estoniano, tcheco, finlandês, dinamarquês, norueguês, russo, hebraico, coreano, chinês, japonês, entre outras.

Figura 1: algumas das edições de *O Queijo e os Vermes* em diferentes países e idiomas



Fonte: todas as imagens estão disponíveis em *sites* de venda de livros de variados países.

A importância de Carlo Ginzburg e a influência de sua obra para a historiografia contemporânea é largamente reconhecida. Recebeu, por suas obras e contribuição singular para a ciência histórica, várias premiações, como o *Aby Warburg Prize* (Alemanha), em 1992, o *Premio Letterario Viareggio-Rèpaci* (Itália), em 1998, o *Prêmio Antonio Feltrinelli* (Itália) em 2005, e o *Prêmio Balzan* (Itália – Suíça), em 2010, como personalidade das artes e da cultura. É membro honorário da Academia Americana de Artes e Ciências e colaborador de algumas das mais importantes revistas na área das Ciências Humanas, como *Past and Present*³, *Annales*⁴ e *Quaderni Storici*⁵. Um de seus

³ Revista britânica, publicada pela Oxford University Press, fundada em 1952 por historiadores conhecidos como “marxistas”, como Edward P. Thompson e Eric Hobsbawn, foi pioneira nos estudos sobre História Social.

⁴ Lançada em 1929, na França, com o título de *Annales d'histoire économique et sociale* pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, firmou-se como referência mundial por sua nova concepção de História e de documento, dando origem a uma revolução historiográfica e, mais tarde, à *Nouvelle Histoire*, contando com historiadores como Jacques le Goff e Pierre Nora.

⁵ Criada em 1966 pelo historiador Alberto Caracciolo, tornou-se uma das mais importantes revistas especializadas italianas e de repercussão internacional, sendo das principais divulgadoras do campo da micro-história, e contou, entre seus colaboradores, com nomes como Pasquale Villani, Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Carlo Poni, além do próprio Carlo Ginzburg.

textos mais divulgados no Brasil, “O inquisidor como antropólogo” foi publicado no volume 21 da *Revista Brasileira de História* (1990-91).

Suas obras mais conhecidas estão todas publicadas em português, (cita-se, aqui, o ano da publicação original): O primeiro livro é já um clássico, e admira não apenas pelo refinamento da escrita, mas igualmente pela profundidade e riqueza de análise, bem como por seu caráter extremamente inovador, para um então jovem pesquisador de apenas 27 anos. O livro contava com elementos novidadeiros para a análise histórica, trazendo um tema periférico como a feitiçaria para o centro das discussões. Em *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII* (1966), publicado no Brasil em 1988, analisa crenças populares, atitudes e mentalidade religiosas de uma sociedade camponesa entre finais do Quinhentos e meados do Seiscentos na Itália a partir de um culto de fertilidade perseguido pela Igreja e pela Inquisição como práticas de feitiçaria. Em resposta inesperada ao Santo Ofício, afirmavam-se *benandanti*, ou “andarilhos do bem”, informando que combatiam durante a noite as bruxas que empunhavam espigas de milho, armados com talos de erva-doce. Sem dúvida, uma notável contribuição aos estudos sobre religiosidades populares, feitiçarias, e práticas mágico-religiosas na Modernidade.

*Indagações sobre Piero*⁶ (GINZBURG, 1981) trata do problema de datação da obra do pintor toscano Piero della Francesca (c. 1416-1492), bem como apresenta uma abordagem do célebre pintor diversa daquela estabelecida, articulando sua obra de arte com o contexto social em que estava inserida. O livro inaugurou a célebre coleção *Microstorie*, organizada na editora Einaudi pelo próprio Ginzburg e pelo historiador conterrâneo Giovanni Levi, este último, autor de outro clássico dos estudos de microanálise, *A Herança imaterial*. Tal qual Ginzburg, Levi seria um dos responsáveis pela divulgação desta corrente historiográfica, referências incontornáveis no campo dos trabalhos de vertente microanalítica.

Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história (1986) (GINZBURG, 1990) apresenta, de forma mais detalhada, uma das principais facetas de seu trabalho historiográfico - o “saber indiciário”, em capítulo conhecidíssimo da obra (“Sinais: raízes de um paradigma indiciário”), explorando o pormenor, a observação de pistas, o faro, os sintomas, os detalhes negligenciados, os indícios diminutos, os dados marginais para a análise das fontes, valorizando a erudição no ofício do historiador... “Deus está no

⁶ Em edição posterior pela Cosac Naify (São Paulo, 2010), o livro é relançado no Brasil com o título de *Investigando Piero*.

particular”, assentado no detalhe, que só um olhar apurado, num paralelismo com o detetivesco e a sagaz percepção médica, é capaz de perceber, no traço, no contrapelo do que não está escrito, do que não se desvenda óbvio.

História noturna: decifrando o sabá (1989) (GINZBURG, 1991), procura, a partir da análise da prática enigmática do sabá – presença do Diabo, banquetes, orgias sexuais, cerimônias antropofágicas, profanações de ritos e crenças cristãs – perceber a sobrevivência e continuidade, mesmo que adaptada, na Modernidade europeia, de uma cultura ancestral antiquíssima, recheada de mitos e de processos de exclusão social contra leprosos, judeus, muçulmanos, hereges, mulheres e bruxas.

Em *A Micro-História e outros ensaios* (GINZBURG, 1989), Ginzburg reúne um conjunto de textos sobre os temas que percorreu e ainda percorre com maior frequência em sua carreira, como a história da arte, reflexões sobre o trabalho com as fontes, circularidades culturais e religiosidades, a valorização dos estudos de caso, o procedimento indiciário, os estudos da morfologia (forma, configuração, sentido das palavras).

Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância (1998) (GINZBURG, 2001) é tentativa do autor em refletir sobre a perspectiva e a interpretação histórica. O significado dos acontecimentos, define, encontra-se na distância entre eles e nas variadas formas de vê-los. Numa época em que as diferenças entre os homens ameaçam se apagar, em que o mundo fica cada vez mais igual, apresenta análises que mostram o confronto, a diferença, as perspectivas e como estas auxiliam a construir uma história de si a partir do olhar do outro.

Em *Relações de força: história, retórica, prova* (2000) (GINZBURG, 2002), espécie de sequência de *Olhos de Madeira*, Ginzburg propõem-se a desmontar a visão pós-moderna da historiografia como prática desobrigada de qualquer objetividade, reafirmando a importância da tradição clássica para a visão de culturas alheias e distantes.

Já em *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa* (2002) (GINZBURG, 2004), por sua vez, o que interessa ao autor são as trocas literárias e as influências recíprocas entre as ilhas britânicas e o continente europeu, decisivas na formação literária, cultural e mesmo identitária dos ingleses.

O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício (2006) (GINZBURG, 2007) é uma espécie de reflexão sobre o ofício do historiador e da defesa das virtudes da História como porta de conhecimento da realidade, repensando sobre a natureza da verdade e da

narrativa, da historiografia e da literatura, na contínua perseguição às pistas mais tênues, fazendo conversar e relacionarem-se fontes diversas na busca da informação.

Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política (2008) (GINZBURG, 2014), último dos livros do autor publicado no Brasil (primeira edição, aqui, em 2014), investiga os significados de gestos, objetos e palavras em momentos-chave do imaginário do Ocidente, partindo de exemplos tão díspares ou supostamente distantes, que vão da Modernidade, com o *Leviatã* de Thomas Hobbes, aos cartazes propagandísticos das Guerras Mundiais e a *Guernica* de Picasso, na contemporaneidade do século XX.

Além destes, publicou livros que ainda não foram lançados no mercado editorial brasileiro. Dentre eles, *O juiz e o historiador* (1991) (GINZBURG, 1993), em que reflete sobre as relações e especificidades nas análises de juízes e historiadores a partir da análise um julgamento equivocado da Justiça italiana dos anos 1990 sobre um assassinato ocorrido em 1972. Ou *Tentativas*, coletânea que reúne ensaios e textos publicados em outras de suas obras, em que Ginzburg, no prefácio que faz da obra, explica a importância da dedicação incansável à pesquisa:

Jogando contra si mesmo, assumir o papel de advogado do diabo, me parecem atitudes indispensáveis em todo aquele que queira desenvolver a investigação no sentido pleno do termo: ou seja, a investigação do novo, sem redes de proteção historiográficas ou ideológicas. *Tentativa* deriva do latim *temptare*: tocar, sentir. Quem faz pesquisa é como uma pessoa que está em uma sala escura. Move-se a tatear, colide com um objeto, faz conjecturas. Do que se trata? Da esquina de uma mesa, de uma cadeira, ou de uma escultura abstrata? Na investigação do que é desconhecido, esquecido e imprevisível, também a sorte pode cumprir uma função útil. Mas seria ingênuo ter ilusões: não existem atalhos para o estudo, e estudar é algo trabalhoso e cansativo (GINZBURG, 2001, p. 43).

Porém, seja no Brasil seja no exterior, o mais conhecido livro de Ginzburg, e que deu ao autor autoridade como historiador e destaque internacional foi, sem dúvida, a obra que dá origem a este artigo, publicado em 1976, na Itália. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (GINZBURG, 1996), ou *Il formaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del '500*, em título original italiano. Mais uma vez, como fizera com *I Benandanti*, Ginzburg visita as fontes da Inquisição italiana, explorando um processo que havia encontrado anos antes enquanto procurava fontes para outra pesquisa, mas deixado de lado, esperando outro momento mais propício.

Tratava-se de um caso emblemático, que a habilidade do autor fez tornar-se único por sua análise inovadora. Um moleiro que vivia na aldeia de Montereale, na região do Friuli do século XVI, perseguido pela Inquisição pontifícia por suas ideias heréticas e uma visão de mundo totalmente avessa ao que pregava a Igreja. Domenico Scandella, conhecido como Menocchio, o tal moleiro retratado na obra, gostava de falar (causa de sua delícia e desventura...), e o seu julgamento foi oportunidade para expor a uma audiência maior do que a do vilarejo em que vivia sua cosmogonia, como um enorme queijo cheio de vermes. Apesar de alfabetizado e leitor de alguns livros, poderia ser visto, indica Ginzburg, como uma espécie de porta-voz de uma cultura que era, na essência, tradicional, oral e popular. Era, enfim, fruto de seu tempo, como diz o autor em seu prefácio à edição italiana:

Dois grandes eventos históricos tornaram possível um caso com o de Menocchio: a invenção da imprensa e o advento da Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de ideias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores – mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes, como queria (GINZBURG, 1996, p. 33).

Nas palavras de Vainfas (2002, p. 82), a situação limite de Menocchio, “na fronteira entre a cultura letrada das elites e a experiência de uma cultura popular transmitida oralmente, eis o que, por meio da saga deste moleiro italiano, Ginzburg apresenta para o leitor especializado e interessado” – mas não só – “no conceito de circularidade cultural que o personagem encarna”.

O impacto da obra foi imediato: muito bem recebida na Itália, rapidamente traduzida e publicada em outros países (teve, pelo menos, publicação em 18 idiomas), abraçada como uma espécie de manifesto da “história vista de baixo”, da antropologia histórica, e virou marco da chamada *Micro-História*. Alcançou limites para além das fronteiras acadêmicas, entre leitores não especializados – a ponto de ser vendido nas máquinas automáticas do metrô de Paris –, interessados no enredo apresentado em leitura agradável e sem rigorismos acadêmicos usuais – embora de profundidade histórica e metodológica indiscutível. *O Queijo e os vermes* tornou-se contribuição inestimável para a historiografia sobre a Inquisição e as religiosidades, sendo referência para o que vem depois, seja apoiando ou criticando suas ideias. Passados mais de quarenta anos de seu lançamento, continua a influenciar historiadores de renome, que encontraram na

estruturação da obra inspiração para estudos renovadores sobre a Modernidade. Um deles, mais recentemente, foi Stuart Schwartz, que inicia o seu brilhante *Cada um na sua Lei* declarando a inspiração do Menocchio de Ginzburg para a concepção de seu livro:

Este livro foi concebido na cama. Lembro-me de rir alto, numa noite de inverno em Minneapolis, ao ler *O Queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, imaginando como fora tolerante e moderno o moleiro e livre-pensador friulano Menocchio quando disse a seus inquisidores, em 1584, que ninguém sabia realmente qual era a melhor religião; e que embora, claro, fosse católico, se tivesse nascido entre os turcos teria vivido na religião deles achando que era a melhor. A salvação era possível em qualquer religião, dizia ele, porque Deus ama a todos nós. E pensei: que curioso, que sensato, que singular! Ainda dando risada, apaguei a luz. A vida continuou; a passagem foi esquecida. Dez anos depois, trabalhando nos arquivos da Inquisição espanhola sobre as ideias de sexualidade na Espanha e em suas colônias, comecei a encontrar casos de pessoas com atitudes perante as outras religiões muito parecidas com as de Menocchio. Na maioria era gente simples, mas alguns clérigos e leigos instruídos também expressavam ideias de tolerância e relativismo religioso, muitas vezes resumidas numa mesma frase: *cada uno se puede salvar en su ley* [cada um pode se salvar em sua lei]. Como era possível esse tipo de relativismo ou tolerância no início da Idade Moderna em Portugal e na Espanha, os exemplos clássicos da ortodoxia imposta pela Reforma católica? Quem eram essas pessoas e de onde haviam tirado tal ideia? Aquilo desafiava todas as minhas suposições sobre o passado de Portugal, da Espanha e de suas respectivas colônias na América Latina, e senti minha curiosidade espicaçada. Assim nasceu este livro (SCHWARTZ, 2009, p. 15-16).

Também, pudera! O livro colocava holofotes em questões que se tornariam, doravante, cada vez mais frequentes em trabalhos da historiografia: as análises microanalíticas, os códigos sociais e comportamentais, a circularidade cultural, o método indiciário. De acordo com Roger Chartier,

Como nos mostra Carlo Ginzburg, quando os documentos autorizam, é inteiramente permitido explorar, como se por uma lente de aumento, a maneira como um homem do povo pode pensar e usar os elementos intelectuais esparsos da cultura literária que o alcançam por meio de seus livros e da leitura que ele faz deles. Aqui, Bakhtin é posto de ponta cabeça, uma vez que um sistema de representações é construído a partir dos fragmentos emprestados da cultura acadêmica e livresca, aos quais outros significados são atribuídos, pois no fundamento do sistema há uma outra cultura: “por trás dos livros que Menocchio ruminava, identificamos um código de leitura e, por trás dele, um estrato sólido de cultura oral” (CHARTIER, 1982, p. 35-36).

No Brasil, *O queijo e os vermes* inaugurou a publicação de livros do autor, em 1987, pela Companhia das Letras, ainda hoje, editora responsável pelo lançamento da maior parte de suas obras. Foi publicado antes de *Andarilhos do bem*, lançado no ano

seguinte aqui no país, mas escrito e lançado antes na Itália. Contou, além dos prefácios às edições inglesa e italiana, com um posfácio de Renato Janine Ribeiro, Ministro da Educação durante o governo Dilma Rousseff. Antes mesmo de sua publicação, porém, já circulava na Academia em edições estrangeiras, utilizado como bibliografia de disciplinas de graduação e pós-graduação, assim como referência de dissertações e teses defendidas nos anos 1980. Aparece, assim, como bibliografia citada em duas das obras inauguradoras dos estudos de história cultural no Brasil e que serviram de referência para os historiadores a partir de então.

Em *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, obra incontornável aos que estudam as religiões e as religiosidades, cuja primeira edição é de 1986, logo, antes da publicação do livro de Ginzburg no Brasil, aparece citado por Laura de Mello e Souza em sua versão francesa, *Le fromage et les vers*, assinada em Paris pela Gallimard (s/d). Tece, então, paralelismos entre os personagens da luso-América que retrata com o Menocchio de Ginzburg, comparando como indivíduos em espaços e tempos tão distintos pregavam ideias parecidas, como a simplificação da religião, o abandono dos sacramentos e a crença somente em Deus, sem a intervenção dos representantes da Igreja (SOUZA, 1993, p. 103). Foi o livro de Laura pioneiro no modo de retratar, de acordo com Vainfas,

as crenças populares no Novo Mundo nos termos em que Carlo Ginzburg concebeu o conflito entre Menocchio e a Inquisição italiana no século XVI. Um conflito entre a visão de mundo camponesa, tradicional, transmitida oralmente, e a visão de mundo letrada, austera, dogmática. Conflito de classes e conflito de culturas, a um só tempo, no qual Menocchio ficaria no meio, como intermediário cultural ou protagonista de circularidades (VAINFAS, 2009, p. 231).

Também em *Trópico dos Pecados*, livro igualmente importante para os estudos sobre religião e religiosidades na América portuguesa, publicado *prima volta* em 1989, Ronaldo Vainfas da mesma forma cita *O queijo e os vermes* em seu compêndio bibliográfico. Estas duas obras e, principalmente, seus dois autores, das grandes referências sobre a historiografia de cunho cultural produzida em dois dos principais programas de pós-graduação do país, formaram novas gerações de pesquisadores com suas leituras e produções influenciadas pelo livro (assim como pela obra como um todo) de Ginzburg. Embora as questões sobre história cultural marcassem trabalhos de gerações anteriores, tanto Laura de Mello e Souza quanto Ronaldo Vainfas usam e abusam, no melhor sentido, da noção de cultura como “jaula flexível e invisível dentro da qual se

exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 1996, p. 27) tão cara a Ginzburg, pensando a história da cultura por um viés antropológico. Assim, dialogam com gerações anteriores que pensaram a cultura na história sobre a colônia, desde Capistrano de Abreu, passando por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda e chegando às questões e revisões que a historiografia contemporânea se colocava.

Claro, houve também críticas daqueles que condenavam os “novos temas”, como o cotidiano, a sexualidade, a feitiçaria, considerados refúgios de “modismos” e “tendências”, sem o aprofundamento necessário, com a pulverização do objeto e uma narrativa supostamente descompromissada, *destotalizando* as análises em prol de um História em dimensão micro. A leitura de Ginzburg sobre o caso de Menocchio foi acusada de se ter limitado a contextualizar culturalmente o personagem, sem interrogar as relações pessoais que os depoimentos dados pelo moleiro permitiam perceber. Foi também apontado como um trabalho de cariz “populista”, enxergando de forma excessiva a suposta autonomia da cultura camponesa. Em pouco ou nada, porém, estas críticas abalaram o prestígio da obra ou do autor (LIMA, 2006, p. 328-330).

No Brasil, aqueles anos entre o fim de 1970 e início dos 1980 eram momento de renovação: redemocratização com o fim da Ditadura; reformulação dos programas de História nas Universidades e nas escolas, mais arejadas, com a diminuição do clima de perseguição e controle; crescimento do mercado editorial de livros acadêmicos, com a entrada de grandes editoras, como a Companhia das Letras, principal responsável pela publicação de obras de Carlo Ginzburg no Brasil; crescimento e fortalecimento dos programas de pós-graduação pelo país; aumento do diálogos entre as historiografias e os historiadores, brasileiros e estrangeiros.

O apelo da Nova História repercutia em teses e dissertações que enfocavam e abrangiam novos problemas, novos objetos e novas abordagens, título de coletânea organizada por Jacques le Goff e Pierre Nora; uso de novas tecnologias que proporcionavam a democratização do acesso às fontes documentais, a originalidade temática, a inovação metodológica, a valorização de arquivos locais, permitiram, cada um a seu modo, iluminar pontos obscuros e reinterpretar temas-chave da historiografia, dando origem a obras que se tornaram referência em suas respectivas áreas.

Mesmo nós, que assinamos juntos este texto, somos frutos, embora em momentos diferentes, deste avanço da pós-graduação e dos estudos culturais, que permitiram um enorme crescimento nas últimas décadas nos estudos acerca das religiosidades e da

Inquisição. Embora a historiografia contemporânea sobre o tema tenha completado cinquenta anos, com os estudos clássicos de autores como Sonia Siqueira e Eduardo d'Oliveira França, José Gonçalves do Salvador, Elias Lipiner e Anita Novinsky, é a partir da geração formada nos programas de pós-graduação dos anos 1980, principalmente na USP (além de Vainfas e Laura, Mary del Priore, Lana Lage, Luiz Mott, Leila Algranti e tantos outros...) utilizaram fontes inquisitoriais para estudar não apenas a ação do Santo Ofício, mas um infinito (no melhor sentido) saco sem fundo de assuntos presentes nesta documentação.

Mas, sem dúvida, os estudos inquisitoriais ganharam força, influenciados por estas obras que, por sua vez, beberam na fonte ginzburgiana, e atualmente, fosse possível fazer referência, pelo menos, a uma terceira ou quarta gerações de autores e obras no Brasil embasados pela leitura de *O Queijo e os Vermes*. A forma como o autor trabalha as fontes inquisitoriais é inspiração para todos que estudam o assunto. Ainda hoje não são poucos os trabalhos defendidos ou em andamento em programas de pós-graduação espalhados por todo o país influenciados pelo estudo de Ginzburg sobre Domenico Scandella, o Menocchio. Destacam-se as já clássicas abordagens de Luiz Mott – Mott, cabe lembrar, fez parte do grupo que desenvolvia seu doutoramento junto com Laura, Ronaldo, Lana Lage, Mary del Priore na USP dos 80 –, com a *Rosa Egípcia*, e de Plínio Freire Gomes sobre Pedro de Rates Henequim em seu *Um herege vai ao paraíso*, pesquisa orientada por Laura de Mello e Souza, ou ainda, o estudo da Santidade de Jaguaripe feita por Vainfas em *A Heresia dos Índios* e que, cada uma ao seu modo, apresentam elementos próximos à análise proposta pelo historiador italiano, como o estudo de microanálise, das mediações e substratos culturais e da flexibilização da ideia de cultura, dos filtros de leitura e interpretação (ideia que tão bem explora no famoso artigo *O inquisidor como antropólogo*), do método indiciário... Não há hoje, enfim, trabalho sério que estude Inquisição, cultura popular ou religiosidades que não tenha Ginzburg entre suas referências bibliográficas obrigatórias.

Atualmente, os antigos orientandos de Ronaldo, Laura, Mott, Lana e demais pesquisadores que primeiro devoraram *O Queijo e os Vermes* têm e formam novas gerações de orientandos e pesquisadores, que ocupam espaço em universidades de Norte a Sul do país, e que indicam este livro como uma das primeiras leituras aos interessados no tema. Assim, a obra de Ginzburg se renova, relida a cada nova pesquisa, ganhando

força e espaço na historiografia brasileira, do micro ao macro, verdadeiro baluarte dos estudos sobre cultura e religiosidades, a influenciar novas interpretações.

Estamos diante de uma obra de grande repercussão. Lida por diversas gerações de historiadores, desde 1976, quando foi publicada, até hoje. Obra que, traduzida para mais de três dezenas de línguas, inquietou e divulgou a História para um público mais amplo. Relida após aniversário de quatro décadas, a proposta é revisita-la criticamente.

Um dos pontos mais polêmicos da obra é a caracterização de “cultura popular”. Ginzburg teria partido da pergunta poética de Bertold Brecht (“Perguntas de um operário que lê”) e tomado o conceito de “classe subalterna” de Antonio Gramsci – recusando o “paternalismo” de “classes inferiores”. Enquanto o poema inspirou a indagação sobre a vida daqueles que foram “anônimos na História”, o “subalterno”, em Gramsci (2002, p. 140), provocou a reflexão acerca da *mediação* e adesão passiva ou ativa às formações políticas dominantes. Para isso também foi essencial a leitura de *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, do linguista russo Mikhail Bakhtin (1996). Nela, Bakhtin aponta que Rabelais era a chave para decifrar uma “cultura cômica popular de vários milênios” que permanecia obscura e inacessível.

Os debates e a conseqüente renovação da História das Religiões que ocorria na Itália do pós-Guerra contribuíram bastante para essa leitura popular da religião. Ernesto De Martino provocou verdadeira transformação ao incluir as “massas subalternas” (em franca inspiração gramsciana) nos seus estudos etnológicos de abordagem historicista⁷. De Martino lançou luz sobre as manifestações folclóricas e os ritos de comunidades rurais no sul da “Itália” percebendo a especificidade de sua religião mítica⁸, além de ter organizado e alimentado o debate acerca da repercussão do conceito de subalterno de Gramsci (ANGELI, 1995).

Nesse sentido, qual o conceito de cultura popular cunhado por Carlo Ginzburg?

Na verdade, Menocchio não havia retirado sua cosmogonia dos livros. [...] Ele estava reproduzindo, sem saber, mitos antiquíssimos, remotos. Num mito indiano, mencionado já nos Veda, a origem do cosmo é explicada pela coagulação – semelhante à do leite – das águas do mar primordial, batidas pelos deuses criadores. [...]

É uma coincidência espantosa – digamos até mesmo inquietante – para quem não possui explicações prontas e inaceitáveis, como a existência de um inconsciente

⁷ Ernesto De Martino era discípulo de Benedetto Croce, mas, diferente de seu mestre, viu a possibilidade de estudar as massas subalternas segundo os critérios do historicismo.

⁸ Ver, entre outros: MARTINO, 1962; MARTINO, 1949. É o próprio Ginzburg quem diz que a leitura de *Il mondo magico* o fez interessar-se pela feitiçaria.

coletivo, ou simples demais, como o acaso. Decerto, Menocchio falava de um queijo bem real, nada mítico, o queijo que vira ser feito (ou que talvez ele próprio tivesse feito) inúmeras vezes. [...] Não se pode excluir o fato de que ela **constitua uma das provas, fragmentária e em parte extinta, da existência de uma tradição cosmológica [milênaria]** que, ultrapassando as diferenças de linguagem, combina mito e ciência. No caso de Menocchio é impossível pensar em transmissão direta – **transmissão oral, de geração para geração**. Essa hipótese parece menos improvável se pensarmos na difusão – durante os mesmos anos e justamente no Friuli – de um culto de base xamanista como o dos benandanti. A cosmogonia de Menocchio se localiza nesse terreno, ainda quase inexplorado, de relações e migrações culturais (GINZBURG, 1987, p. 110-112).

Vale ressaltar que a tradução brasileira de Maria Betânia Amoroso com revisão técnica de Hilário Franco Jr. suprimiu a palavra “milênaria”, o que não ocorre nas edições italianas (1976, 1999, 2009). Quem o fez, em verdade, retirou um dos “calcanhares de Aquiles” do conceito de cultura popular de Ginzburg, afinal essa concepção “milênar” identifica a cultura popular como “um resto primitivo”. Se, por um lado, a religião popular é perigosamente percebida como algo puro e exótico que permaneceu inalterado no tempo (tal como se estivesse desde sempre coberta e precisasse apenas ser desvelada), por outro, promove uma perfeita compreensão de que o processo de “disciplinamento social” não foi capaz de apagar uma cultura própria dos populares.

Para alguns críticos, entretanto, Menocchio não teria qualquer relação com a cultura popular. Ainda em 1976, Giorgio Spini publicou uma resenha na *Rivista storica italiana* discordando de Ginzburg ao apontar que Menocchio não pertenceria à cultura campesina (como, aliás, afirma Renato Janine Ribeiro no posfácio de *O Queijo e os Vermes*⁹), mas que manifestaria a penetração de uma cultura erudita anticristã e antirreligiosa dos libertinos e de naturalistas, de Pádua a Giordano Bruno (SPINI, 1976, p. 792-802) – este último, vale ressaltar, queimado no mesmo momento que Menocchio. Paola Zambelli, por sua vez, procurou vincular a “fermentação cosmológica” do queijo de Menocchio com o platonismo de Marsílio Ficino e o aristotelismo de Avicena e Averroes renascidos no século XV e XVI em Pádua e Veneza (ZAMBELLI, 1979, p. 51-90).

As interpretações de Spini ou Zambelli inverteram a lógica popular de Ginzburg, associando o moleiro com movimentos eruditos da Europa do século XVI. Luca Addante descartou completamente essa vinculação, preferindo uma associação mais palpável de

⁹ Renato Janine teria caracterizado Menocchio como alguém de “classe média”, devido a sua profissão de moleiro. Difícil, porém, seria conceber o que seria uma classe média no século XVI.

Menocchio com as ideias anabatistas de Giulio Basalù, sobretudo no que concerne à visão radical antitrinitária e uma perspectiva materialista da vida (ADDANTE, 2009 e 2010).

A publicação dos dois processos contra Domenico Scandella por Andrea Del Col permitiu aos leitores o acesso às fontes – ponto-chave da crítica a Ginzburg, que não teria permitido o acesso ao texto por seus leitores. A publicação multiplicou as interpretações e o próprio Del Col consagrou a ligação de Scandella com os Cátaros no norte da Itália (DEL COL, 1990), ao que foi seguido por Sergio Bertelli (1984). Mais recentemente, David Levine e Zubedeh Vahed (2001, p. 437-464) apontaram a influência inequívoca do Alcorão na visão de mundo de Menocchio.

É preciso perceber que o que está em jogo nessas interpretações historiográficas são as origens das ideias heterodoxas de Menocchio. Nesse sentido, Del Col e os demais historiadores estão menos interessados nas leituras de Scandella centrando força na decomposição das ideias do moleiro em relação às ideias e movimentos existentes no norte da Itália no início do século XVI. Enquanto Ginzburg procura compreender Menocchio pela relação da cultura popular com as leituras que fez, criando algo expressamente novo, Del Col procura situá-lo em uma corrente existente. Se para Donald Weinstein (1994, p. 179) a principal vantagem da hipótese de Del Col sobre a de Ginzburg foi a de que ao menos os Cátaros haviam existido, é certo que ambos, entretanto, não conseguiram demonstrar como operou a transmissão dos saberes que constituíram a cosmogonia de Scandella. A tradição milenar da cultura popular oral somente é referenciada por Carlo Ginzburg de maneira genérica, assim como a associação entre o catarismo, os valdenses, os libertinos, etc., permanece sem ser comprovada.

Interessante perceber que este é um ponto de autocrítica que Ginzburg faz ao seu próprio trabalho. Em *I benandanti (Os andarilhos do bem)*, estudo sobre as atitudes religiosas e a mentalidade de uma sociedade camponesa no Friuli, entre os séculos XVI e XVII, o núcleo de crenças populares – assimiladas à feitiçaria pelos inquisidores – foi interpretado por Ginzburg à luz da “história das mentalidades”. Contudo, na segunda edição – pós-escrito de 1972 – o autor, num esforço de autocrítica, lançou seu descontentamento ante às *mentalidades* e à “ingênuo contraposição entre ‘mentalidade coletiva’ e ‘atitudes individuais’” (GINZBURG, 1998, p. 15-16). Mas foi no prefácio de *O queijo e os vermes* que tratou melhor suas discordâncias com a “história das mentalidades”. Diz ele:

o que tem caracterizado os estudos de história das mentalidades é a insistência nos elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo. As sobrevivências, os arcaísmos, a afetividade, a irracionalidade delimitam o campo específico da história das mentalidades, distinguindo-a com muita clareza de disciplinas paralelas e hoje consolidadas, como história das ideias ou a história das culturas (GINZBURG, 1987, p. 28).

Assim, contra a “conotação interclassista” das mentalidades sugere que “uma análise de classes é sempre melhor que uma interclassista” (GINZBURG, 1987, p. 29), propondo a substituição conceitual e teórica de “mentalidade coletiva” por “cultura popular”.

Seu conceito de “cultura popular”, apoiado na antropologia, define-se como um “conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico” (GINZBURG, 1987, p. 16), pois “a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro do qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 1987, p. 25). Nesse sentido, tece suas críticas tanto a *Magistrados e feiticeiros*, de Robert Mandrou, como a *Littérature populaire et littérature de colportage au XVIII^e siècle*, de Geneviève Bollème.

Enquanto para o primeiro, Ginzburg aponta a diferença entre “cultura popular” e “cultura imposta às classes populares”, que se traduziria em passividade das classes subalternas (GINZBURG, 1987, p. 18), para a segunda, afere que de forma alguma a “literatura de cordel” é expressão espontânea, original e autônoma das classes populares (GINZBURG, 1987, p. 19). Questiona: “Até que ponto a primeira [cultura das classes subalternas] está subordinada à segunda [cultura das classes dominantes]? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura?” (GINZBURG, 1987, p. 17)

Para responder a estas questões, todavia, Ginzburg (1987, p. 64) segue uma pista deixada por Menocchio: “Senhor [respondendo aos juízes], nunca encontrei alguém que tivesse essas opiniões. As minhas opiniões saíram da minha própria cabeça”; estas “opiniões saíram de sua própria cabeça” (GINZBURG, 1987, p. 80). Ou quando fala sobre a leitura: “(...) sobre isso eu li no *Fioretto della Bibbia*, mas as outras coisas que eu disse sobre o caos eu tirei da minha própria cabeça” (GINZBURG, 1987, p. 97). Por isso, talvez não seja tão correto afirmar que Ginzburg tenha pretendido, com *O queijo e os vermes*, desvendar a cultura popular através “de um único exemplo, de um único processo

inquisitorial”, como disseram seus críticos (VAINFAS, 1997, p. 152). Menocchio, protagonista do livro, não personifica a cultura popular em si, mas a dinâmica relação entre os diferentes níveis culturais, processo chamado de *circularidade cultural*. Assim, é necessário entender o que Ginzburg chama de “circularidade cultural”? Inspirado em Mikhail Bakhtin (*A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*), Ginzburg lança mão do conceito de *Circularidade cultural*. Se, por um lado, “cultura popular” define-se em *oposição* à “cultura letrada” ou das “classes dominantes”, por outro, é na *relação* que mantém com a cultura dominante, filtrada pelos seus valores e experiências de vida, que acura o conceito. A relação entre estes níveis culturais, popular e erudito, é dinâmica, relacional, e nunca podem ser vistas como isoladas.

Ginzburg procura construir as modalidades de leitura de Domenico Scandella e, para isso, coloca lado a lado as falas e os textos que confessa ter lido, como: As viagens de Mandeville; Il fioretto della Bibbia; Bíblia em língua vulgar; Alcorão; duas novelas do Decamerão; etc. Assim, Ginzburg faz uma genealogia das crenças e das representações de Menocchio colocadas sob um exegético de incrível erudição. Ou seja, o historiador italiano promove uma cartografia das leituras de Domenico Scandella, realiza uma exegese (ou hermenêutica) desses textos a partir das próprias respostas dadas aos inquisidores e procura perceber as originalidades de leituras conferidas a partir da cultura popular. O problema é que muitas das hipóteses e interpretações de Ginzburg (1987, p. 200) são, como ele mesmo afirma, “em parte, impossível de demonstrar”, afinal o estudo da cultura popular (ou subalterna) impõe “critérios de verificação distintos que os habituais” – e “novas exigências de pesquisa criam novas lacunas” (GINZBURG, 2007, p. 421).

Tais posições expõem certa fragilidade à interpretação de Ginzburg sobre Menocchio. Ronaldo Vainfas (2002, p. 98-103) afirma que são parte constitutiva do fazer histórico da *micro-história* e Ginzburg lembra que “os obstáculos postos à pesquisa eram elementos constitutivos da documentação, logo deviam tornar-se parte do relato”. Os “talvez” e “pode ser” que compõem a pesquisa fazem da História um horizonte de possibilidades controladas que, diferente do juiz, onde a incerteza tem significado negativo, para o historiador ela é lide de todo o dia. É assim que o fabuloso ensaio “*Sinais: raízes de um paradigma indiciário*” aparece para o historiador italiano com a ambição de construir um novo paradigma: o indício é transformado em prova, e a dúvida, a “realidade opaca”, em narrativa. Aponta Ginzburg:

Nesse ponto, abriam-se duas vias: ou sacrificar o conhecimento do elemento individual à generalização (mais ou menos rigorosa, mais ou menos formulável em linguagem matemática), ou procurar elaborar, talvez às apalpadelas, um paradigma diferente, fundado no conhecimento científico (mas de toda uma cientificidade por definir) do individual (GINZBURG, 1990, p. 163).

Dessa forma, cria uma metáfora em que o historiador assemelha-se com um detetive, médico ou caçador primitivo: a) o *médico*, apenas observando atentamente e registrando com extrema minúcia todos os sintomas do paciente, elabora *histórias* precisas de cada doença: “a doença é, em si, inatingível” (GINZBURG, 1990, p. 155); b) o *detetive* (Sherlock Holmes, de Conan Doyle) investiga e desvenda os crimes através de indícios imperceptíveis à maioria (GINZBURG, 1990, p. 145); c) o *caçador primitivo* aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais para a construção de um saber venatório que remonta a uma realidade complexa e não experimentável diretamente: “‘decifrar’ ou ‘ler’ as pistas dos animais são metáforas” (GINZBURG, 1990, p. 151-153).

Ginzburg procura mostrar com essas alegorias que a História é uma ciência do particular, que tem um saber indiciário e produz o conhecimento lendo e interpretando os sinais, as pistas e os indícios do mundo. Sublinha:

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la (GINZBURG, 1990, p. 151-177).

Esse é o ponto chave de seu paradigma. Particularidades diminutas foram empregadas como pistas das mais diversas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais, antes opacas e obscuras da realidade histórica. No particular, na Microanálise, na redução da escala de pesquisa o historiador pode compreender melhor a totalidade, pois a soma das partes sempre é maior que o todo¹⁰. Dessa forma, a História é a ciência do particular, do caso irrepitível e único e não ciência universalista de tipo

¹⁰ Porém, o outro lado da relação dialética entre as partes e o todo é que sem o conhecimento ou a referência ao todo, as partes são ininteligíveis. As partes tornam-se obscuras sem a totalidade, ou mesmo o contexto, assim como, com o todo descolado das partes, fazem-se apenas generalizações.

“galileano”, pois no que diz respeito ao paradigma indiciário “trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que (...) suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas” (GINZBURG, 1990, p. 179).

Como era de se esperar, tais formulações promoveram uma enxurrada de críticas e dúvidas quanto à construção histórica que Ginzburg fez da cultura popular de Menocchio. Alguns historiadores indagaram como seria possível compreender toda uma cultura popular através das leituras de Scandella. Assim, a questão, nesse ponto das críticas, era não mais a origem das ideias do moleiro, mas como ele lia o mundo. Para alguns historiadores, como Jean Boutier e Philippe Boutry (2013), os conceitos de “apropriação” e “representação” teriam melhor utilidade para o estudo deste caso. Danilo Zardin (2001, p. 57) também insistiria nesse ponto, descartando completamente a ideia de “religião popular” em favor da “pluralidade de formas concomitantes de ‘apropriação’”. Nesse aspecto, vale citar a própria crítica traçada por Roger Chartier:

Atribuir a categoria de “popular” a modos de ler, e não a classes de textos, é, ao mesmo tempo, essencial e arriscado. Após o estudo exemplar de Carlo Ginzburg, tem sido muito grande a tentação de caracterizar a leitura popular a partir da de Menocchio — ou seja, como uma leitura descontínua que desmembra os textos, descontextualiza as palavras e as frases, limita-se à literalidade do sentido. Este tipo de diagnóstico encontrou confirmação na análise das estruturas — ao mesmo tempo textuais e materiais — dos impressos destinados ao grande público, cuja organização em sequências breves e desconjuntadas, encerradas em si mesmas, repetitivas, parece adequar-se a uma leitura picotada, sem memória, sustentada por fragmentos do texto (CHARTIER; 1985, p. 188).

Segue o historiador francês encaminhando para uma questão: “Será que as práticas de leitura que se considera como especificamente populares, enraizadas numa antiga cultura oral e camponesa, são (elas e outras modalidades) diferentes das que, na mesma época, caracterizam a leitura dos letrados? (CHARTIER; 1985, p. 188). Chartier entende que a “cultura popular” é compreendida frequentemente como (1) “um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irreduzível à da cultura letrada”; ou também pode ser (2) concebida “em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes” (CHARTIER; 1985, p. 179). Em termos parecidos, Jacques Revel aponta que:

esse [Menocchio] semiletrado, autodidata, montou uma biblioteca (...) aproveitando as oportunidades e, em todo caso, no exterior de toda a disciplina cultura. Seu emprego do livro é selvagem: ele consiste em fazer uma leitura

descontextualizada, que tira proveito onde decide encontrá-lo. Menocchio desvia os conteúdos de sentido para reorganizá-los segundo as lógicas e as exigências de outra cultura na qual Ginzburg estima, com ou sem razão, que ela manifeste a persistência de uma base pré-cristã muito antiga. O que, no entanto, parece-me distintivo nas práticas de leitura do moleiro friulano, não é fundamentalmente o ressurgimento de um estrato cultural mais antigo e mais profundo, mas, antes de tudo, o fato deles obedecerem a normas que revogam aquelas que a cultura legítima instituiu. O popular constrói-se assim em um desvio (que pode ser imposto, reivindicado ou simplesmente constatado) das regras do jogo (REVEL, 2009, 180).

Ambos os autores partem da premissa de que o termo popular foi definido pelo erudito *tout court*. Por isso, assume a imagem de uma “origem perdida: a ficção de uma realidade a encontrar mantém a marca da ação política que a organizou” (REVEL & CERTEAU, 1989, p. 63). A cultura popular é como a “beleza de um morto”: belo, inofensivo e eficaz. É claro que a referência se faz com a *littérature de colportage*, mas também à cultura popular milenária de Ginzburg. Porém, vale ressaltar, Ginzburg não toma a cultura de Menocchio como coerente e autônoma, mas como surpreendentemente construída na relação entre o popular (sua expressão social) e erudita (através da leitura de livros). O historiador italiano não opõe de forma maniqueísta e mecânica as expressões “popular” e “erudito”, mas interpreta e narra a cultura de Menocchio nos interstícios destas duas categorias. É através de Domenico Scandella que Ginzburg chega à “circularidade cultural”, seu objetivo; mas também “*O queijo e os vermes* não se limita a reconstruir uma história individual: conta-a” (GINZBURG, 2007, p. 264).

A reconstrução do mundo intelectual, moral e fantasioso do moleiro do Friuli experimentou, como poucos *objetos de pesquisa*, certa inflação interpretativa limitada pela escassez de fontes circunstanciada por dois pequenos processos inquisitoriais e, quando muito (excetuando Carlo Ginzburg), os livros que Menocchio afirmou ter lido. Envoltos de uma verdadeira e constante batalha interpretativa que ultrapassa 40 anos, *O queijo e os vermes* e a vida de Menocchio ainda tem muito a ensinar aos historiadores experientes e vitoriosos. Ginzburg teve o mérito de trazer ao público a possibilidade de conhecer a vida de pessoas comuns, estendendo o conceito de indivíduo às classes populares, como ele mesmo afirma no prefácio. Que mais Menochios sejam descobertos e façam a História de carne, osso e muito, mas muita interpretação e debate. Afinal, como no conto de Gabriel Garcia Marques, *O afogado mais bonito do mundo*, apenas um “morto” pode dar vida a uma ilha tão pobre de si.

Em sua versão original, este texto foi gestado e apresentado no âmbito do Seminário *O Queijo e os Vermes 40 anos depois*, realizado pelo Núcleo de Estudos Coloniais - MANTO, e que foi parte da VI Semana de História da UNIRIO, tendo ocorrido no dia 07 de novembro de 2016. O seminário foi organizado pelo Professor Paulo Cavalcante, que faleceu poucos meses depois do evento. Retornar a este texto e permitir, pela publicação o seu acesso a um grupo maior de pessoas, multiplicando vozes, é uma das formas de homenagearmos ao querido amigo Paulo, defensor de uma História combativa e democrática. Assim como Ginzburg, Paulo sempre acreditou e defendeu que o conhecimento histórico deveria alcançar um público mais amplo. Onde estiver, continua conosco, tal qual nos ensinou Penélope, no firme e necessário propósito de reter o passado.

Referências

ADDANTE, Luca. ‘Hérésie radicale et libertinage. Le valdésien Giulio Basalù et Domenico Scandella dit Menocchio’. In: J.-CAVAILLÉ, P., MOLHO, A. (Orgs.). *Dissidence et dissimulation*, «Les dossiers du GRIHL», 2009.

ADDANTE, Luca. *Eretici e libertini nel Cinquecento italiano*. Bari: Laterza, 2010.

ANGELI, Pietro. Gramsci, De Martino e la crise della scienza del folclore. In: BARATTA, G.; CATONE, A. (Orgs.). *Antonio Gramsci e il “progresso intellettuale di massa”*. Milano: Unicopli, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnb, 1996.

BERTELLI, Sergio. *Rebeldes, libertinos y ortodoxos en el Barroco*. Barcelona: Península, 1984 (1973).

BOUTIER, Jean & BOUTRY, Philippe. ‘L’invention historiographique’. *Enquête* [En ligne], 3, 1996, mis en ligne le 11 juillet 2013.

CHARTIER, Roger. Intellectual History or Sociocultural History? The French Trajectories. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven L. (Orgs.). *Modern European Intellectual History: Reappraisals and New Perspectives*. Ithaca: Cornell University Press, 1982.

CHATIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1985.

DEL COL, Andrea (Ed.). *Domenico Scandella detto Menocchio: i processi dell'Inquisizione (1583-1599)*. Pordenone: Edizioni Biblioteca dell'Immagine, 1990.

DE MARTINO, Ernesto. *Il mondo magico: prolegomeni a una storia del magismo*. Torino: Einaudi, 1949.

DE MARTINO, Ernesto. *Magia e civiltà*. Milano: Garzanti, 1962.

GINZBURG, Carlo. *Indagações sobre Piero: o Batismo, o Ciclo de Arezzo, a Flagelação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Acotaciones al margen del caso Sofri. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 8ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova (2000)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Tentativas*. Rosario: Prohistoria ediciones, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno dos cárceres*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª edição, 1979.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVINE, David; VAHED, Zubedeh. 'Ginzburg's Menocchio: Refutations and Conjectures'. *Histoire Sociale/Social History*: vol. 34, n. 68 (2001).

LIMA; Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REVEL, Jacques; CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de História e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: EDUSC, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPINI, G. Noterelle libertino. *Rivista storica italiana*, LVIII, 1976.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

ZAMBELLI, Paola. Uno, due, mille Menocchio?. *Archivio storico italiano*, CXXXVI, 1979.

ZARDIN, Danilo. 'La "religione popolare": interpretazioni storiografiche e ipotesi di ricerca'. In: *Memorandum*, 1, 2001.

WEINSTEIN, Donald. *Journal of Modern History*, LXVI, 1994, p. 179.

O QUADRO DE PERSEGUIÇÃO À FEITIÇARIA NO MUNDO PORTUGUÊS QUINHENTISTA ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DE DISCURSO PATRIARCAL E MISÓGINO

Marcus Viniciuis Reis¹

Resumo: Este trabalho busca identificar e analisar como foram produzidos e difundidos os discursos morais, exarados por instâncias religiosas e civis, responsáveis diretamente pela sustentação de determinados padrões de masculinidade e de feminilidade que vigoraram de forma hegemônica no mundo português do século XVI. Para tanto são analisadas as normas legais vigentes nesse contexto, como as *Ordenações Manuelinas*, além dos tratados morais e religiosos que contribuíram para a definição desses padrões. O Tribunal do Santo Ofício também constitui objeto de investigação, pois tratou-se de instância de poder que contribuiu decisivamente para a manutenção desses padrões ao intentar controlar as consciências religiosas dos católicos. A partir desses dois eixos, pretende-se investigar como a formatação do delito da feitiçaria nesse espaço foi acompanhado pelo processo de delimitação desses padrões, em que a figura da feiticeira representou a subversão de uma determinada ordem social.

Palavras-chave: Tribunal do Santo Ofício português. Século XVI. Unidade do gênero. Feitiçaria.

THE WITCH HUNT IN THE PORTUGUESE WORLD OF THE 16TH CENTURY THROUGH THE PRODUCTION OF PATRIARCHAL AND MISOGYNIST DISCOURSES

Abstract: This work seeks to identify and analyze how moral discourses were produced and disseminated, exerted by religious and civil organizations, directly responsible for the support of certain patterns of masculinity and femininity that were hegemonic in the Portuguese world of the 16th century. In order to do so, we will analyze the legal norms in force in this context, such as the *Ordenações Manuelinas*, in addition to the moral and religious treaties that contributed to the definition of these standards. The Court of the Holy Office will also be the object of investigation, since it was an instance of power that contributed decisively to the maintenance of these standards by trying to control the religious conscience of the catholics. From these two axes, we intend to investigate how the formatting of the crime of witchcraft in this space was accompanied by the process of delimitation of these patterns, in which the figure of the sorcerer represented the subversion of a particular social order.

Keywords: Portuguese Inquisition. Century XVI. Gender unit. Witchcraft.

LA CHASSE AUX SORCIÈRES DANS LE MONDE PORTUGAIS DU XVIIÈ SIÈCLE À TRAVERS LA PRODUCTION DE DISCOURS PATRIARCAUX ET MISOGYNES

Resumé: Ce travail cherche à identifier et à analyser la manière dont les discours moraux ont été produits et diffusés, issus d'organisations religieuses et civiles directement responsables du soutien de certains schémas de masculinité et de féminité qui étaient hégémoniques dans le monde portugais du XVIIe siècle. Pour ce faire, nous analyserons les normes juridiques en vigueur dans ce contexte, telles que les ordinations manuélines, en plus des traités moraux et religieux ayant

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pertenceu ao Conselho Editorial da Revista Temporalidades, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Também foi bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, através da Universidade de Lisboa.

contribu   à la définition de ces normes. Le Tribunal du Saint-Office fera également l'objet d'une enquête, car c'est un exemple de pouvoir qui a contribué de manière décisive au maintien de ces normes dans le but de contrôler la conscience religieuse des catholiques.   partir de ces deux axes, nous avons l'intention d'examiner comment la formulation du crime de sorcellerie dans cet espace s'est accompagnée du processus de délimitation de ces schémas, dans lequel la figure de la magicienne représentait la subversion d'un ordre social particulier.

Most-clés: Cour du Saint-Office. 16 me siècle. Unit  genre. Sorcellerie.

LA CAZA A LAS BRUJAS EN EL MUNDO PORTUGU S DEL SIGLO XVI A TRAVÉS DE LA PRODUCCIÓN DE DISCURSOS PATRIARCALES Y MISÓGINOS

Resumen: Este trabajo busca identificar y analizar la forma en que se ha producido y difundido discursos morales, formalizados por las autoridades religiosas y civiles, responsables directos al apoyo a ciertos patrones de masculinidad y feminidad en la fuerza de hegem nica en el mundo portugu s del siglo XVI. Para ello se analizan las normas legales vigentes en ese contexto, como las Ordenaciones Manuelinas, además de los tratados morales y religiosos que contribuyeron a la definición de esos patrones. El Tribunal del Santo Oficio también será objeto de investigación, pues se trató de instancia de poder que contribuyó decisivamente al mantenimiento de esos patrones al intentar controlar las conciencias religiosas de los católicos. A partir de esos dos ejes, se pretende investigar cómo el formato del delito de la brujería en ese espacio fue acompañado por el proceso de delimitación de esos patrones, en que la figura de la hechicera representó la subversión de un determinado orden social.

Palabras-clave: Tribunal del Santo Oficio. Siglo XVI. Unidad de g nero. Brujer a.

Introdu o

  possível afirmar que, entre os principais historiadores² que se debruçaram na temática referente   feitiçaria e sua rela o com o Tribunal do Santo Ofício portugu s, h  um consenso de que a persegui o a esse delito n o foi inaugurada a partir do estabelecimento dessa institui o, em 1536. No contexto lusitano, um dos primeiros registros oficiais que visou condenar o uso de práticas correspondentes ao que se entendia por feitiçaria reside em uma carta régia atribuída a d. João I, datada do ano de 1385, cujo texto versava sobre a "proibi o de práticas como adivinha es, encantamentos, 'lançar sortes', evocar o Diabo, dentre outras" (CALAINHO, 2008, p. 212). Também no reinado de d. João I, já em 1403, uma outra carta régia proibia a busca de tesouros "através do auxílio de varas, os círculos para invoca o de dem nios e a adivinha o pelo espelho" (BETHENCOURT, 2004, p. 259). Ambos os registros buscavam reunir uma diversidade

² Cabe citar, principalmente, a obra de Francisco Bethencourt, *O imaginário da magia* (2004), bem como os trabalhos do também historiador português José Pedro Paiva, *Práticas e crenças mágicas* (1992) e *Bruxaria e supersti o num país sem "caça às bruxas"* (1997). Para a historiografia brasileira, Daniela Calainho (2008) também chamou a aten o para a rela o das instâncias civis com o delito da feitiçaria.

de práticas – da adivinhação às relações com o Diabo – em um mesmo entendimento conceitual: a feitiçaria.

As Chancelarias Régias acolhiam uma série de registros que davam conta de indivíduos que, supostamente, realizavam práticas interpretadas a partir da noção de feitiçaria. E, mesmo com o avançar do século XVI e diante da crescente presença inquisitorial nesse debate, a diversidade dos debates para além do campo religioso se manteve. Vide as *Ordenações Afonsinas* e as *Ordenações Manuelinas*³, bem como a difusão de tratados médicos, catecismos e tratados de cunho moral, indicando que não apenas os inquisidores possuíam conhecimento e interesse em debater sobre esse tema.

Logicamente que, conforme ressaltado por José Pedro Paiva (1997, p. 19), todo esse painel de discussões não significou a construção de um quadro demonológico em Portugal, como é possível visualizar, por exemplo, na França. Nota-se a ausência de um verdadeiro fenômeno editorial referente à produção de escritos relacionados à feitiçaria para o contexto português. Além disso, Paiva também afirma que o século XVI ainda é mais lacunar quanto à essa suposta produção editorial, destacando a inexistência de qualquer publicação nesta época, embora deixe espaço para um suposto manuscrito redigido pelo frei Bartolomeu dos Mártires, intitulado *Tractatus de superstitionibus*. No entanto, cabe afirmar que, outras obras, quando trataram das moralidades ideais aos cristãos, acabaram se debruçando no assunto, demonstrando o conhecimento das autoridades portuguesas quanto às principais discussões que envolviam a demonologia e a feitiçaria no período.

Por outro lado, pode-se também afirmar que esses autores entenderam a atuação do Santo Ofício a partir de 1536 como marco fundamental para o processo de delimitação conceitual desse delito, integrando-o, ao longo das décadas seguintes, ao rol de heresias a serem combatidas por essas autoridades. Assim, quando assumiu a hegemonia na perseguição à feitiçaria (MARCOCCI, PAIVA; 2013, p. 381), o Santo Ofício português, por meio dos seus agentes, seguiu os mesmos pressupostos existentes à época a respeito da definição desse delito, bem como dos mecanismos a serem utilizados na identificação dos (as) praticantes. Brian Levack (1988, p. 8), por exemplo, sugeriu que, entre finais do

³ Como destacou Francisco Bethencourt (2004, p. 260), é a partir destes dois conjuntos jurídicos que o “delito da feitiçaria apresenta um aumento substancial de sua tipificação”. Além disso, a instância eclesiástica possui um peso de relevância nesse contexto, como as constituições do bispado de Évora, datadas de 1534 e que, no entender do autor, “são as mais desenvolvidas do século XVI sobre o problema da feitiçaria”.

Medieval e os primeiros séculos da Época Moderna, os principais teóricos se ancoraram em duas noções principais acerca da “definição europeia de bruxaria”.

A prática do *maleficium* foi uma delas, entendida pelos tratadistas como quando algum indivíduo direcionava determinado ritual a outra pessoa sob intenção negativa. O segundo pilar, continua o autor, adquiriu maior força com o avançar do século XV, em que a figura do Diabo se tornou um dos principais condicionantes para a existência da “bruxaria”. Para ele, a “bruxaria era, portanto, diabolismo, a adoração do Diabo [em que] ambos os tipos de atividades das quais as bruxas eram acusadas – magia e diabolismo – estavam intimamente relacionados” (LEVACK, 1988, p. 9).

Os inquisidores portugueses também defenderam que, dentre os principais imperativos para a comprovação desse delito, constava a presença do Diabo, seguido do pacto diabólico. A noção de pacto predominante no universo inquisitorial lusitano foi, segundo José Pedro Paiva (1997, p. 17), contemplada em duas principais práticas: o “pacto tácito” e o “pacto expresso”. O “caráter implícito”, expressão do autor, caracterizou a primeira noção, em que, mesmo quando o indivíduo negava qualquer presença do Diabo nas práticas promovidas – como os ritos de cura, adivinhação, etc. –, ainda assim o pacto era concretizado, tendo em vista que esses prodígios só possuíam efeito por conta dessa figura, “que tinha vontade própria para nelas se poder imiscuir” (PAIVA, 1997, p. 39).

Acerca do “caráter expresso”, ou explícito, este reúne os elementos que se tornaram clássicos na demonologia entre os séculos XVI e XVIII, ou seja, o contrato entre o indivíduo e as figuras diabólicas, a oferta e a recepção de poderes mediante a servidão como forma de celebrar esse acordo. Mais ainda, este pacto poderia ser encarnado numa completa solenidade, em que esse personagem aparecia “visivelmente, sentado num trono, rodeado pela corte de demónios” (PAIVA, 1997, pp. 39-40).

Conforme ressaltou Isaías Pereira (1976, p. 87), a feitiçaria foi alvo de intensos debates teológicos e jurídicos nesse espaço – inseridos no contexto de emergência da demonologia na Europa⁴ –, sendo-lhe atribuído o caráter de “foro misto”. Assim, e a partir dessa compreensão, pode-se concluir que as instâncias civis e religiosas assumiram o

⁴ Stuart Clark (2006, p. 13;27) defendeu que estudar a demonologia é, por consequência, adentrar no campo da bruxaria/feitiçaria, analisando-as a partir de quais linguagens autorizaram as crenças sobre a realização dessas práticas.

mesmo objetivo de conter o avanço das práticas ilícitas endereçadas ao sobrenatural, principalmente as que envolviam a participação do Diabo⁵.

Em termos cronológicos, foi entre os anos de 1541 a 1595 que o mundo português vivenciou sua primeira onda de perseguições contra os indivíduos acusados de promoverem esses pactos diabólicos. A instalação e o aparelhamento da estrutura inquisitorial não apenas no Reino, mas, também, nas possessões ultramarinas portuguesas, permitiram o alargamento do seu rol de atuação frente aos delitos existentes, dentre eles a feitiçaria (MARCOCCHI; PAIVA, p. 42).

Esse primeiro momento foi caracterizado pelo elevado número de processos encetados pelas autoridades inquisitoriais⁶, ainda mais quando são consideradas as épocas anteriores, já que os relatos são mais esparsos. Por isso, esse período é o recorte temporal escolhido no presente trabalho, abrangendo cerca de 50 anos, exatamente o mesmo que coincide com as grandes ondas de perseguição que marcaram outras regiões do Ocidente europeu, mais especificamente as iniciadas nos Alpes ocidentais⁷, voltadas, nos casos de feitiçaria, principalmente contra as mulheres. José Pedro Paiva (1997, p. 17) afirmou, aliás, que os anos de 1580 a 1660 demarcam temporalmente o que foi “vulgarmente designado na historiografia europeia por ‘caça às bruxas’”, caracterizando um período particularmente violento.

Sob a ótica inquisitorial, o pacto demoníaco definiu as relações que os indivíduos – principalmente as mulheres, segundo as teorias da época – estabeleceram com o Diabo. Jean Delumeau (2009, p. 473), por exemplo, destacou a longa associação do binômio mulheres/Diabo ao analisar o fenômeno de “caça às bruxas” no Ocidente europeu entre os séculos XIII ao XVIII. O autor ressaltou que esse binômio não foi exclusividade desse recorte temporal e espacial, mas apontou para esse período como o grande responsável por difundi-lo. Essa época, marcadamente cristã, “somou, racionalizou e aumentou as

⁵ Sublinha-se, aliás, que a busca das autoridades por legitimar qual formato de perseguição seria o mais viável não foi exclusividade do contexto religioso português. Cf. PROSPERI, 2013, p. 377.

⁶ Francisco Bethencourt (2004, p. 364-369) identificou 94 processos para esse recorte, sendo réus 68 mulheres e 26 homens. Desses, 61 foram processados pelo Tribunal de Évora, 24 pelo de Lisboa e 9 pelo de Coimbra.

⁷ Carlo Ginzburg, em *História Noturna* (2001, p. 80), demarcou essa região como o espaço em que se consolidou, no século XVI, a “imagem do complô” contra as mulheres acusadas de bruxaria: “Pouco a pouco, a imagem da seita tornara-se mais específica: a apostasia da fé [...] fora sendo enriquecida com novos e macabros detalhes; o diabo, inspirador oculto das conspirações dos leprosos e dos judeus, saltara para o primeiro plano, em pavorosas formas animais. A sinistra ubiquidade do complô, de início expressa pelo fluxo das águas envenenadas, afinal se traduzira, simbolicamente, na viagem aérea de bruxas e feiticeiros rumo ao sabá”.

queixas misóginas” (2009, p. 473). Conforme defendeu Tamar Herzig (2010, p. 64), os escritos de Heinrich Kramer – que, inclusive, é autor de um dos principais tratados voltados à feitiçaria, o *Malleus Maleficarum* – devem ser considerados como exemplos do início de uma “feminização da bruxaria” a partir do século XIV. Já o medievalista Michael Bailey (2002, p. 120), ao defender a ideia de uma “feminização da magia”, entendeu o século XV como o marco inicial da construção e difusão do conceito de “bruxaria satânica” e da associação majoritária entre “bruxaria e mulheres”. No entanto, diferentemente de Herzig, o autor identificou nos escritos de Johannes Nider – autor do *Formicarius* – o ponto de partida para compreender como o fenômeno de “caça às bruxas” começou a ser generificado: “Nider foi a primeira autoridade clerical a discutir a bruxaria feminina em termos do seu gênero” (BAILEY, 2002, p. 125). Inserida nesse contexto, a feitiçaria ingressou na prática inquisitorial portuguesa em paralelo ao entendimento, cada vez mais sólido, de que caberia às mulheres a maior predisposição às influências diabólicas.

Diante das reflexões aqui levantadas e a partir do período definido acima, este trabalho pretende analisar a relação entre o Tribunal do Santo Ofício português e a produção dos discursos patriarcal e misógino a partir do contexto de atuação dos inquisidores frente ao delito da feitiçaria. O objetivo das instâncias religiosas e civis em não apenas teorizar, mas normatizar quais funções que homens e mulheres deveriam seguir para a manutenção da ordem social no mundo português, será o eixo de análise que relacionará ambos os temas. Esse mesmo interesse é o elemento que também sustenta a investigação sobre quais padrões de feminilidade e masculinidade predominaram à época e como as noções de patriarcado e misoginia são capazes de explicar a maior presença das mulheres como indivíduos processados pela Inquisição a partir desse delito.

Segundo Merry Wiesner-Hanks (2001, p. 50), a maior inserção dos historiadores no universo conceitual do gênero, possibilitou uma ênfase maior na problematização da “mulher” como uma categoria estável.⁸ Nas suas palavras, “na medida em que os historiadores das mulheres enfatizaram mais as diferenças entre as mulheres e se tornaram

⁸ Judith Butler (2016, pp. 8;20), uma das principais teóricas do gênero, defendeu igualmente a necessidade de os pesquisadores problematizarem o caráter fixo das categorias existentes, principalmente as noções de “feminino” e “mulher”. O intuito é retirar a estabilidade conceitual desses termos na medida em que os gêneros não devem ser considerados imunes às subjetividades, às escolhas individuais, e aos contextos históricos de dominação masculina. Sendo assim, não há uma base universal acerca do feminino, ou um sujeito universal “mulher”.

cada vez mais autocríticos, começaram a se perguntar se ‘mulher’ era uma categoria analítica válida”. Por essa razão, deve-se considerar não somente o fato de que estruturas de gênero variam conforme os contextos, mas, também, os padrões de feminilidade e masculinidade. Trata-se, enfim, de defender o entendimento de que o patriarcado é aspecto essencial para a compreensão do fenômeno de caça às bruxas uma vez que as sociedades no período estiveram inseridas em relações de poder generificadas (BARSTOW, 1988, p. 50).

Masculinidades e Feminilidades imaginadas: a literatura jurídica no mundo português

Este item investiga como as noções de masculinidade e feminilidade foram definidas no âmbito da produção jurídica pertencente ao mundo português, buscando restringir esse debate ao século XVI. Defende-se, portanto, a existência do patriarcado como um conceito e, mais ainda, como uma “forma historicamente específica de organização e exercício do poder político, legal, social, econômico e cultural que, geralmente, privilegiam os homens sobre as mulheres” (ROWLANDS, 2003, p. 453).

Busca-se discutir, assim, como as funções voltadas aos homens e, principalmente, às mulheres, foram demarcadas de modo hierárquico, sob traços patriarcais e misóginos, e como cada prescrição direcionada a ambos influenciou diretamente, e sob um caráter relacional, na construção das noções de masculinidade e feminilidade que se tornaram hegemônicas no período. Também discute como as instâncias civis trataram do delito da feitiçaria, ao qual a produção de discursos voltados à normatização das mulheres se atrelou diretamente.

Assim, conforme proposto por Isabel Drumond Braga e Maria Mourão (2015, p. 87), entende-se que a compreensão de toda a estrutura organizacional e funcional referente a esse contexto está atrelada à análise de como as categorias de *homem* e *mulher* foram construídas juridicamente. Também defende que essas categorias pautaram as diversas relações sociais do período, sendo necessário compreender e analisar quais foram suas influências no processo de delimitação das hierarquias no mundo português à época.

Por essa razão, é necessário investigar os símbolos culturais que constituíram os alicerces não apenas dessas hierarquias sociais, mas, também, das categorias normativas que contribuíram para o entendimento jurídico sobre o que significou “ser mulher”. Assim, será possível desenvolver os pressupostos levantados por Joan Scott (1995, p.

312), em que a autora salientou a importância de os pesquisadores analisarem como os símbolos culturais representativos do feminino são evocados nos mais diversos contextos e como os conceitos normativos a esse respeito são estruturados.

As principais características atribuídas às mulheres, e referentes aos papéis sociais prescritos a elas nos tratados morais e na literatura jurídica que circularam ao longo do mundo português, podem ser resumidas na seguinte sentença: “boa mãe, boa dona de casa, boa esposa” (BRAGA; MOURÃO, 2015, p. 89). Os verbetes de dicionários são, por sua vez, exemplos dos discursos que, à época, buscaram delimitar o binômio masculino/feminino, sendo sustentado sob a dicotomia e a exclusão das mulheres dos diversos espaços sociais.

Baseando-se no primeiro dicionário da língua portuguesa, de autoria de Raphael Bluteau, datado dos primeiros quartéis do século XVIII, Isabel Drumond Braga e Maria Mourão destacaram essa oposição, afirmando que a construção desse binômio foi visível no discurso proverbial, recaindo ao universo doméstico o principal espaço de presença feminina, enquanto que, aos homens, a esfera de prescrições foi muito mais alargada e complexa: “Eis alguns dos exemplares retirados: ‘A mulher de bom recado enche a casa até o telhado’; ‘A mulher e a galinha, com sol recolhida’; ‘A mulher de bondade, outrem fale e ella cale’; ‘A mulher mal toucada, ou é formosa, ou mal casada’; ‘A mulher, o fogo e os mares são três males’ (Bluteau, 1716, p. 546)” (2015, p. 89).

A ideia de “homem social”, expressão utilizada pelas autoras, é outro exemplo, já que a sua definição no contexto português foi entendida por dois vieses: referia-se ao “ser humano ou homo”, no qual o feminino era englobado (senão silenciado), ao mesmo tempo em que caracterizava o gênero masculino (BRAGA; MOURÃO, 2015, p. 89-90).

Ao tratarem da obra de António Delicado, intitulada *Adagios, Proverbios, Rifãos, e Anexins da Lingua Portuguesa*, ambas as autoras notaram o mesmo padrão encontrado nos provérbios presentes no dicionário de Bluteau, ou seja, uma predominância significativa de termos favoráveis e desfavoráveis às mulheres e, mais ainda, que representavam o próprio contexto normativo existente no Antigo Regime português:

Quanto ao pendor conceptual, reportado nos enunciados affectos ao parâmetro “favorável”, os predicados femininos emergentes são indutores do cumprimento da norma e de boas práticas, sobretudo os que têm que ver com: diligência – “A boa fiandeira, de S. Bartholomeu toma a véla e a mais boa da Magdalena”; “A mulher de bom recado enche a casa até ao telhado”; bondade – “A mulher boa prata é que muito soa”, “A mulher de bondade, outrem fale e ella cale”. (BRAGA; MOURÃO, 2015, p. 93)

[...] são expressivos os que retratam o género feminino com desconfiança, menosprezo e preconceito, como se pode avaliar pelos exemplos: “A mulher e o pedrado quer-se pisado”; “Aquella é boa e hon-rada, que está viúva sepultada”; “Da má mulher te guarda, e da boa não fies nada”; “Do mar se tira o sal, e da mulher muito mal”; “Não creiais ga-linha, onde a rapôsa mora; nem creias a mulher, que chora”; “Aquella é bem casada, que não tem sogra nem cunhada”. (BRAGA; MOURÃO, 2015, p. 94)

Quanto à literatura jurídica portuguesa, predominou o interesse dos seus protagonistas em construir um consenso no qual as obras e reflexões por eles produzidas deveriam compreender essencialmente a noção de que o masculino englobava o feminino. A busca por esse consenso pode ser justificada diante da predominância no período de um princípio básico pelo qual o masculino abrangia o feminino, ou seja, “a cabeça [evocava], naturalmente, todo o corpo” (HESPANHA, 2010, p. 103).

O contrário não se manifestava na medida em que, seguindo a mesma lógica, os juristas não consideravam que o elo mais fraco, o corpo, pudesse governar o elo mais importante, a cabeça. A “feminilidade”, termo utilizado por Hespanha, só assumiu protagonismo nos textos jurídicos em ocasiões muito específicas, em que o legalismo genérico não se mostrava capaz de incorporar o feminino em uma unidade masculina.⁹

Interessada nos códigos legislativos portugueses, principalmente os que vigoraram entre os séculos XV e XVI, Raquel Patriarca (2002, p. 125) afirmou que, se não são as melhores fontes para retratar a vida cotidiana das mulheres, as Ordenações possibilitam ao pesquisador compreender a visão que as sociedades tinham para com as mulheres e o ordenamento jurídico construído para que essa visão assumisse um viés hierarquizante e masculinista.

Promulgadas durante o reinado de D. Manuel, em 1521, as *Ordenações Manuelinas* não apenas reafirmaram uma série de prescrições direcionadas às mulheres e já presentes nas Ordenações precedentes, as *Afonsinas*, como as ampliaram, tornando mais nítido como o padrão de feminilidade almejado pelas autoridades esteve atrelado aos ideais de submissão feminina aos homens. Cita-se, por exemplo, a preocupação em definir o papel das mulheres nos antecedentes da vida conjugal, sendo delegado aos pais a função de decidir o futuro de suas filhas nos assuntos matrimoniais.

⁹ Um dos principais exemplos apontados por António Manuel Hespanha (2010, p. 105) em que havia a necessidade de uma escrita mais específica para as mulheres, consiste na questão relativa à sucessão dos bens relacionados aos castelos, feudos ou às jurisdições. De acordo com o autor, era tão absurdo no período que mulheres tivesse direito à sucessão que, ao designar “filhos” no testamento, entendia-se que o pai naturalmente se referia aos seus descendentes homens.

Quando entraram em vigor, as *Manuelinas* não apenas reafirmaram essa condição, como buscaram clarificar a ausência do direito feminino quando as questões patrimoniais estivessem presentes, proibindo que as mulheres participassem ativamente da herança salvo em situações de doação ou mesmo por mercê do monarca (PATRIARCA, 2002, p. 127). Sendo assim, o domínio público foi entendido como espaço masculino de direito, muito por conta desse conjunto jurídico ter consolidado um ordenamento social pautado na manutenção da honra feminina atrelada ao enclausuramento das mulheres na vida doméstica.

É no quinto livro dessa documentação que pode ser observado o maior número de títulos que versam sobre o cotidiano das mulheres, principalmente nas questões envolvendo as relações ilícitas com os homens. Assim, do Título XIII ao XXIX estão presentes as preocupações dos juristas desde com homens que, por ventura, dormissem com qualquer mulher pertencente à sua parentela¹⁰, aos religiosos que frequentemente mantinham relacionamentos que, vale lembrar, eram proibidos.

Há, também, uma relativa preocupação referente aos episódios envolvendo homens que dormissem com mulheres casadas ou mesmo “Do que dorme por força com qualquer mulher, ou trata dela, ou a leva por sua vontade”. Neste caso, a pena de morte era prevista como punição, mesmo se houvesse casamento após o ato sem consentimento.¹¹ Nota-se, portanto, como o casamento aparece nessa literatura como uma instituição a ser salvaguardada pelas instituições, pois era encarado por esses personagens como sinônimo de estabilidade jurídica e social para as mulheres. A vigência desse sacramento como obrigação religiosa e social permitia evitar os possíveis desregramentos morais advindos da vida de solteiro (LENCART E SILVA, 1993, p. 62).

A “honra dos pais”, presente no segundo livro, é um dos melhores exemplos para a compreensão da literatura jurídica como importante espaço que se preocupou com a regulação da vida das mulheres, pretendendo torná-las subservientes ao contexto de normatização de suas vidas. Nos casamentos clandestinos, o texto previa que as mulheres seriam meeiras, ou seja, teriam direito à metade dos bens adquiridos junto ao cônjuge,

¹⁰ “Toda pessoa de qualquer condição que seja, que dormir com sua filha, ou qualquer outra sua descendente, ou com sua mãe, ou com qualquer outra sua ascendente, sejam queimados ambos, e feitos por fogo em pó”. Cf. *Ordenações do Senhor Rey D. Manoel*. Livro II. Título XIII, p. 50.

¹¹ “Todo homem de qualquer estado, e condição que seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher, posto que escrava, ou mulher que ganhe dinheiro por seu corpo seja, morra por isso”. Cf. *Ordenações do Senhor Rey D. Manoel*. Livro II. Título XIII, p. 52.

desde que a relação fosse comprovada pela Igreja.¹² Além disso, era necessária a presença de um tutor, fosse ele marido ou pai, pois seriam os responsáveis por legitimar a “pública voz”, ou seja, de que havia uma união capaz de referendar a condição de meeira para a mulher. Por essa razão, afirma-se que o estatuto jurídico das mulheres e as suas formas de acesso a determinados direitos, prescritos na literatura jurídica da época, estiveram visivelmente atrelados às relações de poder em que a figura masculina buscava constantemente a reafirmação do seu protagonismo.

Os limites jurídicos, quanto à sua abrangência e proteção social para com as mulheres, também são visíveis nas *Ordenações Manuelinas*, conforme destacou Maria Lencart e Silva (1993, p. 66), defendendo que o pesquisador considere que as legislações da época apresentavam uma série de subdivisões a respeito das mulheres: “mulher-esposa, mulher-mãe, a mulher-adúltera, a mulher viúva”. A ausência por parte dos juristas portugueses em tratar o gênero masculino a partir dessa mesma lógica, continua a autora, pode ser justificada pelo modo como os homens conscientemente buscaram se posicionar na vida social, regulando-a e prevalecendo o interesse em definir um lugar de predominância e destaque a si próprios (LENCART E SILVA, 1993, p. 53). As subdivisões que foram colocadas para as mulheres deixam claro o papel de subserviência das mesmas e a restrição de sua atuação ao universo doméstico.

Tendo em vista os antagonismos e silenciamentos por parte dos juristas frente às mulheres, também foi possível identificar algumas diferenças a respeito dos direitos e das seguranças que as mulheres tinham acesso conforme a sua condição financeira, sua origem, e sua condição social. Cabe lembrar que elas estavam inseridas em uma sociedade na qual as diferenças hierárquicas sustentavam as relações entre os indivíduos. Assim, a mulher que pertencesse aos estratos mais ricos do mundo português, possuiria um trato diferenciado em relação à mulher de ascendência cristã-nova, ou mourisca.

Ao mesmo tempo, o fato de os juristas também apontarem para essa diferença, possibilita-nos relativizar a existência de uma prática hegemônica interessada em consolidar uma dada visão a respeito da mulher ideal. Outras mulheres, como as cristãs-novas e as mouriscas, também circularam no mundo português e estiveram distantes das prescrições jurídicas e religiosas hegemônicas.

¹² “[...] se não provarem que foram recebidos à porta da Igreja, ou por licença do Prelado como dito é, ou não provando como estão em pública voz, e fama de marido e mulher, e em casa teúda e manteúda, ou em casa de seu pai, ou em outra casa onde estiver, não serão meeiras”. Cf. *Ordenações do Senhor Rey D. Manoel*. Livro II. Título XLVII, p. 237.

É, portanto, impensável compreender a lógica não apenas jurídica, mas social, inerente ao Antigo Regime português, descolada das variadas estruturas normativas que nortearam a diferenciação entre homens e mulheres sob uma base hierárquica e, ressalta-se, masculina. Com base nas *Ordenações Manuelinas*, é possível concluir que, para o século XVI, predominou na literatura o entendimento de que o masculino, mesmo quando o feminino era assunto principal das discussões entre os juristas, prevaleceu como sistema interpretativo.

A honra feminina foi invocada como argumento a fim de sustentar uma ordem patriarcal, ainda que a superfície desses textos possa indicar uma preocupação das autoridades com a segurança das mulheres. Assim, as imagens referentes a elas foram resultado de um saber jurídico que as enxergava sob a ideia de “fraqueza, debilidade intelectual, olvido e indignidade” (HESPANHA, 2010, p. 105).

Pode-se dizer, assim, que predominou nesse contexto uma estrutura de poder em que um dos principais objetivos, ao propor um ordenamento social, consistiu em perpetuar a chamada “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2016, p. 57). Ou seja, na medida em que a construção do gênero é acompanhada do interesse em torná-lo uma noção unitária, capaz de consolidar o masculino/feminino como um binarismo de gênero e como dispositivo de controle, o mesmo contribui diretamente para a manutenção de toda uma condição normativa decorrente dessa relação.

Por consequência, tem-se a construção e a manutenção de hierarquias que, para o período analisado, visaram essencialmente a reprodução das noções de inferioridade e de submissão nas quais as mulheres deveriam ser condicionadas como forma de manutenção de uma ordem social. Por sua vez, aponta Butler, esse binarismo gera, também, o interesse das estruturas de poder em naturalizar essa estrutura hierárquica, tornando-a uma ilusão para aqueles que seguem essas prescrições. Além disso, tendo em vista que o gênero é construído a partir de uma performance cotidianamente repetida e através das estilizações do corpo, inserido numa estrutura que busca regular as relações sociais que homens e mulheres constroem, cabe ao pesquisador perceber qual noção de “mulher” foi definida sob essa pretensão hegemônica e, principalmente, masculina.

Diante dessas considerações, entende-se que o padrão de feminilidade predominante no Antigo Regime português esteve atrelado às diversas instâncias de poder responsáveis por sua produção e difusão – representadas por homens interessados na manutenção da ordem social que lhes fosse vantajosa. Como consequência, foi produzida

uma variedade de arquétipos em que imperaram as noções de honra, castidade e moralidade como aspectos sustentadores de uma versão hegemônica e idealizada a respeito das mulheres. A diferenciação entre os sexos passava, assim, por uma preocupação em determinar as diferenças biológicas entre masculino e feminino, além de reafirmar os papéis que deveriam pertencer aos homens e às mulheres a partir de ideais hierarquizantes.

A manutenção desse binarismo carregava consigo um interesse normativo. A própria defesa da família como uma instituição capaz de resguardar a ordem social foi, segundo Merry Wiesner-Hanks (2001, p. 25), uma experiência generificada. Noivas, esposas, mães: talvez estas três condições resumam as construções pretendidas pela masculinidade hegemônica acerca das mulheres no período analisado. Em uma síntese a respeito da presença feminina nas sociedades de Antigo Regime, Maria López-Cordón (1994, p. 80) foi pontual ao caracterizar esse contexto: “ordem e limite, estes são os extremos concretos que encerram a condição da mulher em um tempo determinado”. O padrão de feminilidade autorizado nos discursos jurídicos foi construído sob o intuito de definir esses extremos.

A moralidade católica e a definição dos papéis sociais no mundo português

A condição natural das mulheres à submissão foi reafirmada constantemente pelos religiosos e encarnada, inclusive, nas hierarquias católicas, no qual o acesso delas aos mais altos cargos era vedado pela legislação canônica. Segundo Lyndal Roper (2005, p. 38), há uma considerável concordância entre os historiadores de que o período referente às reformas religiosas – protestante e católica – marcaram a transição para uma nova forma de patriarcado nas sociedades em que essas reformas foram influentes.

Nesse contexto, prevaleceu com maior força o discurso de que a predisposição ao trato ilícito com o sobrenatural, essencialmente representado na figura do Diabo, se daria com maior recorrência entre as mulheres, retratadas como seres de fácil persuasão. Era necessário, portanto, regular seus comportamentos, seus corpos, sua sexualidade e, não menos importante, a sua religiosidade. Desse modo, não apenas a jurisdição civil assumiu peso nessa preocupação, visto que uma série de tratados morais foram escritos por religiosos interessados na normatização referida.

Assim, o intuito deste item consiste em analisar a circulação desses tratados morais no mundo português, identificando as principais obras, discutindo o teor dos seus

argumentos, bem como os modelos de masculinidade e feminilidade defendidos por esses discursos.

Se é possível falar de uma linguagem da feitiçaria, aos moldes dos pressupostos de Stuart Clark¹³, essa é composta obrigatoriamente pelos discursos produzidos entre o Medievo e a Modernidade europeia em relação aos papéis sociais prescritos para as mulheres, e como esses papéis foram elaborados sob uma atmosfera de insegurança corrente nesse período, concomitante ao processo de demonização da figura feminina. Entender as linguagens que embasaram a crença na feitiçaria é levar em consideração não apenas o peso jurídico e secular nesse processo, mas a existência de uma ambiguidade de longa duração acerca das mulheres e que se confunde, por vezes, com a própria consolidação do catolicismo como religião no Ocidente Europeu.

Os arquétipos construídos pela literatura moralista católica a respeito da mulher não fugiram muito dos discursos presentes à época no âmbito secular. A honra e a moral religiosa foram pilares comuns aos olhares civis e religiosos no intuito de determinar o ambiente doméstico como espaço em que as mulheres manteriam tais condições. A mulher que não exercesse a função social prescrita pelos códigos morais – e amplamente vinculada ao universo doméstico – foi interpretada como uma figura alheia aos ideais pré-concebidos, tornando-se ameaça à manutenção da moralidade, das estruturas normativas, além da legitimidade do discurso de submissão feminina à presença dos homens.

Exemplo desse discurso moralista e religioso pode ser visualizado a partir da obra do frei Heitor Pinto, *Imagem da vida cristã*, publicada em 1563. Nesse tratado, o frade buscou reafirmar as hierarquias sociais existentes entre homens e mulheres e como elas refletiam na vida conjugal, sendo o matrimônio um espaço de reprodução das diferenças e de submissão das mulheres, uma vez que a ordem social dependia dessa forma de organização:

Verdade é que, ainda que a mulher quanto ao matrimônio seja igual ao marido, contudo, no que toca à disposição e governação da casa e fazenda, o marido é a cabeça da mulher, como o diz S. Paulo na *Primeira aos Coríntios*. Que a mulher deva ser subjeta ao marido, dizem-no S. Jerónimo sobre a *Espístola a Tito*, Santo Agostinho no livro das *Questões do Génesis*, Santo Ambrósio no *Hexamerão* [...] mas não como escrava, senão como companheira: não será sujeição servil, mas social. A mulher não há de dominar sobre marido: por isso não foi formada da cabeça de Adão: nem deve ser desprezada dele como escrava: por isso não foi formada dos pés: mas há de ser companheira do marido: por isso foi formada da costa, que está no meio do corpo. [...] os quais todos afirmam que a mulher deve

¹³ Para o autor, “a linguagem autoriza qualquer tipo de crença”. Cf. CLARK, 2006, p. 27.

guardar ao marido grande lealdade, e ser-lhe sujeita: e honrada dele como companheira: e que ambos se hão de ter grande amor um ao outro. (PINTO, 1958, p. 38)

Esse longo excerto é permeado tanto pela tradição interessada em reafirmar a sujeição das mulheres à governança masculina, como para o forte apelo bíblico que uma série de tratados religiosos lançaram mão a fim de justificar esse caráter. Ressalta-se, também, que a invocação de São Paulo como suporte bíblico não é uma novidade trazida por esse autor. Essa mesma associação é encontrada em trabalhos do mesmo período e até mesmo de épocas anteriores, muito por conta de o mesmo apóstolo, segundo Jean Delumeau (2009, p. 469), ter encarnado a “origem das ambiguidades do cristianismo em relação ao problema feminino [...] [situando] a mulher cristã em uma posição de subordinação simultaneamente na Igreja e no casamento”. Assim, a honra direcionada à figura feminina era vinculada diretamente à obediência que as mulheres deveriam construir para com seus maridos, tendo no companheirismo, na retidão e no respeito, alguns dos elementos decorrentes desse entendimento.

Em trabalho recente, Leandro Teodoro (2017, p. 129) identificou em Castela e em Portugal uma importante circulação de obras endereçadas justamente no modo como homens e mulheres deveriam se portar socialmente sob os moldes de uma vivência cristã. Francesc Eiximenis, franciscano catalão, escreveu entre os anos de 1330 e 1409 uma série de aconselhamentos que os fiéis deveriam seguir para que possuíssem uma formação moral. Desde considerações referentes à necessidade de defenderem a fé católica daqueles interessados em blasfemá-la, até conselhos que buscavam consolidar um dos principais mandamentos, amar ao próximo, predominou no seu discurso o interesse em construir as bases morais sob um forte teor religioso.

A linguagem torna-se, portanto, uma importante ferramenta para a compreensão do modo como a civilidade foi pensada no século XVI, sendo influenciada por valores morais combinados pelo interesse dos Estados em delimitar as funções de seus súditos, bem como da Igreja Católica em fazer com que essa relação estivesse sustentada a partir de valores também religiosos. Também por meio da linguagem, foi possível perceber quais padrões de masculinidade e feminilidade foram autorizados oficialmente nesse século. Em paralelo, a linguagem autorizada é exemplo de como predominou uma ambiguidade que marcou largamente a trajetória das mulheres não apenas no contexto europeu, principalmente por conta do interesse das estruturas de poder em demarcar quais

seriam as fronteiras, moralmente e religiosamente falando, a serem respeitadas pela figura feminina.

A consolidação do Diabo como grande inimigo da cristandade contribuiu igual e decisivamente para essa delimitação. Tal personagem, aliás, foi interpretado por Robert Muchembled (2001, p. 116) como uma das principais ferramentas utilizadas por Igreja e Estados para reforçar a legitimidade de seus poderes frente aos fiéis que, ressalta-se, também eram súditos dos monarcas aliados ao poderio católico. A presença da feiticeira pode ser entendida, assim, como uma via de mão dupla, em que a sociedade reconhecia sua existência ao mesmo tempo em que representava um dos grandes exemplos das consequências decorrentes da ruptura com as fronteiras morais definidas para as mulheres.

Logo, não somente a manutenção de uma moralidade católica foi aspecto determinante para as mulheres, mas a sustentação dessa honra acabou por se tornar condicionante recorrente para a manutenção da ordem social dominante. A feiticeira foi, por consequência, uma das principais figuras utilizadas como exemplo de mulheres que rompiam com as fronteiras morais determinadas a elas. Entender nesse item a forma como o mundo português foi organizado é, portanto, compreender como esse discurso em torno da honra feminina foi definido e circulou pelos diversos espaços pertencentes a esse recorte. Implica, também, em identificar como todo um universo patriarcal teve sustentação a partir dos discursos aqui analisados, em que a noção de honra vinculada à submissão das mulheres aos homens era defendida.

Desta forma, não apenas o patriarcado é exemplo da pretensão de uma heterossexualidade hegemônica, mas, também, a misoginia pertencente a esse processo. Em outras palavras, predominou nesse contexto uma série de argumentos que, por meio de tratados morais, religiosos e medicinais, buscaram assegurar o ideal de submissão das mulheres aos homens sob a justificativa de uma suposta (e natural) inferioridade feminina.

A formatação do delito da feitiçaria: poderes régios, episcopais e inquisitoriais

O conceito de *magia* foi definido por Marcel Mauss (1950, p. 53) para além dos entendimentos de “seus atores ou por seus espectadores”. O autor buscou valorizar, assim, a forte carga subjetiva que, segundo o próprio, está relacionada às múltiplas versões existentes sobre esse conceito nos mais variados contextos. A figura do mágico, defende

o autor, é definida mediante uma série de padrões que o caracterizam, em especial o aspecto físico e a sua condição social. Para as mulheres, no entanto, Mauss (1950, p. 63) não considera esses elementos como fatores determinantes para a sua associação à feitiçaria, valorizando, assim os “sentimentos sociais suscitados por suas qualidades” que as tornaram “reconhecidas em toda parte como mais aptas à magia que os homens”. Pode-se afirmar, portanto, que o autor entende a progressiva construção de um consenso social como o maior responsável por conferir realidade à figura da feiticeira.

Carlo Ginzburg (2001, p. 90) entende o processo de construção da figura da feiticeira como sinônimo de uma verdadeira atmosfera de conspiração direcionada primeiramente aos leprosos e judeus para, no século XVI, se direcionar amplamente às bruxas, resultando em uma verdadeira “imagem obsessiva do complô montado contra a sociedade”. Para o autor, foi nos Alpes ocidentais que surgiram as primeiras narrativas que buscaram comprovar a existência de verdadeiras seitas, compostas por homens e mulheres, que se reuniam cerimonialmente em torno da figura do diabo.

Segundo o historiador italiano, a imagem da feiticeira/bruxa no Ocidente europeu não se limita aos estereótipos míopes resultantes das análises tradicionais sobre essas personagens. Ir além desses estereótipos é compreender “um complexo fenômeno de interação, que não pode ser reduzido a pura e simplesmente projetar sobre os acusados obsessões antiquíssimas e recorrentes” (GINZBURG, 2001, p. 98).

Tendo em vista a existência de um intrincado jogo de interpretações, práticas individuais e/ou coletivas e uma longa tradição discursiva interessada em debater sobre a feitiçaria e suas nuances – incluindo os posicionamentos teóricos acerca desse fenômeno –, a análise neste item estará voltada para a linguagem empregada pelos juristas, tratadistas e autoridades religiosas portuguesas que se debruçaram sobre esse fenômeno e que também integraram o processo de conformação da feitiçaria à presença das mulheres como suas maiores praticantes. Com o avanço dos estudos de gênero também no campo das análises referentes ao fenômeno de “caça às bruxas”, uma das principais reorientações dessas pesquisas consistiu, segundo Claudia Optiz-Belakhal (2009, p. 96), em avaliar quais as condições que propiciaram a perseguição majoritária às mulheres no âmbito da feitiçaria.

O já mencionado caráter de foro misto que a feitiçaria adquiriu no contexto português é um aspecto essencial para a compreensão desse delito. Esta caracterização está relacionada ao interesse demonstrado pela Coroa portuguesa em relação a esse fenômeno, tornando-se assunto recorrente, por exemplo, nas já citadas Chancelarias Régias, que reúnem uma importante documentação referente às feiticeiras residentes em Portugal.

Em 1501, o doutor Gonçalo de Azevedo apresentou a súplica de Branca Gil, “mulher velha e viúva, moradora em Lagos”, na qual, por crença de estar servindo à Deus, utilizava as orações católicas nas benzeduras que promovia. Seu relato também deixa evidente o rigor da justiça civil no combate a essas práticas heterodoxas: “por bem do qual andava amorada com temor das nossas justiças e por lhe haverem de prender” (D’AZEVEDO, 1894, p. 332).

Entretanto, ainda que as Chancelarias correspondam a um importante exemplo do interesse da justiça civil para com as práticas mágico-religiosas, residem nas Ordenações os maiores exemplos de como essa perseguição vigorou não apenas no campo religioso. Daniela Calainho (2008, p. 212-213) destacou o peso conferido pelas *Ordenações Afonsinas* à feitiçaria, demonstrando como o Estado buscou aprimorar seus mecanismos de perseguição frente àqueles que diziam provocar malefícios, ou praticar curas e adivinhações. As penas variavam desde o pagamento de multas até a determinação de açoites em locais públicos, ou mesmo marcações no corpo feitas com ferro e brasa. Com a promulgação das *Ordenações Manuelinas*, a feitiçaria adquiriu maior consistência conceitual entre os juristas.

O quinto livro compila as discussões referentes às práticas direcionadas ao sobrenatural, conferindo maior peso aos indivíduos que se relacionavam com o Diabo. “Dos feiticeiros e das vigílias que se fazem nas Igrejas” corresponde ao trigésimo terceiro Título, disposto em cinco páginas, que versam sobre os “endeminhados” e os indivíduos que praticavam toda a sorte de rituais mágico-religiosos.

Destaca-se o notável avanço das *Ordenações Manuelinas* ao tipificarem esse delito com maior profundidade, ainda mais se comparadas aos códigos jurídicos anteriores, como as *Ordenações Afonsinas*. Segundo Francisco Bethencourt (2004, p. 259), não somente a categorização aparece de modo mais claro, mas, também, a presença de uma descrição mais pormenorizada das práticas pertinentes ao campo da feitiçaria, bem como as penas correspondentes à prática desse delito. Quando analisado o conteúdo

desse código jurídico, percebe-se a preocupação dos juristas em abranger o maior número de práticas que pudessem ser enquadradas a partir desse delito:

Outrossim não seja alguma pessoa tão ousada, que para adivinhar lance sortes, nem varas, para achar, nem veja em agua, ou em cristal, ou em espelho, ou em espada, ou em outra qualquer coisa luzente, nem em espadua de carneiro, nem façam para adivinhar figuras, ou imagens algumas de metal, nem de qualquer coisa, nem se trabalhe de adivinhar em cabeça de homem morto, ou de qualquer animaria, nem traga consigo dente, nem barão de enforcado, nem qualquer outro membro de homem morto, nem faça com as ditas coisas, ou cada uma delas, nem com outra alguma (posto que aqui não seja nomeada) espécie alguma de feitiçaria, ou para adivinhar, ou para fazer dano a alguma pessoa [...].¹⁴

No entender dos juristas, era essencial judicializar todo tipo de rito que fosse promovido sem a presença de um sacerdote e desvinculado de um código de crenças prescrito pela Igreja. Ademais, esclareciam: “e isso mesmo qualquer pessoa, que em círculo, ou fora dele, ou em encruzilhada, espíritos diabólicos invocar, ou a alguma pessoa der a comer, ou beber qualquer coisa para querer bem, ou mal a outrem, ou a outrem a ele, morra por ele morte natural. Pero nestes dois casos sobreditos não se fará execução”¹⁵.

Estes trechos também revelam como as instituições seculares encamparam o discurso demonológico, o que, segundo Stuart Clark (2006, p. 697), indica a existência de um grande consenso jurídico-religioso referente à capacidade de determinados indivíduos delimitarem os cenários passíveis de participação demoníaca. Embora a pena de morte aos acusados desse delito fosse geralmente descartada nas Ordenações, é interessante observar os trechos retirados desse conjunto jurídico, já que as preocupações lusitanas frente à presença do Diabo estavam inseridas em um amplo contexto referente ao debate acerca desse personagem.

Clark (2006, p. 705) ainda destaca que, não raro, a figura do magistrado assumiu maior proeminência na construção de interpretações e penas referentes às “cabeças de magos e bruxas”. Na Alemanha, por exemplo, foi recorrente a defesa de que os príncipes e demais magistrados deveriam ser protagonistas na perseguição aos que se relacionavam com essa figura.

Vale ressaltar, também, que não apenas as Chancelarias Régias e as *Ordenações Manuelinas* representaram a presença secular no debate referente à feitiçaria. José Pedro Paiva (1997, p. 21) reuniu 9 corpos documentais que se debruçaram sobre esse tema desde

¹⁴ *Ordenações do Senhor Rey D. Manoel*. Tomo III. Livro V. Título XXXIII, p. 92-93.

¹⁵ *Ordenações do Senhor Rey D. Manoel*. Tomo III. Livro V. Título XXXIII, p. 92.

o século XVI, mencionando os códigos legislativos (incluindo os Regimentos inquisitoriais) até os mais diversos comentários que foram publicados a respeito das leis vigentes no período. Destacou a importância dessa literatura por ser capaz de revelar as opiniões de juristas que, por vezes, eram acompanhadas de exemplos da vida cotidiana. Também conferiu peso aos tratados de medicina, especialmente para o século XVII, em que “eram comuns referências a doenças de origem oculta que se acreditava serem provocadas por acção mágica”.

Tamanha diversidade resultou, por sua vez, na sobreposição das instâncias jurídicas seculares e religiosas sempre que foi necessário tomar alguma decisão referente aos acusados por esse delito. De acordo com Francisco Bethencourt (2004, p. 43), não somente as interpretações variaram, mas, também, as estratégias que foram aplicadas para as acusações que chegavam diante das autoridades. Ainda que ambas as instâncias, civis e religiosas, tenham transformado a “feiticeira e o mágico, enquanto desclassificados religiosos, em desclassificados sociais”, tendo encarado a feiticeira como antítese à normatização prescrita para as mulheres, prevaleceu uma discordância a respeito das formas que entrelaçavam heresia e feitiçaria.

Embora, para o mundo português, o peso referente ao delito da feitiçaria tenha sido tímido por parte dos tribunais religiosos, se comparado aos demais contextos europeus em que a perseguição foi mais bem articulada e com maior amplitude, não significa afirmar que essas instâncias não tenham se preocupado com essa temática. A presença de uma relativa tradição jurídica portuguesa interessada em discutir a presença de indivíduos que, ilicitamente, se relacionavam com práticas sobrenaturais, principalmente as que possuísem traços de participação do diabo, corrobora essa assertiva. Além disso, destaca-se o ingresso das justiças inquisitorial e a episcopal nesse debate, na medida em que a feitiçaria foi conceito discutido entre as autoridades seculares e religiosas, bem como se tornou um delito pertencente ao rol de atuação de ambas as instâncias, embora o Santo Ofício tenha tomado as rédeas a respeito de qual justiça seria a responsável por estabelecer processos e sentenças.

Diante do avanço dessa instituição, a atuação das justiças episcopais se direcionou para a função de avaliar e, caso necessário, corrigir, os erros morais, principalmente os casos envolvendo amancebamentos, além dos erros de caráter sexual, como a prostituição e a alcoviteirice. Por esta razão que a diocese de Coimbra, analisada por José Pedro Paiva (1994), apresentou 59% desses casos, enquanto que no Algarve os números chegaram na

casa dos 91,5%. Todavia, é errôneo afirmar que esses religiosos tenham simplesmente abandonado o debate a respeito da feitiçaria, ou que não tenham se debruçado em episódios envolvendo práticas que eram entendidas a partir desse delito. Um dos principais exemplos desta ressalva consiste na atuação encabeçada por Bartolomeu dos Mártires no Arcebispado de Braga, já que se tratou de uma região em que o número de episódios relacionados à feitiçaria foi relevante, mesmo diante da presença cristã-nova.

A atuação desse arcebispo é exemplo, segundo Paiva (1997, p. 59), capaz de relativizar a ideia na qual a hegemonia do Santo Ofício frente à perseguição aos crimes de fé não teria resultado, por consequência, em uma série de conflitos jurisdicionais, principalmente com o âmbito episcopal. Juntamente com d. Manuel de Meneses, d. António Pinheiro e d. Constantino Barradas, a figura de Bartolomeu dos Mártires é citada como exemplo de “antístites que continuaram a abrir feitos contra heréticos nos seus auditórios”, ainda que a contragosto dos inquisidores. Já em trabalho mais recente, Juliana Pereira (2017), que antes analisou o contexto de atuação do religioso frente à visitação inquisitorial promovida por Pedro Álvares de Paredes no Arcebispado de Braga, ampliou a ótica de suas análises ao perceber a relação direta do religioso com o Tribunal do Santo Ofício.

A autora notou que o arcebispo assumiu, durante o Concílio de Trento e diante de outras autoridades, não apenas inquisitoriais, a defesa de um modelo alternativo para lidar com os delitos de caráter religioso. A feitiçaria foi, assim, uma das principais questões que percorreram as reflexões de Bartolomeu dos Mártires, incluindo os seus escritos a respeito da *Summa Teológica*, de Tomás de Aquino (PEREIRA, 2017, p. 180).

A necessidade, segundo o religioso, de investigar “o que a alma sente acerca do poder do demônio” demarca, tal qual defendeu a autora, o modo como o mesmo entendeu o delito da feitiçaria (2017, p. 108). A gravidade das práticas envolvendo a invocação de demônios era mensurada a partir da crença daqueles que buscavam tais criaturas para a resolução das mais variadas questões: “é presumido herético e será verdade nestas coisas, se o coração conforma pelo dito ou pelo feito”. O que prevaleceu em primeiro plano na argumentação do antístite a respeito da existência ou não de uma possível natureza herética foi, segundo a autora, a “afronta à autoridade e aos ensinamentos da Igreja, engano e questionamento do poder e conhecimento reservados a Deus” (PEREIRA, 2017, p. 180-181).

Com o avanço do Santo Ofício no monopólio de perseguição ao delito da feitiçaria, a consequência prática para a atuação episcopal foi a progressiva mudança na própria atuação dos bispos frente os crimes maiores – como o judaísmo e o protestantismo – e os menores – no qual a feitiçaria estava enquadrada. Essa migração para o âmbito inquisitorial foi justificada, no entender de José Pedro Paiva (2011, p. 44), pela pressão régia que via com bons olhos essa alteração, além da influência e hegemonia cada vez mais evidentes por parte da Inquisição. Ademais, sintetizou a também crescente supremacia do Santo Ofício frente à matéria das heresias “porque os bispos a aceitaram e desde cedo estiveram ideologicamente conformados com esse projecto” (PAIVA, 2011, p. 427).

Talvez o contraponto a essa afirmação seja o próprio percurso que Bartolomeu dos Mártires construiu frente ao delito mencionado, mais precisamente nos episódios resultantes da visitação promovida por Pedro Álvares de Paredes ao Arcebispado bracarense, em 1565. Como bem destacou Juliana Pereira (2017, p. 113), não foram poucos os episódios em que o antístite tratou da feitiçaria. Nas suas palavras, “o dominicano vertia boa quantidade de tinta para tratar dos delitos de feitiçaria e luteranismo”, o que influenciou diretamente nos rumos que a visitação citada tomou, tendo em vista que ambos os delitos foram os mais denunciados pela população.

Compete destacar, como o fizera a autora, que a atuação do religioso era anterior à presença do visitador no Arcebispado, sendo caracterizada, inclusive, por admoestações públicas. Esse posicionamento possibilita o alargamento do olhar com relação às estruturas normativas que se debruçaram nas práticas entendidas por feitiçaria, interessadas em sedimentar o rol de atuação e de regulação das vivências sociais, principalmente entre as mulheres.

Mas, de fato, é no contexto de atuação inquisitorial que são encontrados os maiores registros referentes à feitiçaria no mundo português, incluindo aí os documentos oficiais, como os processos caracterizados pela presença desse delito e estabelecidos pelos inquisidores a partir de 1541. A existência dessa documentação permite que o leitor visualize tanto um painel quantitativo dessa perseguição, como as diversas trajetórias de homens e, principalmente, mulheres, que foram processados ao longo dos séculos de vigência dessa instituição.

Francisco Bethencourt (2004, p. 285) conclui que, num universo global de atuação do Santo Ofício, esses processos não ultrapassaram a casa dos 2%. Juntamente com esse

baixo número, o teor das sentenças, em que nenhum indivíduo acusado de feitiçaria foi relaxado ao braço secular, corrobora com o entendimento de que esse delito foi acompanhado de uma “brandura inquisitorial”, tanto nas investigações como nos desfechos das mesmas. Quanto ao que chamou de “especialização temporária” da Inquisição eborense, a principal justificativa, a seu ver, se deu por conta da presença em Évora do Inquisidor-geral e cardeal d. Henrique, local em que exercia a função de arcebispo: “Daí a maior clareza no reconhecimento de presos e na troca de informações” (BETHENCOURT, 2004, p. 283).

A respeito da relação entre o delito da feitiçaria, sua perseguição pelo Santo Ofício e a presença das mulheres, o autor identificou para o século XVI que 72,3% dos processos estabelecidos sob essa relação foram direcionados à figura feminina. Em números absolutos, 68 mulheres foram processadas, cabendo à Inquisição de Évora – com 50 processos – novamente o protagonismo. A primeira justificativa apontada pelo autor é consoante a uma das hipóteses trabalhadas nesse artigo, ou seja, que a predominância de mulheres processadas por feitiçaria está atrelada à “imagem tradicional da delinquência – o crime simbólico, ou seja, o encantamento perigoso ou o mau-olhado, seria praticado por mulheres” (BETHENCOURT, 2004, p. 283).

Acerca do modo como as autoridades inquisitoriais atuaram no combate à feitiçaria, incluindo aí os contextos de produção dos processos (denúncias, confissões, arguições e sentenças), a obra de Francisco Bethencourt é relativamente lacunar. Nos poucos momentos em que dissertou a respeito dessa questão, apontou para a percepção que o Santo Ofício possuiu a respeito das práticas mágico-religiosas como “fenômeno religioso ilícito, designando explicitamente o ensino de conjuros ou feitiços como atos de dogmatização” (BETHENCOURT, 2004, p. 206).

Talvez a sua dificuldade em tratar do assunto tenha sido ocasionada pelo fato de que o tema da feitiçaria, do diabo e seus prodígios, terem sido matéria de preocupação teórica, e não necessariamente prática, com maior recorrência entre tratadistas, teólogos e padres que não estavam vinculados à Inquisição. E, mesmo quando debatidos, esses temas não estavam isolados, pelo contrário, eram acompanhados de reflexões mais amplas a respeito do catolicismo, da doutrina a ser seguida e do modo de vida religioso que os fiéis deveriam acompanhar.¹⁶

¹⁶ O autor cita, por exemplo, o *Breve memorial de pecados*, de autoria de Garcia Resende, o *Memorial de pecados*, do frade António de Beja, o *Tractado de Penitencia*, escrito por d. Sancho de Noronha e a

Considerações finais

Este trabalho analisou como padrões de feminilidade e masculinidade foram construídos no mundo português por meio de um discurso moralista secular e religioso, pelo qual foi possível visualizar o cenário normativo decorrente deste discurso, cuja defesa do ideal de submissão das mulheres aos homens foi predominante. Este cenário foi caracterizado pela existência de um modelo ideal de mulher em que a honra, a submissão e a vida doméstica foram elementos recorrentes.

Os textos oficiais referentes às mulheres, sejam os provenientes da literatura jurídico-secular ou os de cunho moral e religioso, buscaram sintetizar uma série de formatos compreendidos pelo universo dos homens a respeito dos modelos ideais de comportamento por eles almejados. Pretenderam, também, estabelecer quais seriam as fronteiras de comportamento prescritas para as mulheres, a fim de que mantivessem os princípios morais oficialmente aceitos à época. Vale citar o amplo entendimento entre os tratadistas e os juristas desse período de que a figura feminina representava a ambiguidade, transitando entre a divindade e a perdição.

Essa lógica normativa esteve presente no mundo português, compondo o profundo quadro de discussões jurídicas e religiosas interessadas em consolidar o tecido social, as hierarquias, funções e diferenças sexuais entre homens e mulheres. Assim, foi possível observar ao longo deste trabalho como os discursos morais e religiosos produzidos e difundidos no mundo português a partir de uma série de indivíduos – tratadistas, juristas, médicos e o clero em geral –, contribuíram decisivamente para a formatação dos padrões de masculinidade e feminilidade direcionados aos homens e mulheres inseridos nesse espaço.

Visualizou-se, também, como essa formatação correspondeu aos princípios hierárquicos e excludentes característicos da organização social presente no mundo português. Por consequência, conclui-se que esses princípios marcaram amplamente a formação de uma unidade do gênero pautada na heterossexualidade compulsória, responsável pela produção desses padrões a partir do entendimento de que a ordem social só seria mantida através da submissão das mulheres aos homens. Cabe defender, portanto, que a unidade da experiência do gênero, do sexo e do desejo no mundo português foi

Doctrina de princípios e fundamentos de christandade, de d. João de Melo. Cf. BETHENCOURT, 2004, p. 239.

marcada por um discurso patriarcal e misógino, cujo maior interesse de quem a produziu e difundiu foi a manutenção de uma “heterossexualidade institucional” (BUTLER, 2016, p. 52).

Quando essas mulheres não corresponderam às expectativas de gênero existentes, ou seja, aos ideais de honra e recato, foram apontadas como indivíduos alheios às sociedades, passíveis de acusação, sendo algumas das suas identidades interpretadas a partir do delito da feitiçaria, muito por conta das crenças existentes. É a partir desse argumento, aliás, que se torna perceptível a necessidade de os historiadores aprofundarem as discussões referentes ao modo como o Santo Ofício português atuou nesse processo, a fim de que a perseguição à feitiçaria no mundo português seja compreendida como um fenômeno generificado (BLÉCOURT, 2000, p. 299),¹⁷ pautado por relações desiguais de poder e pela tentativa de definição dos papéis sociais destinados às mulheres a partir de uma estrutura que se pretendia homogênea.

Referências

BAILEY, Michael. The Feminization of Magic and the Emerging Idea of the Female Witch in the Late Middle Ages. *Essays in Medieval Studies*, v. 19, pp. 120-134, 2002.

BARSTOW, Anne. On Studying Witchcraft as Women's Story. *Historiography of the European Witch Persecutions. Journal of Feminist Studies in Religion*, v. 4, n. 2, pp. 7-19, 1988.

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BLÉCOURT, Willem. Early modern European witchcraft. Reflections on witchcraft and gender in the Early Modern Period. *Gender & History*, v. 12, n. 2, pp. 287-309, 2000.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond; MOURÃO, Maria Elsa. Gênero e discurso proverbial no Portugal Moderno. *Faces de Eva*, n. 33, pp. 83-102, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

¹⁷ Uma heresia que, nas palavras de Tamar Herzig (2010, p. 69), esteve diretamente relacionada ao gênero.

CLARK, Stuart. *Pensando com Demônios*. A ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna. Trad. de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

D'AZEVEDO, Pedro A. Benzedores e feiticeiros no tempo D'El Rei Dom Manuel. *Revista Lusitana*. Porto, v. 2, n. 3, 1894.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. 1300-1800. Uma cidade sitiada. Trad. de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o Sabá*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*. São Paulo: Anablume, 2010.

LENCART E SILVA, Maria Joana Corte-Real. A mulher nas Ordenações Manuelinas. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6384.pdf>. Acesso em: 19/03/2019.

LEVACK, Brian P. *A caça às bruxas na Europa Moderna*. Trad. de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel; OLIVAL, Fernanda; FIGUERÔA-RÊGO, João (orgs). *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino*. Inquisição e Ordens militares. Séculos XVI-XIX. Lisboa: Caleidoscópio, 2013.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa: 1536-1821*. Lisboa: A esfera dos livros, 2013.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 1950.

MUCHEMBLEND, Robert. *Uma história do Diabo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001. *Ordenações do Senhor Rey D. Manoel*. Livro II. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797.

Ordenações do Senhor Rey D. Manoel. Livro V. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797.

OPITZ-BELAKHAL, Claudia. Witchcraft Studies from the Perspective of Women's and Gender History. *Magic, Ritual, and Witchcraft*, vol. 4, n. 1, p. 90-99, 2009.

PINTO, Frei Heitor. *Imagem da vida cristã*. (1563-1572). 2. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1958.

PAIVA, José Pedro. *Práticas e crenças mágicas: o medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra (1650-1740)*. Coimbra: Minerva-história. 1992.

_____. *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”*: 1600-1774. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

PATRIARCA, Raquel. A presença das mulheres nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas: uma visão evolutiva. In: ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo. *Em torno da História das mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

PEREIRA, Isaiás da Rosa. *Processos de Feitiçaria e de Bruxaria na Inquisição de Portugal*. Cascais: s/e, 1976.

PEREIRA, Juliana Torres Rodrigues. *Um Arcebispo em defesa do poder episcopal: as relações entre D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Santo Ofício Português (1559-1582)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

PROSPERI, Adriano. *Tribunais da Consciência: Inquisidores, Confessores, Missionários*. Trad. de Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

ROPER, Lyndal. *Oedipus and the Devil*. Witchcraft, sexuality and religion in early modern Europe. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

ROWLANDS, Alison. Witchcraft and Gender in Early Modern Europe. In: LEVACK, Brian (org). *The Oxford Handbook of Witchcraft in Early Modern Europe and Colonial America*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez/1995.

TEODORO, Leandro Alves. Instruções religiosas para o bem falar (Portugal/Castela - séculos XIV e XV). *Tempo*. Niterói, v. 23, n.1, p. 126-138, abr. 2017.

WIESNER-HANKS, Merry E. *Gender and History*. New perspectives on the past. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 2001.

Artigo recebido em 30 de março de 2019 e aprovado em 15 de junho de 2019.

ENTREVISTA – Maria Antonieta Antonacci **Estudos culturais africanos e da diáspora: trajetória de pesquisa**

Entrevistada

Maria Antonieta Antonacci é professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1978), doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1986) e pós-doc em Antropologia Social pela EHESS (1999/2000). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando em História da África, Culturas Africanas e Afro-Brasileiras, principalmente nos seguintes temas: oralidade, cultura popular, memória, conflitos culturais, cultura e linguagem, tradições orais, corpo e cosmogonias africanas, culturas negras da diáspora.

Entrevistadores

Karla Leandro Rascke

Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-Unifesspa). Editora da Revista Escritas do Tempo.

Erinaldo Vicente Cavalcanti

Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Diretor de Pós-Graduação da Unifesspa e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-Unifesspa). Coordenador do Grupo de Pesquisa iTemppo (Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política).

Entrevista concedida em 03 de abril de 2019. Disponível, na íntegra, na página do Grupo de Pesquisa iTemppo (facebook).

Escritas do Tempo: Descreva sua trajetória acadêmica e sua inserção nos estudos africanos e da diáspora, saindo das perspectivas da História Econômica e imergindo num universo de crenças, saberes, poderes e visões de mundo extra-ocidentais.

Maria Antonieta Antonacci: É uma trajetória de idas e vindas, porque hoje quase chego à conclusão de que sou uma nômade em termos de pesquisa. Então, eu fiz a formação básica da graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, numa época marcante. Entrei na Universidade em 1965 e terminei o curso em 1969. E Porto Alegre, nessa conjuntura, tinha um movimento articulado de discussões extremamente significativas, porque lá reuniam-se questões que vinham do Uruguai pelo movimento dos “tupamaros” e também da Argentina, pelos movimentos sociais da Argentina, e lógico que dentro do Brasil, além do grande foco de Belo Horizonte, ou melhor de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e do Nordeste do Brasil. O Rio Grande do Sul também teve uma participação marcante, não só por causa da presença do PDT que teve sua matriz no Rio Grande do Sul, como porque a militância de dentro da universidade federal, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS era muito grande. [...] Lembro também, com muita força, da famosa passeata dos bichos em Porto Alegre, que sempre foi uma tradição, hoje não é mais, mas era uma tradição marcante onde nós todos fomos de luto. Usávamos uma veste preta, com mangas que iam até os pés, e pela primeira vez foi uma passeata em absoluto silêncio. Ninguém cantava, ninguém dizia nada, ninguém marchava, só caminhava, uma universidade inteira com os novos pesquisadores e estudantes da UFRGS em profundo silêncio. Então, isso para dar um exemplo de como foi o curso de graduação. [...] Então eu vim para São Paulo. O que se falava muito era da USP, e entrei em contato com uma professora, Maria Tereza Pedroni, que me acolheu de uma forma muito significativa. Assim, ingressei então no mestrado, e em fevereiro de 73 fui pra São Paulo e trabalhei com um tema do Rio Grande do Sul em São Paulo. [...] Defendi o mestrado em 1978 e em 1979 comecei a fazer parte de um grupo de pesquisa financiado pela FINEP, coordenado pela professora Déia Fenelon, a partir da UNICAMP. Diga-se de passagem, que nessa ocasião nem CAPES e CNPQ financiavam esse tipo de pesquisa. A FINEP era uma financeira de grupos e pesquisas, e financiou essa pesquisa com o título “Formação da classe operária”. Então eu entrei nesse grupo de pesquisa, que estava dividido em três subgrupos, como se fossem três linhas de pesquisas: uma era a Legislação Operária, o outro grupo discutia a vida dos operários em São Paulo e o terceiro grupo processos de

trabalhos e racionalização, e eu entrei nesse terceiro grupo. Foi nesse terceiro grupo que surgiu a minha proposta de doutorado, ingressando em 1979, na USP, para a orientação da professora Maria Tereza Pedroni, para trabalhar no instituto de racionalização Nacional do Trabalho, que surgiu em São Paulo em 1932, o IDORT. [...] Terminado então esse projeto da FINEP, da transformação da classe operária em São Paulo, a versão em livro da minha própria tese já saiu com outro título: “Vitoria da Razão?”. Porque eu já tinha percebido que essa razão era algo extremamente instrumental, que desmanchava uma forma de conhecimento para produzir uma outra forma de conhecimento e de trabalho. Então o IDORT tinha a visão de gene do trabalho, da fisiologia do trabalho, com seção de tecnologia do trabalho e a seção de administração do trabalho, formada por um grande grupo de intelectuais e um grupo de empresários, dentre eles Roberto Simões. Uma questão interessante, pois surgiram os primeiros dois grandes técnicos das novas formas de conhecimento: um deles Roberto Manche, que tinha vindo da Europa, e era conhecedor da forma de montagem de processo de trabalho; e o outro quem era? Lourenzo Vidil, um psicólogo que dirigia uma parte do IDORT que trabalhava com a psicotécnica do trabalho. Era a psicologia entrando no processo de trabalho para adaptar o trabalho à produtividade em massa, que significava o que? Por isso estudar a psicologia do trabalho. [...]

Nesse contexto, em 1987 teve um concurso interno na PUC pra dar aula de Prática de Ensino de História, porque a PUC estava em um momento de ter muitos alunos no noturno e a professora que dava aula em Prática de Ensino de História não podia atender duas turmas no mesmo horário. Então fizeram o concurso. Eu fui para o concurso, expliquei essa minha participação na reforma curricular e o que podia fazer com a disciplina Prática de Ensino de História e eu entrei na PUC em um concurso interno, na área de educação para aquele ano, porque no ano seguinte a professora já havia feito o horário de forma que não intercalasse as duas turmas no mesmo dia. [...] E acontece isso, entrei na PUC-SP como professora associada, ou, sim eu já era associada porque eu já era doutora, porque não tinha quase ninguém com doutorado, mesmo na PUC, naquele período da década de 1980. Nesse contexto, o que que eu faço com a história contemporânea? Trouxe novidades para a História Contemporânea. Fui à Livraria Ática, levei livros para trabalhar e o que eu localizei de extraordinário, a primeira tradução de leitura Africana traduzida e publicada no Brasil pela editora Ática. Livros como de Cheikh Hamidou Kane, “Aventura

Ambígua”, de Chinua Achebe, “O mundo se despedaça”, e uma série de livros da literatura da independência da África. Então eu recebia esses livros, pois a Ática dava ao professor, e eu imaginei estudar imperialismo por meio dos textos literários da África que escreveram no momento da independência. Tinham, portanto, o que era o colonialismo e o que que foi o movimento de independência. [...] No entanto, estou um dia no Departamento de História da faculdade em uma reunião e ouço os alunos dizendo: “como uma professora de História contemporânea tem uma perspectiva de História diferente da nossa, sabemos que ela não vai mudar, nós não queremos que continue a dar aula pra nós”. Bom, se eles tivessem falado isso comigo, tudo bem, eu ia conversar com eles. Mas disseram fria e cruelmente, vindo de alunos da graduação da PUC-SP, eu fiquei muito mal, tive um processo muito complicado. [...] Acontece uma outra coisa muito marcante também, porque em 1989, a pós-graduação muda de coordenação, mudava a cada dois anos. E naquele momento, o professor Olien lançou a candidatura do professor Elias Tomé Salíba, e a professora Déia, mais a professora irmã Ieda lançaram a minha candidatura de vice-coordenadora. Confesso a vocês que isso não estava no meu script, porque eu não conhecia a PUC, eu havia sido tirada da sala de aula da graduação porque o meu método não servia, e como eu ia coordenar, vice-coordenar... Aquilo para mim foi uma coisa absurda. E eu não podia dizer nada. Realizamos a votação, em chapa única e ganhamos. E em julho de 1989, o professor Elias Saliba, que havia feito concurso na USP, foi trabalhar na USP e eu me tornei coordenadora da Pós-graduação de História. Foi uma das coisas mais difíceis da minha vida. Eu cheguei a ter uma síndrome de pânico. Nunca vou esquecer o dia em que eu era coordenadora e, ao entrar na sala da pós-graduação, uma sala imensa, com uma mesa oval onde sentavam todos os coordenadores para discutir os programas. Só de olhar aquilo, saí correndo, entrei direto na sala ao lado, a sala da graduação em História e Estefânia era a minha vice-coordenadora. “Estefânia, pelo amor de Deus, eu não consigo entrar nessa reunião, por favor vai no meu lugar!” [...] E nesse meio tempo, o que eu também era, a redatora ou a editora científica da Revista Projeto História. Editei dez números da Revista Projeto História, com toda a nova discussão de História e Cultura. Então tinha uma revista cultura e trabalho, cultura e cidade, cultura e representação e assim fomos colocando na Revista Projeto História todo um perfil de mestrado e doutorado de História da PUC-SP. [...] Nessa mesma ocasião eu orientava uma pessoa que trabalhava a cultura de cordel do Nordeste, e eu vi cordéis que tinham

bichos: o sindicato dos animais, a guerra da bicharada [...], O que eu encontro no Gilberto Freire? Os cordéis que trabalham com bichos são cordéis africanos vindos para o Brasil, cordéis da afro-diáspora, o que foi uma revelação imensa. Mas porque bicho? Como eles vão saber? Fiz um projeto de pesquisa, resolvi sair da pós-graduação, encaminhei para a FAPESP pedindo uma bolsa de pós-doutorado na França. Ganhei a bolsa e nunca mais fui coordenadora. Fui para o Centro de Estudos de Ciências Sociais, orientada por uma antropóloga, que era do laboratório de Antropologia Social da École. Nicole Beaumont trabalhava com oralidades no norte da África, no Caribe e também na Rússia. Assim, eu entro nesse universo das oralidades africanas e afro-diaspóricas. Surge um grande sábio, filósofo da África do Oeste, Hampaté Bâ, e escreve o que é a tradição oral africana e publica na História Geral da África, aquela coleção de oito volumes da UNESCO. No segundo volume ele publica um texto maravilhoso chamado “A Tradição Viva”, que discute a oralidade. [...]

Escritas do Tempo: Conte-nos um pouco sobre a Fundação do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora, reunindo diferentes pesquisadores e ativistas, sob influências de abordagens dos estudos culturais, enfrentando essencialismos e convergindo para os estudos pós-coloniais.

Maria Antonieta Antonacci: Em 2003 promulgou-se a famosa Lei Federal 10.639 que foi refeita pela Lei 11.645 de 2008, quando incluía, além da obrigatoriedade do ensino da História da África, Culturas Africanas e Afro-diaspóricas para todos os graus de ensino, inclusive para a universidade, a Lei 10.645 amplia isso para as Histórias dos Povos Indígenas e culturas nativas do Brasil. Nesse contexto, a PUC, em 2005, passou a ter uma disciplina de África. Mas não apenas isso, pois houve uma grande Reforma Curricular em 2004 e 2005 na pós-graduação e na graduação de História da PUC. Eu me lembro que dizia, na época: “Me desculpa, mas não vamos ter História da África na PUC”, porque a História da África é narrada por historiadores europeus e norte-americanos. Então não vou trabalhar uma História da África que não é africana, mas uma história da África eurocentrada. Então, eu pleiteei que a disciplina se chamasse “África, Áfricas” e foi uma questão muito significativa porque permitiu trabalhar não só com a África, como o plural das Áfricas, entrando também na diáspora. [...]

E é nesse contexto que eu começo a pensar também no centro de estudos culturais para trazer os estudos culturais britânicos para serem estudados no Brasil. O Centro de

Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO), tornou-se o primeiro centro de estudo culturais de África, mas além disso, o primeiro centro de estudos culturais africanos e da diáspora, porque até então tinha o CEA da USP, o Centro de Estudos Africanos, tinha o CEAO da UFBA que era o Centro de Estudos Afro-Orientais, e tinha, na Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos. E a PUC entrava vários anos depois, no século XX, com o Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora.

Escritas do Tempo: “Memórias ancoradas em corpos negros” - título de seu mais importante livro, já reeditado e muito procurado pelos estudiosos da temática -, é uma obra que expressa reflexões de longa trajetória de pesquisa. Em perspectivas contra-hegemônicas, sobre experiências de homens e mulheres que carregam em seus corpos a ancestralidade, essa obra possibilita interrogações à história. Nesse sentido, conte-nos como foi o processo de elaboração dessa narrativa capaz de evidenciar, com uma análise cuidadosa, ampla e interdisciplinar, múltiplas experiências afro-diaspóricas em contínuas ressignificações e refazeres culturais.

Maria Antonieta Antonacci: A produção desse livro, a origem dele, mesmo que eu não goste de falar de origem, mas os primórdios estavam onde? No projeto de pesquisa que eu apresentei para a FAPESP depois de ir para a França. Nesse contexto, eu trabalhava tradições de letras, da voz e da imagem na literatura de cordel do Nordeste. E fui fazer o pós-doutorado nessa perspectiva e, conforme as regras da FAPESP, quando eu terminasse o pós-doc, deveria apresentar um relatório da pesquisa. Escrevi um texto com essa base, tradições escritas, orais e imagéticas na literatura de cordel do Nordeste, que se tornou o primeiro texto do que veio a ser treze anos depois esse livro. [...]

É muito interessante a expressão do afro-diaspórico da Martinica, Eduardo Glissant, ao dizer que a África vai ser gestada no porão do Navio Negreiro, porque não existia África, existiam povos ocupavam aquele território, os povos Angola, os povos Moçambique, os povos Mandingas, os povos Hauçá, não tinha África. Mas acontece que quando eles chegaram aqui, tornaram-se africanos em diáspora. Então esse professor faz uma pesquisa fantástica, trazendo algo marcante nesse texto publicado em 2002 na PUC: “a tradição oral africana foi reinventada com tal força e vigor no Brasil que aqui existe uma tradição oral africana que não existe mais na África”. [...]

Em 2013 quando eu já tinha um número grande de estudos, houve a possibilidade, pela EDUC, de reunir esses vários ensaios que já estavam publicados, em um livro. Lembro que esse nome “Memórias Ancoradas em Corpos Negros”, hoje com significado que nem eu imaginava que teria, evidencio no título o que são memórias de corpos de matrizes orais. Então aparece pela primeira vez, com maior sistematização, rituais, contos, festas, ritmos, porque não existem performances sem ritmo e não existe ritmo sem instrumentos musicais. [...] Então, saiu publicado em 2013, por uma editora acadêmica e não em uma editora comercial. Hoje sairia, em 2013, não! Ninguém falava ainda quase em oralidade e era muito difícil. [...]

Eu entrei para estudar a Amazônia pelo Acre, porque eu estava com três professores do Acre, e eu fui ao Acre, caminhei nos corredores para ir ao seringal, com os projetos de alfabetização para seringueiros. [...] Era muito forte entre os seringueiros que diziam: “as nossas árvores oram as nossas mães! Com leite de seringa nos vestiram, com leite de castanha nos nutriram”. Percebi uma subjetividade na relação entre o homem e a floresta. As suas estradas de seringa e o varadouro eram o caminho aberto, geralmente com muita água, muito barro, eram um rastro no meio da Floresta Amazônica, por onde eles escoavam a borracha, as bolas da borracha para ir para o exterior e por onde eles compravam os produtos de primeira necessidade, que eram os regatões em grande parte comerciantes árabes e marroquinos que traziam para dentro da Amazônia questões básicas que não existiam para a produção da borracha. [...]

Então é incrível como é forte essa relação de cultura e natureza. Depois de começar a estudar a realidade da região Amazônica na década de 1990, não estava trabalhando com isso, mas quando se chega ao mundo da realidade africana: “os africanos, os povos africanos, tinha um olhar de humanidade cósmica”. Humanidade cósmica que também aparecia no corpo. Então o corpo era representado por animais, da terra, da água, do mar e do fogo. Então para mim, a ideia de cultura e natureza ganhava uma dimensão mais ampla e densa a partir desse momento.

Escritas do Tempo: A partir dessa possibilidade de imersão em experiências e viveres de povos afro-amazônicos e indígenas, por conta da bolsa PVNS Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, quais as novas perspectivas de estudos e trabalhos para o presente e o futuro?

Maria Antonieta Antonacci: Eu acabo de vir do festival da Safra da Castanha de 2019, certamente quem ler apenas o texto¹ não vai visualizar... [...] e essa pintura é a pintura peixe. Tem a pintura arraia e tem a pintura lontra. Então, eles fizeram em mim a pintura peixe. Os animais continuam presentes, algo extraordinário, pois os povos nativos de África e das Américas possuem uma humanidade cósmica. [...]

Alguns anos depois, entra na minha vida um outro estudante que veio da Ilha de Marajó, algo também inusitado e imprevisível. Tinha na PUC a professora Jerusa Pires Ferreira, que trabalhava com o grupo de oralidades, uma pessoa fantástica. Ela tinha milhões de ideias, ia muito para Rússia, para Alemanha, e casou-se com o professor Boris Schneider. Fala diferentes línguas, algo que me impressionava. Eu dizia: “Jerusa, você é uma antena parabólica”, e ela fazia anualmente uma viagem de estudos pelo Rio Amazonas. Um dia ela chega dessa viagem e diz: “Antonieta, vem cá que eu quero conversar contigo!” E lá fui eu. “Antonieta, eu estive na Ilha de Marajó e conheci um casal incrível. Durante quatro anos, no final de semana e nas férias, eles colocavam um fogão e uma geladeira num barco e rumavam para Breves para fazer um curso de graduação, ela em Letras e ele em História. Chama-se Agenor Sarraf Pacheco e eu trago aqui para você, eu peguei na mão dele, ele tem até um rádio na mão, porque naquela época não tinha internet ainda. Nessa ocasião que virava o mundo, ele tem até um rádio que você pode se comunicar, mas isso aqui é o embrião do projeto de pesquisa”. Quando eu comecei a ler, eu disse: “Meu deus do céu! Isso não é um projeto de pesquisa, mas eu vi um potencial extraordinário.” [...]

Em relação a bolsa de pesquisadora visitante, eu fiquei sabendo disso quando Agenor ligou para minha casa no ano passado [2018] mais ou menos em maio/junho e disse: “Antonieta, você não iria para Marabá? [...] Eu estou aqui em Marabá, conversando com alguém da reitoria e da pós-graduação, o professor Hiran, e há uma oportunidade para você porque aqui o que há de cordel é impressionante. Além do que tem comunidades tradicionais, tem comunidades nativas, comunidades quilombolas, comunidades camponesas. Então eu acho que você vai gostar muito!” Chegou junho, eu tinha que entregar um projeto, foi quando eu fiz um projeto para vir para Marabá, sem ter muita noção, propondo dois cursos e propondo pensar em um centro de estudos culturais em zonas de contato, que essa era a questão que eu tinha lido, já há muito tempo no livro de

¹ Destacamos, novamente, que essa entrevista, na íntegra, encontra-se disponível na página do iTemppo (no facebook).

uma canadense, Mary Louise Pratt, que escreveu “Os Olhos do Império”. Ela traz um termo novo da linguística, que é zonas de contato linguístico, ampliando para zonas de contato interculturais. E é muito incrível, porque eu disse: “bom, se não tiver zona de contato nessa região, ferrou! Literalmente, fiz a proposta e ela foi aceita. Vim para cá esse ano. E estou aqui, trabalhando de um lado para o outro.”

[...] O nosso currículo é uma matriz europeia total. O próprio Estados Unidos tem uma matriz curricular mais europeia que a nossa, e romper com isso eu já tinha visto ser impossível, pois havia participado de uma tentativa de reforma curricular do ensino público do Estado de São Paulo e uma vila inteira foi mandada embora, desmanchou, sumiu, recebemos críticas de todos os lados. Na universidade, o currículo só consegue ser inovador quando tem uma disciplina nova, caso contrário, é História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, não conseguindo fugir disso. [...] O currículo da área de História precisa se adequar às disciplinas da licenciatura. Então surge o bacharelado e a licenciatura, retomando muitos problemas durante pouco tempo, por que significava novas disciplinas, professores com carga horária mais elevada e uma espécie de “um puxa pra cá e puxa pra lá”, tanto para as disciplinas pedagógicas quanto as disciplinas históricas. [...] Então, isso é o primeiro passo para abrir as discussões e perceber que essas linhas disciplinares fazem parte do mundo eurocêntrico, que continua, cartesianamente, nos colocando cada um dentro de uma dita ciência e não esqueçam que essa ciência, essas várias ciências, vão produzir uma história universal que é a missão europeia e euroocidental. A questão curricular, continuo a dizer, para vocês, é nevrálgica. Estão surgindo possibilidades de contorno que são os mestrados e os doutorados interdisciplinares. [...] Então, o passo foi dado nas universidades do Norte, que são as mais recentes. [...] a região norte, com toda a multidisciplinaridade, a biodiversidade do universo cultural que ela tem, justifica ter mestrados interdisciplinares. Não faz sentido num universo dessa grandeza, dessa biodiversidade, ter apenas em História, Antropologia, Literatura. [...] Por mais que a gente discute e questione, essa formação não desaparece. Então, como articular essa formação, que é a nossa formação, para pensar povos e culturas que não tiveram essa formação, mas que têm um universo cultural, para nós mágico, maravilhoso, porque é um universo rítmico, corpóreo, com religiosidades múltiplas, caminham de uma direção para outra e nos colocam diante de outras questões. [...]

Por favor, para todos os ouvintes, imagéticos e para todos de diferentes universos, do YouTube, disso e daquilo, usem e abusem dessas questões, tratem-nas dentro dos seus universos e não dentro do meu. O meu foi um caminho relacionado ao meu percurso profissional, então criem os seus caminhos [...]. A primeira grande questão pós-colonial é abrir mão da história universal, de uma teoria e de uma metodologia epistêmica euroocidental, que é uma epistemologia metrada. Bom proveito e que isso se multiplique de diferentes formas.

CANDEIRO, ESTEIRA E GIZ: NARRATIVAS DA ALFABETIZAÇÃO NO MOBRL ENTRE OS ANOS 1970-1980

Bianca Nogueira da Silva Souza¹

Resumo: O Movimento brasileiro de Alfabetização – Mobral – é um produto do governo militar em toda sua extensão (1964-1985). Como tal ele carrega as credenciais de quem o gerou, nutriu e pôs em vigência. Ao longo dos dez anos de sua existência o Mobral perseguiu o ideal de “erradicar o analfabetismo no país” à medida que, com suas práticas, buscava conferir graus crescentes de legitimidade a um regime de exceção. Este trabalho pretende pôr em discussão interesses, alcances, fragilidades e a herança histórica deixada pelo Mobral para os anais da educação brasileira. Para isso analisei esse movimento tanto em seus aspectos materiais quanto humanos dentro da estrutura do governo, a partir de relatos orais de memória com personagens que compuseram este cenário, cartas escritas por alunos e alfabetizadores, jornais didáticos, cartilhas de alfabetização e seus recursos imagéticos. Com base nessas fontes pude criar, como faz um artesão com seus retalhos, um mosaico da história da educação popular no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Os resultados encontrados pela pesquisa apontam para uma ressignificação do Mobral enquanto projeto pedagógico e ideológico ao longo do tempo: de sinônimo de alfabetização e desenvolvimento humano a sigla passou a termo pejorativo, sendo associada à ignorância e ao analfabetismo. A mudança no tom e no sentido carrega ainda como consequência o questionamento moral e político do governo militar e seus feitos no campo educacional.

Palavras-chave: Mobral. Analfabetismo. Ditadura Civil-Militar. Educação Popular.

99

LAMP, MAT AND CHALK: NARRATIVES OF LITERACY IN MOBRL BETWEEN THE YEARS 1970-1980

Abstract: The Brazilian Movement of Literacy - Mobral - is a product of the military government in all its extension (1964-1985). As such, it carries the credentials of those who begot it, nurtured it, and put it into effect. Throughout the ten years of its existence, Mobral pursued the ideal of "eradicating illiteracy in the country" as, through its practices, it sought to confer increasing degrees of legitimacy on a regime of exception. This work aims to discuss interests, reach, fragilities and the historical heritage left by Mobral for the annals of Brazilian education. For that, I analyzed it both in its material and in human aspects within the government structure, from oral reports of memory with characters that composed this scenario, letters written by students and literacy students, textbooks, literacy booklets and their imagery resources. Based on these sources, I was able to create a mosaic of the history of popular education in Brazil between the 1970s and 1980s, as an artisan with his flaps does. The results found by the research point to a re-signification of the Mobral as a pedagogical and ideological project along of time: from synonymous of literacy and human development, the acronym became a pejorative term associated with ignorance and illiteracy. The change in tone and meaning still carries as consequence, the moral and political questioning of the military government and its achievements in the educational field.

Keywords: Mobral. Illiteracy. Civil-Military Dictatorship. Popular Education.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2016) - UFPE. Atualmente é professora do programa de pós-graduação na modalidade à distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPE) e da rede municipal de ensino da cidade de Jaboatão dos Guararapes.

LAMPE, TAPIS ET CRAIE: RÉCITS D'ALPHABÉTISATION SUR LE LIEU DE TRAVAIL ENTRE 1970 ET 1980

Résumé: Le Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mouvement brésilien d'Alphabétisation) - Mobral - est un produit du gouvernement militaire dans toute extension (1964-1985). Comme tel, il porte les références de ceux qui l'ont engendré, l'a nourri et l'a mis en œuvre. Au cours de ses dix années d'existence, Mobral a poursuivi l'idéal d'"éradiquer l'analphabétisme dans le pays" à mesure que, avec ses pratiques, a cherché conférer des degrés croissants de légitimité à un régime d'exception. Ce travail prétend en discussion, des intérêts, de la portée, des fragilités et de l'héritage historique laissée par Mobral pour les annales de l'éducation brésilienne. Pour cela, je l'ai analysé tant dans ses aspects matériels que humains au sein de la structure du gouvernement, à partir de rapports oraux de mémoire avec les personnages qui ont composé ce scénario, des lettres écrites par des étudiants et alphabétisateurs, journaux pédagogiques, livrets d'alphabétisation et leurs ressources en images. Sur la base de ces sources, j'ai pu créer, comme un artisan avec son patchwork, une mosaïque de l'histoire de l'éducation populaire au Brésil entre les années 1970 et 1980. Les résultats trouvés par la recherche pointent par une résignification du Mobral comme projet pédagogique et idéologique au loin du temps: de synonyme d'alphabétisation et de développement humain, l'acronyme est devenu péjoratif, être associé à l'ignorance et à l'analphabétisme. Le changement de ton et de direction porte encore comme conséquence du questionnement moral et politique du gouvernement militaire et de ses faits dans le champ de l'éducationnel.

Mots-clés: Mobral. Illettrisme. Dictature civil-militaire. Education populaire.

LÁMPARA, CINTA Y TIZA: NARRATIVAS DE LA ALFABETIZACIÓN EN EL MOBREAL ENTRE LOS AÑOS 1970-1980

El Movimiento brasileño de Alfabetización - Mobral - es un producto del gobierno militar en toda su región (1964-1985). Como tal, lleva las credenciales de quien lo generó, nutrió y puso en vigencia. A lo largo de los diez años de su existencia el Movimiento persiguió el ideal de "erradicar el analfabetismo en el país" a medida que, con sus prácticas, buscaba conferir grados crecientes de legitimidad a un régimen de excepción. Este trabajo pretende poner en discusión intereses, alcances, fragilidades y la herencia histórica dejada por el Moire para los anales de la educación brasileña. Para ello lo he analizado tanto en sus aspectos materiales como humanos dentro de la estructura del gobierno, a partir de relatos orales de memoria con personajes que compusieron este escenario, cartas escritas por alumnos y alfabetizadores, diarios didácticos, cartillas de alfabetización y sus recursos imagéticos. Con base en esas fuentes pude crear, como hace un artesano con sus retazos, un mosaico de la historia de la educación popular en Brasil entre las décadas de 1970 y 1980. Los resultados encontrados por la investigación, apuntan hacia una resignificación del Mobe como proyecto pedagógico e ideológico a lo largo del siglo XX tiempo: de sinónimo de alfabetización y desarrollo humano la sigla pasó a término peyorativo, siendo asociada a la ignorancia y al analfabetismo. El cambio en el tono y en el sentido se carga como consecuencia el cuestionamiento moral y político del gobierno militar y sus hechos en el campo educativo.

Palabras clave: Moverse. El analfabetismo. Dictadura Civil-Militar. Educación Popular.

Introdução

Um dos maiores desafios que tive de lidar durante as investigações sobre o Mobral (tema central de minha tese de doutorado) foi a (re)montagem do cotidiano da alfabetização nas diversas salas de aula montadas em todo o Brasil. Os jornais, os editais, as cartilhas e até mesmo as entrevistas garimpadas durante a pesquisa me diziam pouco sobre as aulas, as práticas de ensino, a rotina pedagógica, o uso do material didático e principalmente sobre as etapas de alfabetização e apropriação dos alunos do conteúdo proposto naquele que foi o maior programa de alfabetização em massa da história da educação brasileira.

O que, de maneira geral, as fontes oficiais² apresentavam eram relatos harmônicos e bem encaixados de espaços agradáveis, seguros e de ampla promoção do educando. Os desafios e as limitações eram tratados como questões naturais do processo de implantação de um programa de massa e sempre suavizados pelos discursos da superação pessoal, colaboração, força e união coletiva.

Entretanto, esse passado tornou-se mais completo, e também controverso quando pude “ouvir” os próprios alunos e professores do Mobral narrando suas experiências, trajetórias de vida e rotinas de estudo e trabalho. Essa escuta do passado só me foi possível através da leitura e de estudos das cartas que esses sujeitos (alunos e professores) frequentemente enviavam ao Mobral Central.

As missivas me trouxeram novos elementos para percorrer curvas criadas pelo tempo e ferramentas para escavar os fatos até então inacessíveis à pesquisa. Esse conjunto de narrativas possibilitou obter uma visão mais nítida do espelho que usamos para olhar o passado, mas também trouxe consigo outro desafio, o de operá-las enquanto fonte.

O uso de cartas como fonte de informação não é algo recente na prática historiográfica, sendo tão antigo quanto o hábito de escrevê-las. As pesquisas recentes amparadas pela abordagem e abertura da História Cultural, no entanto, ampliaram o debate sobre o uso de cartas, tornando-as também objeto de estudo, o que sedimentou um novo campo de possibilidades para o historiador.

Para esta pesquisa, as correspondências de alunos, professores e agentes administrativos do Mobral representaram uma ampliação substancial nas possibilidades

² Refiro-me aqui aos relatórios oficiais do Mobral publicados em: CORREIA, Arlindo Lopes. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979.

de compreensão do movimento e seu papel como agente de legitimação, simpatia e aceitação do governo militar nos anos de 1970 e 1980. O enredo das cartas associado a outras fontes a priori pensadas, forma uma descontínua peça de tapeçaria onde até mesmo os espaços vazados se traduzem em informações sobre o passado. Considerei no manuseio das cartas alguns aspectos, tais como: a própria carta como objeto de informação, a identidade social do seu autor que instala em sua narrativa curiosos processos autorreferenciais e o seu possível destinatário, neste caso órgão/instituição³.

O conjunto de correspondências aqui utilizadas, entendidas como produções fronteiriças entre o público e o privado (tanto pelo seu conteúdo quanto pela conexão que estabelece entre indivíduo-comunidade-Estado), foi enviado por todos os municípios brasileiros à gerência pedagógica do Mobral-Central, órgão responsável por ler, fazer os encaminhamentos, responder (quando julgasse necessário) e arquivar as cartas. Nesse conjunto epistolar surgem três tipos de cartas, a partir de seus remetentes, que classifico como: cartas dos alfabetizadores; cartas dos alunos e cartas-resposta.

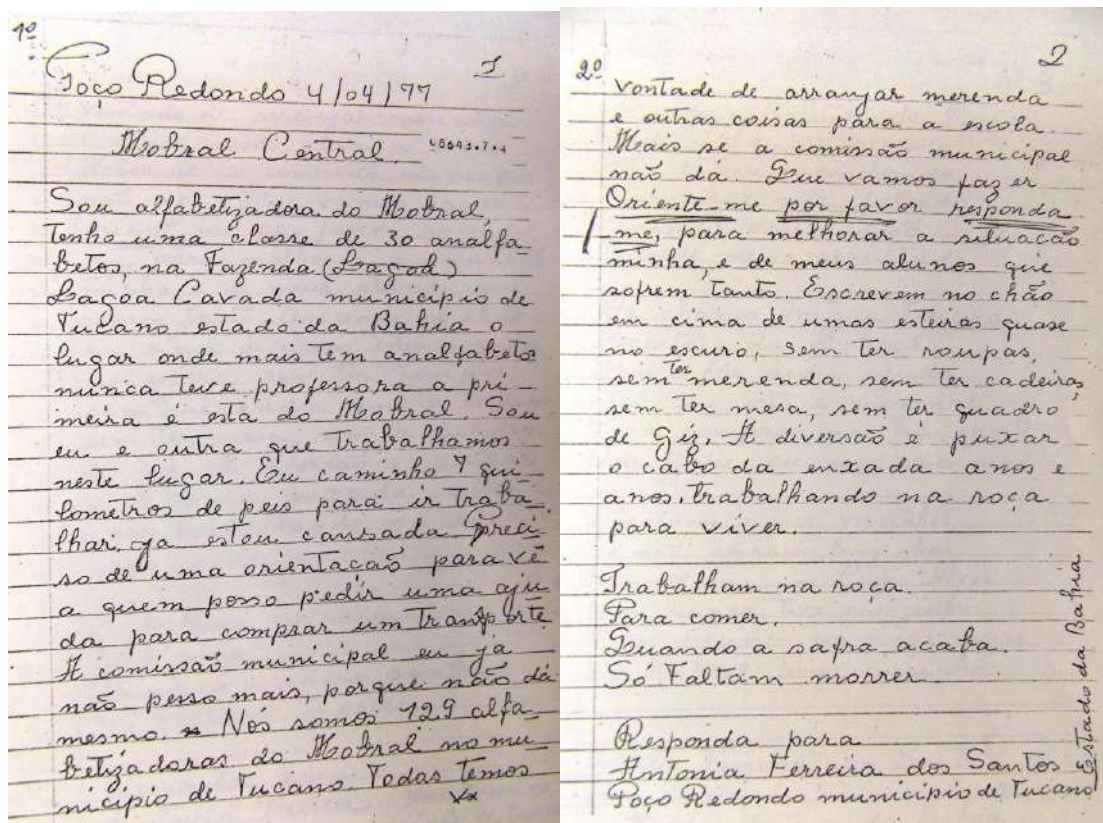
Cartas dos alfabetizadores

Escrever cartas estava entre as obrigações profissionais de um alfabetizador do Mobral, embora nem sempre o fizesse de forma regular, desembaraçada e detalhada, como determinava a coordenação pedagógica. Os professores deveriam escrever mensalmente uma espécie de “carta-relatório” narrando como estavam as aulas, a assiduidade entre os alunos, comunicar os eventuais desistentes e tirar possíveis dúvidas na aplicação da metodologia.

Entretanto, esses escritos narram mais do que isso. Aproveitando a janela de comunicação com as instâncias centrais, as comunidades rurais e urbanas do país usavam as cartas para esses e outros interesses. Diante da oportunidade de se fazer ver e ouvir, os alfabetizadores não se furtavam de apresentar suas adversidades cotidianas e pedir providências, como destaque na carta da alfabetizadora Antonia Ferreira dos Santos (Figuras 1 e 2):

³ Oriento-me metodologicamente aqui por aquilo que Malatian (2012) defende, ao afirmar que: “Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva”. Ver: MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezzi (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 200.

Figuras 1 e 2- Carta de alfabetizadora do Mobral I - Carta Antonia Ferreira dos Santos, Poço Redondo, município de Tucano-BA



Fonte: INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, nº 305.

A carta de Antonia Ferreira apresenta um típico cenário da realidade dos mobralenses das zonas rurais nos anos de 1970-1980. Aquela era a primeira experiência de alfabetização na comunidade de Tucano – BA. Muitas expectativas e desafios estavam postos diante de uma população quase que em sua totalidade analfabeta. Antonia é uma das exceções, apesar das muitas limitações no domínio da escrita. Assume o posto de alfabetizadora motivada, sobretudo, pela possibilidade do aumento na renda familiar o que abrandaria a grande pobreza na qual se vivia no interior baiano.

Na carta ao Mobral Central Antonia narra sua rotina à frente da turma 4 do posto 12 e em tom de desabafo coloca: “Eu caminho 7 quilômetros de pés para trabalhar. Já estou cansada. Preciso de uma orientação para vê a quem posso pedir uma ajuda para comprar um transporte”. A carta deixa claro que as dificuldades naquele posto já tinham sido comunicada diversas vezes à COMUN, setor responsável por dar todo suporte aos professores e garantir as condições adequadas para os funcionamento das salas de alfabetização. Mas, diante do silêncio e de possíveis restrições em trazer soluções às

questões cotidianas ela reclama: “A comissão municipal eu já não pesso mais porque não dá mesmo”. Em outro trecho endossa: “Mais se a comissão municipal não dá, o que vamos fazer. Oriente-me por favor. Responda-me”. A expressão da carta parece ganhar mais peso e ar de desespero quando a alfabetizadora afirma que seus alunos “que sofrem tanto. Escrevem no chão, em cima de umas esteiras quase no escuro, sem ter roupas, sem ter merenda, sem ter cadeiras, sem ter mesa, sem ter quadro de giz. A diversão é puxar o cabo da enxada anos e anos”.

Ao fim da carta, Antonia anexa uma de suas poesias. Inspirada na dura realidade que vivia como professora e no sofrimento compartilhado com seus alunos:

Me chamo Antonia Ferreira
 Alfabetizadora do Mobral
 Quero lhe pedir ajuda
 Sei que isto é normal
 Para comprar um transporte
 Um jipe ou um animal
 Disculpem os meus versinho se não saíram bonzinho.
 Pois não sou castro Alves nem nunca tive anelzinho
 mas de cinco em cinco mezes.
 Do Mobral tomo cursinho”.

O quadro de pobreza, fome, falta de estrutura e queixumes são comumente descritos nas cartas de alfabetizadores de muitas regiões brasileiras. Não encontrei em outras fontes de pesquisa esse tom narrativo, apenas nas cartas. Nos jornais pedagógicos editados pelo Mobral, os trechos de cartas reproduzidos são sempre elogiosos e marcados pela reverência e gratidão ao governo militar pela iniciativa de criar o movimento. Em nenhuma das edições pesquisadas as queixas foram publicadas. Definitivamente, esse não era o espaço para tais escritos.

O cotidiano desafiador tinha seu lugar apenas nas cartas e foi também apresentado pela alfabetizadora Maria Anita de Sousa, ao destacar que: “As minhas reclamações são: Sobre problema de lapis, caderno, lampião, dificuldades que os alunos tem de visão a necessidade que eles sentem sobre a merenda escolar se possivel chegasse seria ótimo”⁴. Ou ainda:

Na minha sala de aula também tem uma grande falta que nas turma tem gente velho que avista é pouca não enxergam. E a energia daqui deste distrito o motor só veve no prego já faz mais de mês que está em conserto em Fortaleza e não mais voltou, e eu como monitora não tenho

⁴ Ipueriras - Sobral, Ceará. 12/06/1980. Fonte INEP – Arquivo Mobral, Cx 121, n° 224.

posse de comprar uma lâmpada; e o posto está sendo iluminado com faróis e os alunos de pouca vista acham ruim porque não enxergam e não compreendem e nem podem ter atenção e a comunidade aqui todos são pobre não podem auxiliarem com olhos e eles não podem comprarem e assim não sei que fazer [...].⁵

As reclamações se multiplicam ao longo das milhares de cartas que compõem o arquivo histórico do Inep. Elas fazem denúncias graves de descaso, pobreza, abandono, corrupção, tensões políticas, além de pedir ajuda para resolver os inúmeros problemas anunciados. As críticas aparecem, sem muitas exceções, ao longo de todo o conjunto das cartas, o que revela outro discurso sobre o Mobral, para além do oficial que é absolutamente marcado pela positividade, ganhos e sucesso que o governo insistia em ostentar.

Outro aspecto curioso nas correspondências dos professores do Mobral (e também dos alunos, como mostrarei adiante) era que, embora o destino fosse o órgão central no Rio de Janeiro, muitas dessas cartas estavam endereçadas nominalmente a sujeitos específicos, autoridades nacionais da época, como os presidentes do Mobral (Mario Henrique Simonsen e Arlindo Lopes Correia) e os presidentes da República do período (Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel). Uma das cartas a usar esse artifício é a da alfabetizadora Maria Furtado Viana (Figura 3).

⁵ Alfabetizadora Raimunda Amélia Mesquita. Posto 45, Araoarí, Município de Itapipoca – CE. Diante da impossibilidade de reproduzir todas as cartas utilizadas diretamente na escrita da tese, busquei reproduzir os trechos escolhidos com a maior aproximação possível do narrado, mantendo inclusive os erros ortográficos, ausência de vírgulas, pontos, letras e sinais de acentuação.

Figura 3 - Carta de alfabetizadora do Mobral II

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Republica
 Saudações
 Fazendo votos a Deus pela vossa felicidade venho por meio d'esta agradecer a V. Exl. Cia por ter creado a Escola Mobral e tambem vos parabenizar por ter tido tão boa idéia... porque sendo eu uma das que tambem estou lecionando n'essa Escola, quero vos dar meus sinceros agradecimentos por esta (embora com muito sacrificio) ganhando esses 70 contos que (muito embora muito pouquinho) já me serve para ajudar a criar meus filinhos que são nove e sabe Deus como crio com a horrivel carestia de tudo, ainda não sobrou nem para eu limpar minha Classe... mais a Deus quiser, pode ser que ainda venha um bom aumento, e eu melhore tudo em minha Classe, e ^{posso} comprar até uns brinquinhos porque os Alunos são 30, e os bancos que tenho são poucos. Bem tambem para comprar o Querosene pois moro fora da Cidade dois Quilômetros, e não tem luz. Confie em Deus e no vosso bom coração espera que essa melhora sa mais humilde de vossas servas.
 Maria Furtado Viana
 Sítio Sítio Uruburetama Est. do Ceará
 Em 26 de Novembro de 1941

Fonte: Inep – Arquivo Mobral, Cx 126, nº54.

A vida no Sítio Açude Uruburetama, na zona rural do Estado do Ceará vai sendo desenhada na carta da alfabetizadora Maria Furtado Viana. A fé, característica peculiar entre o povo cearense, está presente já nas primeiras linhas da carta: “fazendo votos a Deus pela vossa felicidade venho por meio d’esta agradecer a V. Exl. Cia por ter creado a Escola Mobral e também vos parabenizar por ter tido tão boa idéia...”. Em meio às notas de agradecimento o cenário de profunda escassez e privações vai sendo narrado “Embora com muito sacrificio, ganhando esses 70 contos que muito em embora muito pouquinho já me serve para ajudar a criar meus filinhos que são nove e sabe Deus como crio com a horrível carestia de tudo, ainda não sobrou nem para eu limpar minha classe..” (...).

Pelo menos dois aspectos devem ser ressaltados nesta carta: o primeiro é o sutil pedido de aumento no pagamento destinado aos alfabetizadores, assunto recorrente nas cartas de outros alfabetizadores; e o segundo é o envolvimento financeiro de alfabetizadores e outros sujeitos da comunidade para a compra de itens essenciais à manutenção dos pontos de alfabetização: material de limpeza e querosene. As “cotinhas”

eram imprescindíveis para que as aulas não fossem interrompidas. Com baixos “salários” e um cenário de míngua, os alfabetizadores com frequência se queixavam dessas “obrigações”.

Essa realidade explica as constantes solicitações de aumento salarial que aqui, vem em tom de súplica: “Mais a Deus querer, possa ser que ainda venha um bom aumento (...). Confiada em Deus e no vosso bom coração espera essa melhora a mais humilde de vossas servas”. As necessidades eram muitas e a realidade desafiava a continuidade das aulas. Pedidos de diversas ordens eram colocados pelos alfabetizadores: emprego, aumento salarial, melhores estruturas (cadeiras, mesas, querosene, lampião, material escolar, merenda, transporte até os locais de aula), melhores condições de trabalho e até dinheiro emprestado.⁶

Cartas são documentos que intrigam os pesquisadores quanto à possível identidade do autor. Além da descrição de um cenário social a partir dessas narrativas, encontro nesse conjunto de epístolas alguns indícios de quem são os sujeitos históricos que produziram esses escritos: mães (geralmente de muitos filhos), donas de casa, trabalhadores rurais, jovens e velhos desempregados que veem no Mobral a chance de conseguir algum sustento familiar, em terras escassas de oportunidades.

Homens e mulheres entre 15 e 65 anos de idade que compõem um universo de milhares de alfabetizadores que, a partir do ideário criado pelo governo militar, estimavam a alfabetização de todo o país. As cartas produzidas por professores e professoras do Mobral apresentam alguns tons de uniformidade do ponto de vista da estrutura narrativa. Geralmente são abertas com um cabeçalho indicando o local de onde escrevem: “Fazenda Santa Maria, 15-7-80”, “Russas 15 de julho de 1980”, “Sabiaguaba 15-7-80”, “Serra Branca 23 de 11 de 1975” uma expressão de saudação e pronomes de tratamento. Na maioria das vezes, marcada por grande veneração às autoridades a que se remetiam: “ilustríssimo senhor presidente do Mobral, como vai vossa alteza?”, “presada equipe do Mobral, cordiais saudações”, “excelentíssimo senhor presidente da república”, “presado comiçao do Mobral”, “Presidente Geisel, como está vossa santidade?”. Algumas, destoando da formalidade usual, esboçavam um tom de maior intimidade com

⁶ Chama a atenção o pedido inusitado de um alfabetizador ao ousadamente solicitar numa carta: “Sr. Mario Henrique Simonsen. Será que o sr. Poderia conseguir entre seus amigos para me auxiliar a quantia de mil cruzeiros? O sr. Anotará os nomes dos amigos e a quantia que cada um contribuir. Depois que controlar minha situação irei depositando no banco, até completar o que me for enviado. Depois mandarei. Só Deus sabe a minha situação” (...) 11/8/1972.

seu provável leitor: “Querido Arlindo Lopes”, “Caros amigos da equipe do Mobral”, “prezados diretores tudo bem por aí?”.

Os parágrafos de agradecimento frequentemente presentes nas narrativas mostram uma reverência e referência aos líderes nacionais, procedimento que era estimulado pelas ações nacionalistas e propagandistas do regime militar em seus usos midiáticos: “No primeiro dia de aula fiz a entrega aos alunos de um jornal no qual vinha uma foto do presidente Médici isto nos enriqueceu mas para a palestra de porque foi criado o Mobral, quem o trouxe e o que visa acabar no Brasil” (Francisca Adelino, Mina Bodó INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, n°226).

Em alguns trechos fica clara a visão que os alfabetizadores tinham do programa como um todo, apesar de suas limitações e problemas nas esferas locais que enfrentavam: “Em primeiro lugar envio um abraço a todos que formam o Mobral Central (...) Pois seio que são pessoas muito importantes. que trabalham com essa maravilhosa aula, êste maravilhoso plano” (INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, n° 294).

No que se refere ao desempenho dos alunos, as epístolas registram que apesar da precariedade, com o esforço dos alfabetizadores o rendimento dos alunos é satisfatório. Considerando esse aspecto, é possível ler em algumas delas:

“sobre meus alunos, acho que estão rendendo muito bom, nos estudos. São ótimos”. (INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, n°326).

“O Mobral veio me encinar; mas nunca pencei que fosse tão bom. Graças a deus que os meus alunos são bons. Já tenho 17 aluno meu que não sabia nada mas tinha uma vontade especial para eu lhes ensinar cuidei muito dele foi alfabetizado. Graças a deus e o Mobral”. (INEP – Arquivo Mobral, Cx 126, n° 319).

Outro elemento comum é o balanço da assiduidade entre os alunos matriculados e possíveis desistências no curso, informação sempre exigida. Diante da pressão, os alfabetizadores apontam seus números e se esforçam para justificar os casos de desistência ou de não alfabetização. Dentre os argumentos mais utilizados para justificativa estão: cansaço da jornada de trabalho, doenças, problemas de visão, fome e pobreza.

As cartas geralmente encerram com um pedido de desculpas pelos erros e limitações na escrita e pelos “aborrecimentos” numa referência aos pedidos que fossem feitos.

Cartas dos alunos do Mobral

Dezembro de 1972. Terminava um ano intenso para o Brasil. As celebrações do sesquicentenário da Independência agitaram de norte a sul o país que celebrou do funeral festivo de Pedro I a conquista da Minicopa de futebol⁷. Para o Mobral também foi um ano expressivo. O programa comemorou naquele ano a marca histórica de 3.405 municípios assistidos, o que lhe rendeu o título de programa de maior penetração do país⁸.

Terminava também naquele mês mais um ciclo do curso de alfabetização funcional no Engenho Beltrão no Paraná. A professora do grupo, Geralda Pires Felicia, desafia seus treze alunos concluintes a escrever uma carta. Uma espécie de atestado de alfabetização pelo qual todos os alunos do Mobral deveriam passar para receber o tão esperado certificado de conclusão.

Com o Natal se aproximando e o clima de confraternização em alta, a alfabetizadora sugere ao grupo que enderecem as cartas ao presidente da república, num gesto de gratidão pelo bom ano que tiveram, pelo Mobral e principalmente pela oportunidade que tiveram de se tornarem “cidadãos”. É possível que a insegurança, o medo e a vergonha fizessem alguns daqueles alunos hesitarem na proposta, mas, motivados pelo entusiasmado pedido de sua professora, começam a elaborar suas cartas. Escritas a lápis ou caneta, em uma folha de papel de caderno ou retalho de papel de embrulho, as cartas dos alunos foram aos poucos tomando forma. Foram necessários muitos rascunhos até a versão final, mas, enfim, conseguiram fazer as postagens até as vésperas das festas natalinas.

Do ponto de vista estético, esse conjunto de treze cartas possui certa aproximação: são curtas, geralmente com no máximo uma lauda do tradicional caderno escolar pequeno; rasuradas, possivelmente pela intervenção da própria professora que faz algumas correções nos textos; vocabulário restrito e caligrafia típica de quem ainda não

⁷ Para o aniversário de 150 anos da Independência do Brasil, o governo Médici investiu na promoção de dois grandes eventos: a transladação solene dos restos mortais de Pedro I e a criação do “Torneio da Independência” ou, como ficou mais conhecida, a Minicopa de futebol e contou com a participação de vinte países. O jogo da final levou ao estádio do Maracanã mais de 100 mil pessoas para ver sugestivamente Brasil x Portugal. Até os 44 minutos do segundo tempo o jogo estava 0x0 o que enchia de ansiedade e nervosismo toda a nação que via ou ouvia o jogo. Até que no último minuto da partida Jairzinho sofre uma falta na entrada da grande área. Ele mesmo bate a falta e para o delírio de toda uma nação faz 1x0. “Ninguém segura esse país! Pra frente Brasil, salve a seleção”.

⁸ Segundo Arlindo Lopes Correa, em entrevista a *Revista Veja* n° 204, em 02/02/1972.

domina com segurança o traçado no papel fugindo muitas vezes do alinhamento padrão. O que mais importava, no entanto era que elas foram possíveis. Uma vez escritas, essas cartas alimentavam a certeza de que dali em diante não seria mais preciso “melar o dedo” para “assinar o nome”. A professora esperou que todas as cartas ficassem prontas para que a postagem pudesse ser feita de uma vez, garantindo que juntas fossem recebidas pelo Mobral Central. Além de “sinceros votos de feliz natal e próspero 1973”, as cartas dos alunos do Engenho Beltrão também traziam elogiosas notas de agradecimento ao Mobral:

“Venho expressar meu sentimento pelo Mobral”.

“Quero de coração enviar meu agradecimento ao senhor presidente Médici por ter feito o Mobral”.

“Agradeço ao Sr. Presidente do mobral pela oportunidade de fazer muitos brasileiros ser mais brasileiros”

“Dou bem graças a Deus porque eu não sabia ler nem escrever e este mobral está me ensinando”.

“Agradeço a oportunidade que o senhor presidente me deu de aprender a ler e escrever”⁹.

Ao contrário das cartas dos alfabetizadores, as cartas os alunos do Mobral não pedem nada. Externam profunda gratidão pela experiência proporcionada e talvez por isso não se sintam a vontade para fazer novas solicitações, a não ser uma carta de resposta confirmando que seu esforço em escrever não teria caído no vazio. No enredo fazem questão de falar um pouco de si, da família e da vida que levam, mas sem aparente tom de lamento e muito mais preocupados em se fazer conhecidos por seus prováveis leitores:

“me chamo Antonio e trabalho na roça, tenho 6 filhos piquenos”

“trabalho o dia e estudo a noite. Quero dizer ao senhor quando não esperava mais nada do meu futuro surgiu o Mobral pa me ajudar”

“tenho 39 anos e sou solteira sou católica. O papai tem 69 anos e mamãe tem 63 anos são trabalhadores graças a Deus. Eu sinto da prêção alta e tiroide e nervo e estomago. alimento com sopa. Sofro de varize nas pernas. a perna esqueda está com uma ferida de veia já faz onze anos. sou muito feliz graças a Deus.¹⁰

A vida simples e as dificuldades cotidianas vão surgindo entre as linhas mal escritas dos alunos mobralenses, que geralmente encerram logo em seguida as cartas com pedidos de desculpas pelos erros cometidos no ato da escrita:

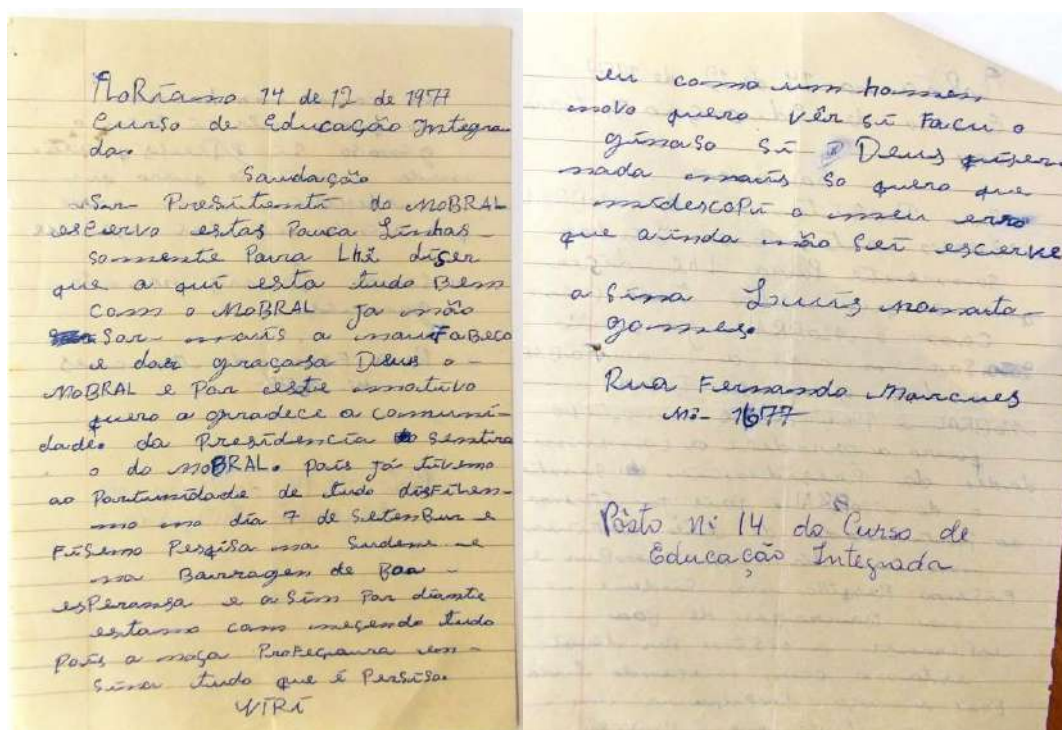
⁹ Trechos de cartas diversas de alunos do Mobral escritas em dezembro de 1972 Cx. 121.

¹⁰ Trechos de cartas diversas de alunos do Mobral escritas em dezembro de 1972 Cx. 121.

“vá discupando os erros que são muitos”
 “peço desculpa pelos erros é que não sei ainda escrever bem”
 “termino me discupando dos erros que são muitos”.¹¹

Como exemplo desse escrito epistolar apresento ao leitor a carta de Luís Nonato Gomes, que na sua simplicidade narra:

Figura 5 – Carta de aluno do Mobral



Fonte: Inep – Arquivo Mobral, Cx: 29.

As cartas-resposta do Mobral Central

Terça-feira, 31 de março de 1981. Décimo sétimo aniversário do golpe. Os termômetros marcavam incômodos 34°C no típico verão carioca. Do seu marrom e largo birô de trabalho extremamente organizado, sob a amena temperatura ambiente de 20°C, possível apenas pelo uso de ar condicionado, a gerente pedagógica do Mobral pede a sua auxiliar administrativa que redija as cartas-resposta do lote que chegou do Ceará,

¹¹ Trechos de cartas diversas de alunos do Mobral escritas em dezembro de 1972 Cx. 121.

entregues já havia cinco meses. Entre as cartas que deveriam ser respondidas estava uma vinda da cidade de Sobral.

A missão dada a auxiliar administrativa era simples, dado que modelos de cartas-resposta já existiam precisando apenas que alguns adendos fossem acrescentados a fim de atender a uma questão específica colocada pelo remetente. Uma vez datilografada, a carta-resposta passava pela apressada leitura da gerência pedagógica que datava, assinava e carimbava o documento antes de ser selado e postado. Era preciso agilidade.

Uma cerimônia na sede do Mobral lembraria a fatídica data em 1964. O aniversário do golpe não foi celebrado naquele ano com tanta pompa como fora em outros. Desgastes internos e externos ao governo e até mesmo questionamentos relacionados às conquistas do Mobral não empolgavam mais tanto quantos outros aniversários da “revolução”¹². Ainda sim, é preciso comemorar e mais do que isso, garantir sua saída do poder de forma “lenta, gradual e segura”.

Em resposta à carta de Sobral, usando o tradicional papel timbrado, a gerência do Mobral declara:

Prezada senhora,

Sua carta foi motivo de satisfação para nós, por contarmos com pessoa tão dedicada, como você, e com capacidade de se preocupar com os problemas sérios de nosso país, como o analfabetismo.

Vimos que você é uma alfabetizadora com experiência pelo tempo em que trabalha no Mobral. Sua tarefa não deve ser fácil, tendo que trabalhar sem local apropriado, onde tanta coisa atrapalha o bom andamento das atividades.

Sua supervisora e tantos elementos da Comissão Municipal e do Mobral já devem ter lhe dado orientação sobre a nova linha de ação comunitária que estamos adotando.

Assim, sugerimos que converse com essas pessoas, pedindo que lhe ajudem a organizar um trabalho de ação comunitária, a fim de construir uma pequena escola, ou mesmo uma simples sala.

Converse com seus alunos, com as pessoas que apoiem seu trabalho, marque com eles uma reunião e planejem atividades para conseguir fundos, isto é, o dinheiro necessário para essa pequena construção. É comum surgirem muitas idéias do grupo reunido e daí surge muita criatividade.

Achamos que você é um elemento ideal e líder para colaborar com a solução do problema.

Volte a nos escrever quando você iniciar esse trabalho comunitário Com o nosso abraço e votos de sucesso.

¹² A alta inflacionária do período e as constantes denúncias de torturas e de assassinatos punham em xeque os militares no início dos anos 1980. Essa fase ficou conhecida, nas palavras de Élio Gaspari como a Ditadura Encurralada. Para mais detalhes ver: GASPARI, Élio. *A ditadura encurralada*, volume 4. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Atenciosamente,
Adélia Maria Nehme Simão e Koff
Gerente pedagógica.¹³

Esse texto foi escrito em resposta à carta da professora Margarida Teixeira Pinto. Alfabetizadora do Mobral há dez anos, Margarida enfrentou muitos desafios para conseguir alfabetizar. O maior deles estava no fato de nunca ter tido um lugar fixo para suas aulas. A única turma do bairro de Sumaré nunca teve um endereço fixo. Contava com a “boa vontade” de alguns que, por alimentarem um enorme desejo de aprender a ler e escrever, as aulas da turma de Margarida aconteciam em espaços volantes. Em cada edição o endereço da turma mudava e ganhava a casa de algum dos novos alunos.

Esse nomadismo trazia de acordo com a alfabetizadora, “uma grande dificuldade. A coisa não é mole agente ensinar nas moradas dos outros um pertuba, outro conversa alto e assim é ruin”. Entretanto, a solução definitiva do problema parecia a caminho com um presente que a professora Margarida recebeu:

[...] ganhei um pedacinho de chão para levantar uma salinha pra eu dar aula mais não tenho condições de mandar levantar porque tudo está caro eu não posso agir com isso a não ser que eu tenha uma ajuda da coordenação. O tijolo muito caro a telha também eu não tenho condições, sou sozinha para resolver estes problemas. Peço-lhe uma ajuda para eu determinar este serviço, porque com uma ajuda eu faço se Deus quizer sou uma pessoa que sempre trabalhei para acabar o analfabetismo desde 1970.

114

Já que o terreno apareceu, a sala deveria aparecer também! Tudo deveria partir da comunidade que, então, sob a liderança da professora, deveria se organizar para construir a sala de aula. Era assim que o Mobral funcionava. Assim diziam as cartas-resposta.

Considerações Finais

Persegui o Mobral nos últimos anos, seguindo suas pegadas, ouvindo suas vozes, lendo suas cartas, olhando o mundo a partir de suas imagens, colecionando suas notícias e me “alfabetizando” por meio de suas cartilhas. Investiguei um passado detentor de

¹³ Arquivo do Inep. Cartas-resposta n° 983.

muitas frestas que se contrapõem às inúmeras certezas anunciadas pela tradicional e consagrada historiografia sobre o tema. Os “buracos” da memória apresentaram um passado que guarda respostas a perguntas que ninguém nunca tinha feito, e ainda não fez.

Ao optar por estudar o Mobral, dispus-me a quebrar certo silêncio entre os historiadores e navegar por outras margens, destoando dos caminhos feitos por outros pesquisadores, como os da área da Educação. Nessas práticas, na medida do narrável, busquei emitir, com base nas fontes pesquisadas e memórias construídas sobre o Mobral, outros sons da trajetória política e social da educação brasileira nos anos 1970-1980.

Estudar o Mobral me obrigou a pensar a história da ditadura civil-militar no Brasil para além da repressão, das torturas e de seus personagens marcantes. Com essa escolha, pude ver a “ditadura” quando ela “não parecia ditadura”. Dito em outras palavras, estudar o Mobral ofereceu-me (ofereceu-nos) a possibilidade de ver o regime em movimentos de negociações, apropriações diversas e representações de si mesmo e da sociedade que governou. Afinal, nenhuma ditadura sobrevive apenas com cassetetes, choques elétricos, balas e desaparecidos políticos.

Por isso, não é possível ter uma compreensão ampla dos mais de vinte anos de ditadura no Brasil sem considerar a ala do regime que não vestia farda, que não batia continência, mas operava com outras (e eficientes) ferramentas para a construção de uma legitimidade e governabilidade, como a alfabetização, uma forte estrutura burocrática, lápis, cartilhas e alguns candeeiros.

Referências

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagres: comemoração, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORREA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS; Mobral, 1979.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Documento básico Mobral*. Rio de Janeiro: Mobral, 1973a.

_____. *Mobral: sua origem e evolução*. Rio de Janeiro: Mobral, 1975a.

_____. *Soletre Mobral e leia Brasil*. Rio de Janeiro: Mobral, 1975b.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina, PR: UEL, 2001.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

“DE MÃOS DADAS PELA FOZ DO RIO AMAZONAS”: VILAS E POVOAMENTOS NA COSTA SETENTRIONAL DO GRÃO-PARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Paulo Marcelo Cambraia da Costa¹

Resumo: Este artigo objetiva acompanhar as décadas iniciais de criação das vilas Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá, localizadas na costa setentrional do Grão-Pará, vilas que fizeram parte de um processo de urbanização da Amazônia na segunda metade do século XVIII. Destaco as tentativas do Estado português em buscar a todo custo ocupar e defender a foz do rio Amazonas frente aos interesses dos outros Estados europeus, especialmente a França. Porém, demonstro que as ações do Estado português foram bem limitadas pelas iniciativas e escolhas dos sujeitos que ali já estavam ou que foram levados para aquelas terras, especialmente indígenas e trabalhadores escravizados de origem africana.

Palavras-chave: Grão-Pará. Vilas. Urbanização. Foz do Amazonas. Fronteiras.

“HAND IN HAND BY THE MOUTH OF THE AMAZON RIVER”: VILLAGES AND SETTLEMENTS ON THE NORTHERN COAST OF GRÃO-PARÁ IN THE SECOND HALF OF THE 18TH CENTURY

Abstract: This article aims to accompany the initial decades of creation of the villages Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão and São José de Macapá, located on the northern coast of Grão-Pará, villages that were part of a process of urbanization of Amazonia in the second half of the 18th century. The work emphasizes the attempts of the Portuguese State to seek at all costs to occupy and defend the mouth of the Amazon River against the interests of other European states, especially France. However, it is shown that the actions of the Portuguese State were very limited by the initiatives and choices of the subjects who were already there or who were taken to those lands, especially indigenous and enslaved workers of African origin.

Keywords: Grão-Pará. Villages. Urbanization. Mouth of the Amazon. Borders.

“MAIN DANS LA MAIN À L'EMBOUCHURE DE L'AMAZONE”: VILLAGES ET PEUPELEMENTS DE LA CÔTE NORD DE GRÃO-PARÁ DANS LA SECONDE MOITIÉ DU XVIII^E SIÈCLE

Résumé: Cet article propose d'étudier les premières décennies de création des villages de Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão et São José de Macapá, situés sur la côte nord de Grão-Pará. Ces villages faisaient partie d'un processus d'urbanisation de l'Amazonie dans la seconde moitié du XVIII^e siècle. Pour ce faire, d'abord, je présenterai les tentatives de l'État portugais de chercher à tout prix à occuper et à défendre l'embouchure de l'Amazone contre les intérêts d'autres États européens, notamment de la France. Ensuite, je montrerai que, malgré ces tentatives, les actions de l'État portugais étaient bien limitées par les initiatives et les choix des sujets déjà présents ou amenés sur ces terres, particulièrement des autochtones et des esclaves d'origine africaine.

Mots-clés: Grão-Pará. Villages. Urbanisation. Embouchure de l'Amazone. Frontières.

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018). Atualmente é professor de História da Amazônia do Colegiado de História/Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá.

“CON LAS MANOS DADAS EN LA DESEMBOCADURA DEL RÍO AMAZONAS”: VILLAS Y ASENTAMIENTOS EN LA COSTA SEPTENTRIONAL DEL GRAN PARÁ EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XVIII

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar las décadas iniciales de creación de las villas Vistosa de Madre de Dios, Nova Mazagão y São José de Macapá, ubicadas en la costa septentrional del Gran Pará, haciendo parte de un proceso de urbanización de la Amazonia en la segunda mitad del siglo XVIII. Destacamos los intensos esfuerzos del Estado portugués para ocupar y defender la desembocadura del río Amazonas frente a los intereses de otros países europeos, especialmente Francia. Pero intentamos demostrar como que las acciones del Estado portugués fueron limitadas por las iniciativas y decisiones de los sujetos que vivían en la región, o que fueron llevados posteriormente, especialmente los trabajadores indígenas y esclavos de origen africano.

Palabras clave: Gran Pará. Villas. Desembocadura del Amazonas. Urbanización. Fronteras.

Introdução

Segundo os governadores do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, especialmente D. Francisco de Souza Coutinho², nos anos finais do século XVIII, o maior interesse do governo de Caiena era ter a posse das margens e da foz do rio Araguari, pois seria o caminho mais curto para se chegar e dominar a entrada do rio das Amazonas, situada às proximidades da vila de Macapá. Por ser uma região fronteiriça, que despertava o interesse de outros Estados europeus, a Praça de São José de Macapá possuía um governador militar e, portanto, era considerada a principal vila da Guiana Portuguesa.

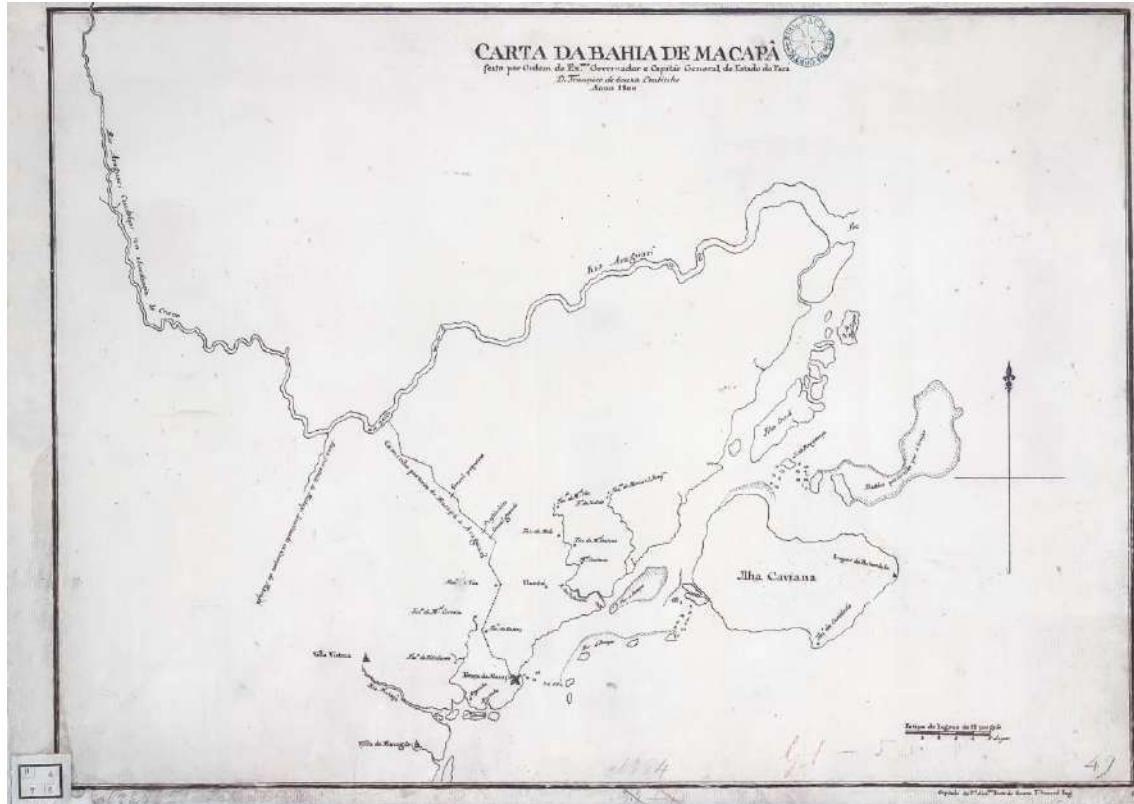
Junto daquele povoado, duas outras vilas compunham as principais freguesias da região: Vistosa de Madre de Deus e Nova Mazagão (na página seguinte podemos visualizar um mapa com a localização das três vilas). Essas vilas juntas deveriam formar uma linha de proteção militar da foz do Amazonas, assim como defender os caminhos que levassem ao interior da costa setentrional do Grão-Pará em direção ao rio Araguari.

Nas próximas páginas, demonstrarei a tentativa da Coroa portuguesa de estabelecer uma tríade de vilas militares de defesa da foz do rio Amazonas. Para a construção deste artigo, recorri às correspondências e ofícios trocados entre as autoridades locais das praças das vilas aqui estudadas com os governadores gerais do Estado do Grão-Pará e Rio Negro e os secretários de estado de marinha e ultramar

² Foram várias correspondências do governador D. Francisco de Souza Coutinho com os secretários de estado de Marinha e Ultramar, tratando das disputas com os franceses pelos territórios da costa setentrional do Grão-Pará. Ver especialmente o documento: AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179. Pará, 01/10/1793.

pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino e que foram disponibilizados digitalmente nos CD-ROMs do Projeto Resgate³.

Figura 1 - Carta da Bahia de Macapá – feito por Ordem de Ex.mo Governador e Capitão General do Estado do Pará D. Francisco de Souza Coutinho, ano de 1800



Fonte: Acervo cartográfico digital da Biblioteca Nacional-RJ.⁴

Além do caráter militar daquelas praças das terras do Cabo Norte, ao longo da segunda metade do século XVIII, segundo Rosa Marin, houve uma tentativa do gabinete da Secretaria de Marinha e Ultramar em transformar a região do delta e da planície amazônica no denominado “celeiro agrícola”. A mencionada autora lembra que as autoridades portuguesas foram influenciadas pelos escritos do padre jesuíta João Daniel (DANIEL, 2004) sobre a importância da agricultura, especialmente da plantação do arroz, para o desenvolvimento do Vale Amazônico. Assim, foi no “Grão-Pará, sobretudo em Macapá e nas áreas circunvizinhas que o projeto rizícola apareceu de forma mais acabada

³ Projeto Resgate foi um trabalho de identificação, leitura paleográfica, organização e sumarização de documentação avulsa referente às capitanias de Minas Gerais, Maranhão, Pará e Rio Negro, guardadas no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que contou com comissões do Brasil e de Portugal.

⁴ Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525983.sid. (Acesso em: 26 maio de 2016).

durante trinta anos” (MARIN, 2005, p. 82). Entre as áreas circunvizinhas, destacam-se as vilas de Mazagão e Vistosa de Madre de Deus.

Quando assumiu o posto de governador do Grão-Pará, em 1772, João Pereira Caldas trazia a incumbência de desenvolver a cultura do arroz e do anil. Caldas comunicou ao secretário de Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que além de providenciar o edital para iniciar as plantações, havia solicitado ao administrador da Companhia de Comércio que este conseguisse, junto ao governador do Maranhão, alguns moinhos e escravos experientes para descascar o arroz; assim como ensinasse a cultura aos colonos das vilas nas quais ela deveria ser desenvolvida (AHU, 1772). No mesmo ofício, Pereira Caldas aproveitou também para lamentar que, por conta do “adiantamento” do inverno naquele ano de 1772, não seria possível desenvolver plenamente a cultura do arroz, bem como as demais lavouras que ficariam prejudicadas.

No princípio de 1775, passados três anos do início da intensificação dos trabalhos com a cultura do arroz, o governador Pereira Caldas escrevia ao seu superior Melo e Castro:

Quanto ao arroz, tendo eu aqui chegado no fim do ano de 1772, e já não sendo então tempo de se fazerem os roçados precisos para aquela lavoura, disse logo a V. Exc.^a que só para o ano de 1774 se poderia efetuar a primeira remessa; e cuido que tenho verificado a minha palavra e a minha diligência, porque sem embargo dos inconvenientes que sempre no princípio encontram todos os estabelecimentos e da grande e notória esterilidade de farinhas que aqui se experimentou e que tanto fez diminuir a maior remessa do referido gênero que eu me esperançava como a V. Exc.^a avisei. Ainda assim se expediu completamente carregado um navio e se estar a expedir outro em breves dias, com igual ou com quase outra tanta carga toda da produção do mesmo ano passado, que já parece não é muito princípio de remessa. Este ano, correndo o tempo favorável, poderá avultar tanto mais a mesma remessa; pois para que assim se consiga, não tenho omitido tantas quantas diligencias e disposições de fizerem praticáveis a minha possibilidade (AHU, 17/01/1775).

Pereira Caldas, ao reportar notícias a respeito da produção do arroz e o seu envio para o reino, também condicionou a baixa produção à escassez de farinha de mandioca que a capitania havia experimentado. Isto porque a farinha era o principal alimento das povoações no Grão-Pará, e a pouca produção desse produto acabava por estabelecer uma dificuldade alimentar para a população e, conseqüentemente, prejudicava a produção do arroz.

Somava-se a essa questão a tão recorrente dificuldade de acesso aos escravizados oriundos da África, reclamação reiterada por vários governadores que antecederam Pereira Caldas. Este lembrava no ofício que essa questão não era nova e que, mesmo o rei autorizando o aumento na introdução de trabalhadores escravos, pois sem os “preciosos operários” o desenvolvimento dos estabelecimentos ficaria comprometido, assim como a produção de diversos gêneros de produtos que dependiam de uma “grande força de braços” (AHU, 17/01/1775). Ao final do ofício, Pereira Caldas sentenciava a característica do fornecimento daqueles trabalhadores para a capitania, assim como para Macapá e as vilas circunvizinhas:

V. Exc.^a sabe a insignificante introdução de escravos que o ano passado se fez; e desses poucos tirados uns para os serviços desta administração e outros para disposições do Matogrosso, apenas ficaram pouquíssimos e o refugo para as repartições destes moradores. Só Macapá, que arroz não pôde produzir ajudados aqueles Ilhéus dos escravos que necessitam o que por poucos nunca lhe podem chegar, ainda querendo alguns pagá-los logo a dinheiro, como estou informado; porém se não vem em competente número, como os há de haver para se repartirem entre os moradores, em benefício do Estado, do Real Erário e da própria Companhia (AHU, 17/01/1775).

Na última década do século XVIII, a introdução de trabalhadores escravizados considerados “refugos” na capitania se aprofundou. Em 1790, ao assumir o governo do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho anunciava que um dos maiores problemas da capitania era o “grande número de escravos facinorosos que se tem introduzido neste Estado, e tem causado grande desassossego” (GOMES et al, 1999, p. 24). Segundo Coutinho, apenas de Macapá mais de setenta escravos haviam fugido e estavam acoitados em Caiena. Enfatizava o governador que “todos os escravos malfeitores” vinham de outros “portos do Brasil”, pois “seus senhores já não podem sofrer”, e assim, sentenciava que não “pode ser vantajoso a uma colônia, que é fronteira do Estado do Brasil, e que tem vizinhos turbulentos, semelhante introdução continua de criminosos, e Rebeldes” (GOMES et al, p. 24, p. 24).

A preocupação com a construção de vilas militares na foz do Amazonas se expressou de maneira contundente, ainda no início da década de 1770, no ofício do governador Pereira Caldas, quatro meses após ter assumido o posto de capitão-general do Grão-Pará, em dezembro de 1772. Na correspondência, Caldas informa as medidas que estava tomando para agilizar o término das obras de construção da fortaleza de Macapá,

assim como deveria proceder de maneira parecida com o desenvolvimento dos estabelecimentos militares das vilas de Vistosa da Madre de Deus e de Nova Mazagão.

Assim escreveu Pereira Caldas:

os novos exames e mais circunstanciadas averiguações que me tem sido possível conseguir do estado da Fortaleza de São José de Macapá, das suas ruínas, dos defeitos que se reconhecem, das obras interiores e exteriores que ainda lhe restam a fazer-se lhe e dos cálculos das despesas em que importaram as mesmas obras, para que sendo presente a S. Majestade toda esta informação, resolva e me determine o mesmo Senhor, o que devo obrar a respeito da dita fortificação, em que entretanto se continua a trabalhar, conforme as atuais circunstâncias e as possibilidades o permitem, pretendo eu em breve passar em àquela vila e aos outros dois estabelecimentos, de vila Vistosa e de Mazagão que lhe ficam na sua vizinhança (AHU, 1772).

Em julho daquele ano, Caldas reafirmava a importância dessas três vilas ao afirmar que deveria em breve tempo “visitar a Praça de São José de Macapá e aos dois novos estabelecimentos de Vila Vistosa e Mazagão” (AHU, 1775).

Vale lembrar que a criação de vilas no Vale Amazônico, a partir dos anos de 1750, estava dentro de uma política que visou substituir os antigos aldeamentos por vilas com uma deliberada conversão toponímica de substituição dos nomes indígenas dos lugares por nomes inspirados nos mais antigos municípios de Portugal. A repetição toponímica nas vilas da Amazônia setecentista seguia uma ordem hierárquica que considerava o tamanho e a importância geográfica.

No Grão-Pará, foi o governador Mendonça Furtado (1751-1759), que esteve à frente da criação da maioria das vilas surgidas naquele momento, em especial no ano de 1758, quando foram criadas a maioria das vilas naquela década. Para Renata M. de Araujo, a “duplicação toponímica tinha como intenção óbvia reafirmar a pertença destas vilas a um espaço que se queria inquestionavelmente português” (ARAÚJO, 2012, p. 57). Por outro lado, segundo a dita autora, o processo de substituição dos nomes das vilas representaria também uma alegoria significativa do projeto civilizacional e civil que elas deveriam propagar.

As vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Mazagão: de mãos dadas pela foz do rio Amazonas?

O ano era 1773, havia transcorrido pouco mais de uma década da criação das vilas de Macapá, Vistosa de Madre de Deus e Mazagão, o então governador da Capitania do Grão-Pará, Pereira Caldas, visitou pessoalmente aquelas vilas. Naquela digressão, o governador fez observações e considerações a respeito do estado das edificações, principalmente o das fortificações, o desenvolvimento das atividades agrícolas, além das dificuldades apresentadas por alguns moradores. Não esquecendo que Pereira Caldas foi o governador que começou a manifestar, nas suas comunicações com o secretário de Marinha e Ultramar, a intenção de construir uma ligação terrestre entre aquelas vilas.

A viagem em direção às três vilas da foz do rio Amazonas teve início no dia 4 de agosto de 1773, partindo de Belém com direção à vila de Macapá, mais especificamente com interesse sobre o andamento da construção da fortaleza, que parecia ser a questão mais importante da visita. O governador levou consigo “todos os oficiais engenheiros que existiram nesta capitania” (AHU, 1773).

Acompanhavam o governador o engenheiro Domingos Sambuceti e o capitão engenheiro responsável pela obra, Henrique João Wilkens (AHU, 1773). Tudo isso para determinar “o estado atual daquela fortificação, o que ainda resta a fazer-lhe, os defeitos que se reconhecem as ruínas que se lhe observam e se receiam nas suas consequências, as reparações que precisam” (AHU, 1773); pois aquela construção já demonstrava ser o maior investimento da Coroa portuguesa na construção de fortificações no Vale Amazônico. O governador Pereira Caldas apontava que as despesas com a construção da fortificação acabavam por dificultar a manutenção da própria praça, que já estava em ruínas com a entrada de água, causando alagamentos e rachaduras num dos baluartes já construídos.

Além dos elevados custos da construção, alegados por Pereira Caldas, até aquele momento, a obra da fortificação tinha consumido a vida de “muitos operários”, sem, no entanto, especificar o número de trabalhadores mortos nem ao menos detalhar a causa direta daquelas mortes, visto que “a associação do fatigante [trabalho de retirada de pedras] às longas viagens resultava na disseminação das moléstias [...] além da comida estragada dada aos operários” (CAMILO, 2003, pp. 142-143), que causavam problemas intestinais, por vezes mortais para aqueles trabalhadores. As pedreiras mais próximas da

praça ficavam pelo menos a 15 léguas de distância nos rios Arapucu e Capim, “cuja viagem se faz em cinco dias para ir e voltar” (AHU, 1773).

O estabelecimento da vila de Macapá continuava, segundo Pereira Caldas, como quando da sua criação, em 1759: “sem nobreza alguma e com casas cobertas de palha”. Seus moradores eram descritos como sujeitos com uma vida sofrível “proveniente da agricultura e das suas lavouras”. Mesmo com essas dificuldades, afirmava Pereira Caldas, os moradores trabalhavam com empenho “superior as suas possibilidades” (AHU, 1773).

A seguir, reproduziremos o mapa com o total de habitantes e fogos da vila em 1773, produzido na viagem do governador Pereira Caldas:

Mapa 1 - Habitantes e fogos da freguesia de São José do Macapá

Mapa de todos os Habitantes e Fogos da freguesia de São José do Macapá
30 de Junho de 1773.

Pessoas Livres						Pessoas Cativeiras						Totais			
Crianças de 7 annos de idade e abaixo		Homens de 7 annos até 15 annos		Mulheres de 14 até 50 annos		Crianças de 7 annos de idade e abaixo		Homens de 15 até 60 annos		Mulheres de 60 até 90 annos					
126	98	259	38	2	106	89	254	33	1	38	10	264			
													1307	786	321
															265

A. 79

Fonte: AHU, 1773.

A vila de Macapá possuía, segundo o levantamento feito em 1773, 265 moradias e 1307 habitantes, dos quais 986 eram livres e 321 em situação de cativo, divididos em 232 crianças com menos de 7 anos livres e 39 em situação de cativo; 187 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres e 18 nessa faixa etária eram cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 259, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 254; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 18, e os idosos com mais de 90 eram 2; as mulheres

com idades entre 60 e 90 anos eram 33, e havia apenas uma idosa com mais de 90 anos. Não constavam idosos e idosas cativas com mais de 60 anos. Os cativos com idade entre 15 e 60 anos eram 204, e as cativas com idades entre 15 e 50 anos eram 60.

A viagem de Pereira Caldas seguiu de Macapá a vila Vistosa da Madre de Deus. Segundo o próprio governador, o deslocamento levou 24 horas, sendo boa parte daquele tempo consumida pela subida da navegação do rio Anarapecu. Pereira Caldas considerou ainda que a distância da vila para a costa e a margem setentrional do rio Amazonas fazia com que a mesma recebesse poucas visitas das autoridades da Capitania. Assim o governador descrevia a freguesia e os moradores:

Se acha na ruina das casas e na consternação e pobreza de seus moradores [...]. As casas por serem feitas a pressa e sem escolhas de madeiras, tem caído e se tem arruinado na maior parte e se espera ao resto o mesmo sucesso. E os seus moradores, sendo os mais deles vindos das Galés e das Casas de Correção, tão bem não são de grandes esperanças para o adiantamento daquele estabelecimento (AHU, 1773).

Pereira Caldas apontava que um dos possíveis causadores do atraso da vila de Vistosa de Madre de Deus era o fato de boa parte de seus moradores serem degredados. Isso não era nenhuma novidade nas práticas da Coroa portuguesa, no contexto da ocupação de algumas de suas áreas coloniais. Simei Torres lembra que a utilização do degredo se mostrou uma prática longeva desde o século XIII. Nos séculos XV e XVI, o degredo era uma pena bem definida em resposta a algum delito ou pecado cometido contra a legislação vigente. Portanto, trata-se de uma punição a exclusão do sujeito do convívio social, sendo que a distância do envio daquele variava de acordo com a intensidade de seus crimes, podendo ele ser enviado às áreas coloniais de África, Ásia ou América portuguesa (TORRES, 2013).

Ao longo do século XVII, o degredo passou a assumir um caráter também de serviço militar régio, não sendo considerada apenas uma punição, mas um benefício aos serviços reais “por colocar à disposição do Estado os seus condenados” (TORRES, 2013, p. 133). Segundo Torres, ao longo da segunda metade do século XVIII, predominou o pensamento de que o degredo seria a eliminação dos detritos da sociedade portuguesa e o transporte de forças para colonizar as colônias portuguesas. Assim, Torres afirma que, para a Amazônia portuguesa, pode-se observar “a ocorrência de comutações de pena de degredo de caráter coletivo”, o que, para a Coroa portuguesa, se mostrava uma

engrenagem capaz de subsidiar a defesa e consolidar o povoamento da terra (TORRES, 2013, p. 137).

No caso da vila Vistosa de Madre de Deus, segundo Pereira Caldas, o que acontecia era o despovoamento do estabelecimento em função da falta de meios e de possibilidades para o cultivo da terra, apesar de dizer que o “lugar da povoação é bastante próprio e agradável” (AHU, 1773). O governador atribuía o insucesso das lavouras à repetida justificativa da falta de escravos para a realização dos “pesados trabalhos” (AHU, 1773). Porém, Pereira Caldas acalmava o secretário de Marinha e Ultramar, garantindo que havia persuadido os moradores a continuarem com a “subsistência”, mas finalizava o comunicado dizendo que as possibilidades oferecidas pelo Estado português eram limitadas. Segue abaixo o mapa com o número de moradores e habitantes de Vistosa da Madre de Deus:

Mapa 2 - Habitantes e fogos da freguesia de Vistosa da Madre de Deus

Mapa de todos os Habitantes e Fogos da freguesia de Vistosa da Madre de Deus da Paróquia de S. João de 1773

Povoas Livres		Povoas Captivas		Totais	
67	Crianças de 7 e abaixo de 7 anos	19	Crianças de 7 e abaixo de 7 anos	566	População Livre, captiva
40	Homens de 7 a 15 anos	6	Homens de 7 a 15 anos	445	População Livre
107	Mulheres de 7 a 15 anos	32	Mulheres de 7 a 15 anos	121	População Captiva
8	Homens de 16 a 60 anos	4	Homens de 16 a 60 anos	134	População Total
	Mulheres de 16 a 60 anos		Mulheres de 16 a 60 anos		
44	Crianças de 61 e acima de 60 anos		Crianças de 61 e acima de 60 anos		
20	Homens de 61 e acima de 60 anos		Homens de 61 e acima de 60 anos		
149	Mulheres de 61 e acima de 60 anos		Mulheres de 61 e acima de 60 anos		
10	Homens de 61 e acima de 60 anos		Homens de 61 e acima de 60 anos		
	Mulheres de 61 e acima de 60 anos		Mulheres de 61 e acima de 60 anos		
21	Crianças de 7 e abaixo de 7 anos		Crianças de 7 e abaixo de 7 anos		
9	Homens de 7 a 15 anos		Homens de 7 a 15 anos		
36	Mulheres de 7 a 15 anos		Mulheres de 7 a 15 anos		
	Homens de 16 a 60 anos		Homens de 16 a 60 anos		
	Mulheres de 16 a 60 anos		Mulheres de 16 a 60 anos		
19	Crianças de 61 e acima de 60 anos		Crianças de 61 e acima de 60 anos		
6	Homens de 61 e acima de 60 anos		Homens de 61 e acima de 60 anos		
32	Mulheres de 61 e acima de 60 anos		Mulheres de 61 e acima de 60 anos		
4	Homens de 61 e acima de 60 anos		Homens de 61 e acima de 60 anos		
	Mulheres de 61 e acima de 60 anos		Mulheres de 61 e acima de 60 anos		

Fonte: AHU, 1773.

A vila Vistosa da Madre de Deus possuía, a partir da contagem feita em 1773, 134 moradias e 566 moradores, dos quais 445 eram livres e 121 em situação de cativoiro. Esses ficavam divididos nas seguintes faixas etárias: 111 crianças com menos de 7 anos livres, e 38 em situação de cativoiro; 60 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres, e 11

nessa faixa etária como cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 107, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 149; homens cativos de 15 a 60 anos eram 36, e mulheres na condição de cativas com idade entre 14 e 50 anos eram 32; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 8; as mulheres com idades entre 60 e 90 anos eram 10. Naquele momento, existia no povoado apenas uma idosa com mais de cinquenta anos. A última parada do governador Pereira Caldas foi vila de Nova Mazagão. O deslocamento de Vistosa da Madre de Deus durou 40 horas.

Por estar localizada próxima à desembocadura do rio Mutuacá e mais próxima da margem setentrional do rio Amazonas, Nova Mazagão ficava distante poucas horas de viagem fluvial até Macapá. No novo estabelecimento, o governador oficializou a fundação da vila de Nova Mazagão, assim como a constituição da justiça e posturas legais do lugar. Nas considerações do Pereira Caldas, é perceptível a maior importância da vila em relação a Vistosa da Madre de Deus. Assim ele definiu os investimentos:

Não deixe de recomendar também muito todo o possível adiantamento na construção das casas: porém, reconheço que por isso mesmo que vão melhores, gastam mais tempo e fazem maior despesa; sendo considerável a que tem importado e há de ainda importar o referido estabelecimento, não obstante toda a grande economia que nele tenho praticado (AHU, 1773)

Ao se referir às casas do referido povoado, Pereira Caldas acreditava que aquele estabelecimento estava em melhores condições que os de vila Vistosa, pois, mesmo as casas sendo construídas em madeiras e cobertas de palha, as construções prometiam uma duração mais prolongada e já tinha uma preparação para receber telhas. Com relação aos moradores, o governador falava animado, porque ele considerava as pessoas da freguesia com mais qualidade que as de Vistosa da Madre de Deus; por isso havia maior esperança no aumento do povoado. Esse sentimento aumentava ainda mais, segundo Pereira Caldas, porque, até aquele momento, pelo menos 50 famílias ainda estavam abrigadas na cidade de Belém à espera do traslado para Nova Mazagão. A seguir o mapa com o número de moradores e habitantes de Nova Mazagão:

Mapa 3 - Habitantes e fogos da freguesia de Nossa Senhora de Assunção da vila de Mazagão

*Mapa de toda a Habitação e Fogos que se em nossa freg. de N.ª de Assunção da Vila de Mazagão
abr. de Julho de 1773*

Pessoas Livres				Pessoas Captivas				Locab.
Velhas		Homens		Velhas		Homens		
12	Crianças de todo o sexo até 7 anos	12	Crianças de todo o sexo até 7 anos	5	Crianças de todo o sexo até 7 anos	5	Crianças de todo o sexo até 7 anos	543
12	Homens de 7 a 15 anos	12	Homens de 7 a 15 anos	6	Homens de 7 a 15 anos	6	Homens de 7 a 15 anos	128
128	Mulheres de 7 a 15 anos	128	Mulheres de 7 a 15 anos	51	Mulheres de 7 a 15 anos	51	Mulheres de 7 a 15 anos	135
10	Idosos de 60 a 90 anos	10	Idosos de 60 a 90 anos	29	Idosas de 60 a 90 anos	29	Idosas de 60 a 90 anos	141
102	Homens de 14 a 50 anos	102	Homens de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	
102	Mulheres de 14 a 50 anos	102	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	
5	Crianças de todo o sexo até 7 anos	5	Crianças de todo o sexo até 7 anos	5	Crianças de todo o sexo até 7 anos	5	Crianças de todo o sexo até 7 anos	
6	Homens de 7 a 15 anos	6	Homens de 7 a 15 anos	6	Homens de 7 a 15 anos	6	Homens de 7 a 15 anos	
51	Mulheres de 7 a 15 anos	51	Mulheres de 7 a 15 anos	51	Mulheres de 7 a 15 anos	51	Mulheres de 7 a 15 anos	
29	Idosas de 60 a 90 anos	29	Idosas de 60 a 90 anos	29	Idosas de 60 a 90 anos	29	Idosas de 60 a 90 anos	
37	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	
37	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	37	Mulheres de 14 a 50 anos	
1	Idosos de 60 a 90 anos	1	Idosos de 60 a 90 anos	1	Idosos de 60 a 90 anos	1	Idosos de 60 a 90 anos	
1	Idosos de 60 a 90 anos	1	Idosos de 60 a 90 anos	1	Idosos de 60 a 90 anos	1	Idosos de 60 a 90 anos	
543	Pessoas Livres, escravas	543	Pessoas Livres, escravas	543	Pessoas Livres, escravas	543	Pessoas Livres, escravas	
128	Mulheres Livres	128	Mulheres Livres	128	Mulheres Livres	128	Mulheres Livres	
135	Mulheres Captivas	135	Mulheres Captivas	135	Mulheres Captivas	135	Mulheres Captivas	
141	Moradias	141	Moradias	141	Moradias	141	Moradias	

N. 84.

Fonte: AHU, 1773.

Nova Mazagão possuía uma população de 543 pessoas, das quais 428 eram livres e 115 viviam em regime de cativo; além de 141 moradias. Esses habitantes ficavam divididos nas seguintes faixas etárias: 76 crianças livres com menos de 7 anos e 15 em situação de cativo; 83 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres, e 11 nessa faixa etária eram cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 128, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 102; homens cativos de 15 a 60 anos eram 51, e mulheres na condição de cativas com idade entre 14 e 50 anos eram 37; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 10; as mulheres com idades entre 60 e 90 anos eram 29.

A partir dos três mapas populacionais como denominados nos documentos e reproduzidos nas suas originalidades nas páginas anteriores, separarei alguns números para serem e reagrupados em novos quadros populacionais elaborados para investigação deste artigo. Esse breve exercício estatístico pode nos ajudar a compreender melhor algumas dinâmicas populacionais vividas pelas vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Mazagão na segunda metade do século XVIII, além de situá-las comparativamente com algumas vilas do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Com a intenção de contextualizar a densidade populacional das vilas estudadas, recorri também aos números absolutos e percentuais das populações das duas capitais das capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro, Belém e Barcellos. Apresentaremos os mapas e em seguida faremos algumas considerações sobre os dados destacados para esse estudo. Abaixo segue quadro 1⁵ no qual separamos os números absolutos seguidos de seus percentuais da população das três vilas da foz do rio Amazonas. Aqueles habitantes foram divididos, seguindo a separação dos mapas originais, assim sendo, a condição das pessoas na sociedade eram: livres, cativas e a soma dessas parcelas.

Quadro 1 – Da população

Habitantes	São José de Macapá		Vistosa da Madre de Deus		Nova Mazagão	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Pessoas livres	986	75,44%	445	78,62%	428	78,82%
Pessoas cativas	321	24,56%	121	21,38%	115	21,18%
Pessoas livres e cativas – Total	1307		566		543	

Fonte: Dados do autor.

Nos dados demográficos das vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Nova Mazagão, destaco aqui as divisões por sexo e faixa etária consideradas nos mapas originais de 1773. Estão apresentadas abaixo em dois quadros populacionais: primeiro de habitantes livres, divididos em: livres do sexo masculino (crianças até 7 anos de idade, rapazes, homens e velhos) e livres do sexo feminino (crianças até 7 anos de idade, raparigas, mulheres e velhas); e o segundo quadro se refere aos cativos, repetindo-se as mesmas divisões do quadro anterior:

Quadro 2 – Quadro populacional dos habitantes livres⁶

Habitantes livres	São José de Macapá		Nova Mazagão		Vistosa da Madre de Deus	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%

⁵ Quadro elaborado para este artigo a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6065. Pará 08/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6066. Pará 08/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6067. Pará 08/11/1773.

⁶ Quadro elaborado para este artigo a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6065. Pará 08/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6066. Pará 08/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6067. Pará 08/11/1773.

Crianças do sexo masculino até 7 anos	126	9,64%	42	7,73%	67	11,84%
Rapazes de até 15 anos	98	7,50%	42	7,73%	40	7,07%
Homens de 15 até 60 anos	259	19,82%	128	23,57%	107	18,90%
Homens de 60 até 90 anos	18	7,35%	10	1,84%	8	1,41%
Homens com mais de 90 anos	2	0,15%	0	0,00%	0	0,00%
Crianças do sexo feminino até 7 anos de idade	106	8,11%	34	6,26%	44	7,77%
Raparigas de 7 até 14 anos	89	6,81%	41	7,55%	20	3,53%
Mulheres de 14 até 50 anos	254	19,43%	102	18,78%	149	26,33%
Velhas de 50 até 90 anos	33	2,52%	29	5,34%	10	1,77%
Velhas com mais de 90 anos	1	0,08%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Dados do autor.

Quadro 3 - Quadro populacional dos habitantes cativos⁷

Habitantes cativos	São José de Macapá		Nova Mazagão		Vistosa da Madre de Deus	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Crianças do sexo masculino de até 7 anos	18	1,38%	5	0,92%	67	11,84%
Rapazes de até 15 anos	10	0,77%	6	1,10%	40	7,07%
Homens de 15 até 60 anos	204	15,61%	51	9,39%	107	18,90%
Homens de 60 até 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	8	1,41%
Homens com mais de 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Crianças do sexo feminino até 7 anos de idade	21	1,61%	10	1,84%	44	7,77%
Raparigas de 7 até 14 anos	8	0,61%	5	0,92%	20	3,53%
Mulheres de 14 até 50 anos	60	4,59%	37	6,81%	149	26,33%
Velhas de 50 até 90 anos	0	0,00%	1	0,18%	10	1,77%
Velhas com mais de 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Dados do autor.

⁷ Idem, Ibidem.

A composição demográfica das três vilas do Cabo Norte criadas entre os anos de 1759 e 1769 estava diretamente ligada ao contexto do caráter militar de proteção da foz setentrional do rio Amazonas e de colonização daquelas terras concentrando a produção agrícola, principalmente na rizicultura. Nesse sentido, o percentual de pessoas cativas existentes naquelas vilas só ficava muito abaixo da freguesia urbana de Belém, que em 1787, possuía 5.276 habitantes e destes 2.733 eram escravizados, perfazendo um percentual de 50% da população vivendo na condição de escravizados⁸.

Assim como, em algumas vilas e lugares da zona rural de Belém, onde havia uma produção mais intensa de açúcar, café e arroz, percentual de pessoas escravizadas era superior aos 40% da população na virada do século XVIII para o XIX. Citamos algumas: a população da vila de São Domingos da Boa Vista tinha 1.929 habitantes, destes 1.047 eram escravizados, ou 53% dos habitantes; na bacia do rio Capim havia 1.655 moradores e destes 663 eram cativos, ou 40,1% dos habitantes viviam na condição de escravizados; no rio Bujaru, da população de 1.714 moradores, 915 eram escravizados, ou 53,4% dos habitantes; no rio Acará, existiam 1.437 pessoas escravizadas ou 54,7% da população estimada em 2.976 moradores (MARIN, 2015, pp.136-137).

O quadro 3 apresentou as populações das vilas da foz do rio Amazonas, ao considerar os percentuais da presença de pessoas escravizadas naquelas sociedades, verifico que aqueles estavam muito próximos dos verificados na composição de indivíduos escravizados no Vale Amazônico nas décadas finais do século XVIII. Aqueles indivíduos escravizados representavam 22,80 % do total da população que habitava a região amazônica. Os levantamentos demográficos utilizados neste artigo foram contados e registrados a mando dos Governadores do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

O historiador Dante Fonseca, aponta que quando se separa as populações das capitânicas do Pará e do Rio Negro, a diferença percentual da presença de indivíduos escravizados era significativamente superior no Pará (26,16%), aos 3,29 % de pessoas escravizadas na capitania de São José do Rio Negro (FONSECA, 2001). No quadro 5 a

⁸ Populações com percentual superior a 50% dos habitantes composta por pessoas escravizadas eram muito comuns em áreas de produção em larga escala, como por exemplo, o açúcar e o café. A região de Campos dos Goitacases, localizada na capitania do Rio de Janeiro, concentrava algumas fabricas de açúcar, na freguesia da São Gonçalo, ficavam os três maiores engenhos de toda aquela planície. Em termos percentuais a população da vila de São Salvador, possuía em 1790, 52% da sua população de trabalhadores em regime de escravidão, a população total em números absolutos era de 20.091 habitantes. In LARA, 1988, pp. 136-137. Assim como, nas fronteiras do Cabo Norte, a Guina Francesa possuía uma população escrava que chegava aos 85% da população total que em números absolutos significava: 12.362 habitantes livres e cativos total e 10.533 cativos. (CARDOSO, 1984, p. 50).

seguir, destaco os números populacionais absolutos e percentuais do Estado do Grão-Pará e Rio Negro em 1788 (CARDOSO, 1984; SAMPAIO, 2012), assim como, os valores das capitanias separadamente.

Quadro 4 – População Estado do Grão-Pará

Habitantes	Capitania do Grão-Pará		Capitania do Rio Negro		Estado do Grão-Pará e Rio Negro	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Pessoas livres	42.585	73,84%	11.661	97,71%	54.243	77,80%
Pessoas cativas	15.084	26,16%	397	3,29%	15.481	22,20%
Pessoas livres e cativas – Total	42.585		12.058		69.924	

Fonte: Dados do autor.

Comparando os dados populacionais das vilas de Macapá, Mazagão e Vistosa da Madre de Deus com os dados populacionais apresentados no quadro acima, especialmente as porcentagens, do Estado e das capitanias do vale amazônico (Grão-Pará e Rio Negro)⁹, percebemos que aquelas vilas da foz do rio Amazonas tinham uma população de indivíduos escravizados em patamares percentuais muito próximos da média da capitania do Pará, assim como, do Estado como um todo.

Mesmo se pegarmos separadamente a cidade de Belém, capital o Estado, no ano de 1792, pode se verificar no mapa abaixo, que o percentual da população de indivíduos escravizados fica consideravelmente acima das médias das povoações do Vale Amazônico. No entanto na vila de Macapá no ano de 1789, a sua população de indivíduos escravizados era de 44,45%, portanto, o percentual de sujeitos escravizados era superior ao percentual de Belém, capital da capitania.

⁹ A partir de 1750 a Amazônia Portuguesa passou por reordenamentos políticos e administrativos expressivos. Em especial, durante à administração do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal — reinado de D. José I (1750-1777). Pontualmente, a partir de 1751, o então denominado Estado do Maranhão e Grão-Pará, dava lugar a o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, compreendendo os territórios das capitanias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, acrescentando-se a estas, a partir de 1755, a de São José do Rio Negro. A Capitania de São José do rio Negro foi instituída pela Carta Régia de 3 de março de 1755, mas sua instalação de fato só aconteceu 3 anos e 2 meses depois na vila da Mariuá (Barcellos). Instituída-se, assim, um terceiro governo no extremo ocidente da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, com sede administrativa na boca oriental do rio Javari. Assim, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro foi uma unidade administrativa criada em 1772, a partir da cisão do [Estado do Grão-Pará e Maranhão](#). A outra unidade criada foi o [Estado do Maranhão e Piauí](#).

Na sequência visualizamos os números absolutos e as porcentagens das populações da cidade de Belém, da vila de Macapá e da vila de Barcellos, entre os anos de 1786 a 1792:

Quadro 5 – População Cidade de Belém (1792)

Habitantes	Belém	
	Absoluto	%
Branco	4.423	51,59%
Índios, pretos e mestiços livres	1.099	12,82%
Escravos negros	3.051	35,59%
Total	8.573	100%

Fonte: CARDOSO, 1984, p. 141-142.

Quadro 6 - Habitantes da vila de Macapá¹⁰

Habitantes	Macapá (1789)	
	Absoluto	%
Livres	969	56,94%
Escravos	733	43,06%
Total	1.702	100%

Fonte: Dados do autor.

Quadro 7 - Mapa populacional da capital da capitania do Rio Negro, Barcellos¹¹

Habitantes	Barcellos (1786)	
	Absoluto	%
Branco	231	20,07%
Índios	756	68,09%
Escravos negros	167	10,04%
Total	1.154	100%

Fonte: CARDOSO, 1984, p. 146.

¹⁰ Quadro elaborado para este artigo a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 7852. São José de Macapá 28/110/1789.

¹¹ Quadro elaborado para este artigo a partir das informações contidas em: Biblioteca Nacional-RJ, Manuscritos, 21, 1, 1 n. 7, “Mapa de todos os moradores brancos, índios e pretos escravos existentes na vila capital de Barcellos”, 31 de outubro de 1786. (CARDOSO, 1984, p. 146).

Antes, porém, de pontuar algumas considerações sobre os três quadros populacionais acima e em razão de se privilegiar nas considerações desta passagem do artigo, as parcelas populacionais de trabalhadores escravizados de origem africana, destaco aqui as considerações de José Bezerra Neto sobre a escravização de negros durante o período colonial no Vale Amazônico. Numa passagem que considero emblemáticas sobre a presença daqueles trabalhadores no Grão-Pará, Bezerra, afirmou o seguinte:

Tornou-se bastante comum, na historiografia brasileira, associar o processo de conquista e colonização portuguesa na região amazônica ao estabelecimento de uma economia extrativista, assentada na mão de obra indígena. De fato, ao longo dos séculos XVII e XVIII, no vale amazônico, houve a estruturação das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de apresamento dos indígenas, ao lado da coleta e comercialização das chamadas “drogas do sertão”, inclusive, a partir da fundação das missões ou aldeamento e das fortificações militares. Todavia, restringir nossa compreensão do processo de ocupação portuguesa da dita região unicamente em função de uma economia extrativista baseada na exploração do trabalho dos índios parece ser uma leitura muito empobrecida dessa mesma realidade, uma vez que não dá conta de que o processo de colonização lusa na Amazônia implicou igualmente no estabelecimento de uma economia e sociedade lastreada em atividades agrícolas e criatórias voltadas para o mercado, explorando igualmente o trabalho cativo de índios mas, sobretudo, o trabalho escravo de origem africana (BEZERRA NETO, 2000, p. 12).

Bezerra Neto ressalta que reconhecer que as sociedades do Vale Amazônico do período colonial estavam para além das atividades coletoras e de comercialização das “drogas do sertão”, e que envolviam várias modalidades de utilização do trabalho indígena, assim como, o recurso aos trabalhadores escravizados de origem africana, não é o suficiente para reconhecer a diversidade de especificidades existentes no universo colonial português existente na região amazônica (BEZERRA NETO, 2000, p. 12). Arriscamos mesmo dizer, várias “Amazônias”, na qual uma dessas situada na foz setentrional do rio Amazonas, nas terras do Cabo Norte, nos propomos a estudar nesse artigo.

Explícito de outra forma, segundo Bezerra Neto, “deve-se evitar a leitura da Amazônia Portuguesa enquanto área periférica da América Colonial Portuguesa” (BEZERRA NETO, 2000, p. 12), pois as experiências vividas em outras sociedades coloniais do mundo colonial lusitano, não podem e não devem servir de modelo

explicativo para se compreender as dinâmicas dos tipos de sociedades colônias que existiram no Vale Amazônico.

Embora não seja nossa pretensão desdobrar em análises mais profundas os dados demográficos referentes à população de escravizados da vila de Macapá nas décadas finais do século XVIII, os números e percentuais dos habitantes da vila apresentados na Tabela 14 são impressionantes, pois, excetuando o período de construção da Fortaleza de São José de Macapá, de 1764 a 1782, onde a presença de escravizados de origem ou descendência africana foi bastante intensa, o percentual daquela população sempre girou em torno dos 20% a 25%, conforme já demonstrado em outro quadro populacional neste capítulo.

Em 1789, aquele percentual da população de escravizados atingiu 43%. Com base nos dados demográficos para os anos utilizados neste artigo, o ano de 1789 foi o maior percentual da presença de habitantes escravizados de origem africana na segunda metade do século XVIII. Por outro lado, não consta no levantamento demográfico feito em 1789, nenhuma família de origem indígena.

Palavras finais

Naquela viagem pelas três vilas da margem setentrional do rio Amazonas, Pereira Caldas parecia definitivamente convencido de que a pretendida comunicação por via terrestre, entre aquelas povoações, se mostrou impraticável, devido à existência numerosa dos “grandes lagos e pântanos que se encontram, e totalmente dificultam o pretendido caminho; assim não há mais remédio que recorrer ao da água, ainda que menos vantajoso para se socorrer Macapá em caso de ataque” (AHU, 1773).

Outra dificuldade apontada pelo governador, com relação à distância e à comunicação da vila, dizia respeito à inviabilidade de exercitar conjuntamente os corpos de auxiliares de cavalaria de Macapá com a infantaria de Mazagão, para se transformarem numa tropa ligeira em caso de guerra ou ameaça de outros países interessados na posse da foz do rio Amazonas.

Por fim, finalizaremos este artigo que tratou dos anos iniciais de criação das três vilas da Costa Setentrional do Grão-Pará criadas nas margens setentrionais da foz do rio Amazonas, considerando um ofício escrito em 1789. Neste o governador da Praça de Macapá, João Vasco de Braun, militar que havia realizados várias viagens pelos caminhos

fluviais do Vale Amazônico desde a década de 1770, portanto, um comandante português que construirá um conhecimento razoável sobre a região setentrional da capitania do Grão-Pará. Ao enviar um quadro com as famílias, lavouras e serviços existentes, na freguesia de São José de Macapá, para o secretário de Estado de Marinha e Ultramar, o governador da Praça de Macapá, teceu algumas considerações sobre as “gentes” daquela terra. Assim inicia Braun o referido ofício:

O escrúpulo e respeito que a longa experiencia d’América me tem influído respeito aos Amanuenses[escriva], de que se tem confiado alguns papeis que envolvem segredo e ponderação (...) Aceitará Vossa Excelência aceitação destes moradores e o socorro que esta praça tanto necessita.

A preciosidade destas terras, já a Vossa Excelência aquelas memórias referi assim como a generosa gratidão com que elas correspondiam aos indivíduos que por este ofício aqui se houvessem de mandar esperando agora mais que as raras virtudes com que Vossa Excelência protege a simples verdade me hajam de desculpar o sincero e patriótico zelo, com que inseparável do mais profundo respeito, tenho a honra de dizer a V. Exc.^a que jamais se conseguirá destes habitantes uma voluntária e progressiva existência (AHU, 1789).

Feita essa introdução, de certa forma elogiosa aos moradores, o governador da praça, reconhecia, logo em seguida que essa boa vontade em colonizar a terra por parte dos habitantes, não era o suficiente. De fato, para os governantes da capitania do Grão-Pará e da vila de Macapá, assim como, das vilas de Vistosa e Nova Mazagão a década final do século XVIII, não apresentou os resultados esperados quando da criação daquelas com vistas ao povoamento e a proteção do delta do rio Amazonas e da costa setentrional da Guiana Portuguesa. Vila Vistosa com vimos, naquele período praticamente seus moradores já haviam abandonado a vila. Nova Mazagão, padecia com a deserção de muitas famílias que preferiam retornar para Belém, onde haviam permanecido por volta de três anos antes da chegada em na Nova Mazagão.

Documentos consultados

AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5913. Pará, 15/12/1772.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6182. Pará, 17/01/1775.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6237. Pará, 17/07/1775.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6067. Pará, 08/11/1773.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6066. Pará, 08/11/1773.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará, 08/11/1773.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 99, D 7852. Macapá 28/10/1789.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179. Pará, 01/10/1793.

Macapá, 11 de agosto de 1773. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 08/11/1773.

Macapá, 15 de outubro de 1773. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 08/11/1773.

Pará, 11 de novembro de 1773. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 08/11/1773.

Documentos impressos

GOMES, Flavio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (organizadores). *Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

Referências

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1992.

_____. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.20. n.1. 2012, p. 56-57.

BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)*. Campinas-SP. Dissertação de Mestrado, 2000. <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279301?mode=full> Acessado em 20/01/2019.

CAMILLO, Janaina Valéria Pinto. *Homens e pedras nos desenhos das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *A economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

COSTA, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.95-112, dez. 2007. <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/05.pdf>. Acessado em 18/08/2017.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 (2Vols.).

FONSECA, Dante Ribeiro da. O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia. Rondônia: Revista Veredas Amazônicas – nov. – nº 01, Vol. I, 2011. In: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/241> Acesso em: 23 set. 2017.

IHGB, *Coleção Manoel Barata*. Memória sobre a defesa da Capitania do Pará no governo d. Francisco De Souza Coutinho; e outros documentos do tempo de seu governo. Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls., Pará, junho de 1790.

GOMES, Flavio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (organizadores). *Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Univertária/UFPA, 1999.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

MARIN, Rosa Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos no período colonial. Belém, *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1, 2005, pp.73-114. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48> Acesso em: 18 abr. 2017.

MARIN. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1, 2005, p. 75. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48>. Acessado em 18/04/2017.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião de Carvalho e Mello e a economia do Brasil. In: _____. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Editora Alameda, 2011, p. 173-198.

_____. Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador e capitão-general do Grão-Pará e maranhão (1751-1759). In: _____. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Editora Alameda, 2011, p. 173-198.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Amazônia colonial: fronteiras e forças militares (segunda metade do século XVIII). *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399889278_ARQUIVO_TEXTO.pdf. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar. O Centro-sul e o Norte da América Portuguesa (segunda metade do século XVIII). *Revista de História Comparada - Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ*. v. 10, n. 1, 2016, p. 58-82.

RAVENA, Nírvia. “‘Maus vizinhos e boas terras’: ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte – século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos (Org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 63-96.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

TORRES, Simeia Maria de Souza. Exclusão e incorporação: degredados na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 168,

2013, pp. <http://www.scielo.br/pdf/rh/n168/0034-8309-rh-168-00131.pdf> Acessado em 09/10/2017.

Artigo recebido em 31 de março de 2019 e aprovado em 10 de junho de 2019.